

Marcelo Franklin de Assis

*TIO, POR QUE VOCÊS PEDEM TANTO PRA GENTE IR  
PRA CASA?*

Mestrado em Psicologia  
Orientadora: Lília Ferreira Lobo  
Niterói/2008

Marcelo Franklin de Assis

*TIO, POR QUE VOCÊS PEDEM TANTO PRA GENTE IR  
PRA CASA?*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Lília Ferreira Lobo

Niterói/2008

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**A848 Assis, Marcelo Franklin de.**

Tio, por que vocês pedem tanto pra a gente ir pra casa? /  
Marcelo Franklin de Assis. – 2008.  
90 f. ; il.

Orientador: Lília Ferreira Lobo.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia,  
2008.

Bibliografia: f. 86-90.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lília Ferreira Lobo – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Auterives Maciel Junior  
Pontífice Universidade Católica

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cecília Maria Bouças Coimbra  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heliana de Barros Conde Rodrigues  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Niterói, 2008**



## **Agradecimentos**

A Dudu, Negão, Pulga, Isaque, Pipoca, e todos os moleques que atravessam esta dissertação

A minha mãe que me ensinou a amar e a meu pai que me ensinou a ter coragem

A Lília Lobo pela paciência, pela confiança, pelas orientações, pelas histórias e sambas antigos.

A Auterives Maciel pela franqueza, pelas aulas no Palácio do Catete, na UFF ou na mesa do bar.

A Cecília Coimbra pelo acolhimento, pelo humor, pela inspiração e pela paixão que desperta.

A Heliana Conde por traçar, em vermelho, possíveis caminhos para este trabalho, pelas aulas-acontecimento na década de 90 e pela expressão “guerreiro-afeto” que ecoa desde então.

A Maria Livia pela imprescindível participação na pré-banca.

Sérgio, meu guru, porto alegre, bem mais que seguro, pela leitura carinhosa e atenta.

A Zequinha, pelo olhar atento e bem-humorado para a vida e para a língua portuguesa.

Mosca, fortalecendo à vera.

Francine pela fagulha inicial

Rívia, a loucura, a confiança, a brasa e a luz que incandeia.

Às mulheres da equipe e às jovens mães da casa do Catete, pelo aprendizado e a convivência com o devir-mulher-criança-gerreira que também cuida e festeja.

A Totonho, o cabra, a Bete e Luciene pela generosidade e carinho.

J.V., o Síndrome e Jujuba, o delicado da vida, o gosto da comida.

A Bombom pela tradução e a Mônica Ávila (estéreo e mono).

A Angélica, pelo sorriso, por todas as vezes em que sua presença quase diabólica foi desvio e pelo auxílio luxuoso aos 45 do segundo tempo.

Aos companheiros de viagem da turma de mestrado de 2005.

A Laila, pela leitura delicada, pelas dicas operacionais, pelo carinho, pelos papos, por cada ínfima divergência, pelos bares e biscates.

A Renata, pelas primeiras críticas e indicações bibliográficas.

A Karine pelos livros, vídeos e outras viagens vermelhas.

**Resumo:**

As constantes investidas com objetivo de retirar crianças e adolescentes das ruas, bem como a insistência, o retorno ou o surgimento de cada vez mais crianças e adolescentes nesta situação compõem as linhas que atravessam o percurso desta pesquisa. Estas linhas são postas em cena quando um adolescente pergunta por que pedem tanto para que eles saiam das ruas. A partir do encontro com o adolescente e a questão por ele proposta, a presente dissertação tenciona pensar modos de existência vivenciados por crianças e adolescentes em situação de rua. Buscaremos, de início, explicitar a produção histórica de categorias como criança, menor ou menino-de-rua. Apontaremos ainda, a participação do conhecimento acadêmico ou da mídia na produção, reprodução e reforço destas categorias.

**Abstract:**

The frequent attempts with the intention to take children and teenagers out of the street, as well as their insistent return or the increasing number of more children and teenagers in this same situation, is the main path through which this research follows, and is shown in reality when a teenager asks why he's being begged so much to be out of the street. From the meeting between these teenagers and the questions proposed by them, the present dissertation intends to think ways of living experienced by children and teenagers on this street situation. Searching at first to clarify the historical production of categories such as street children, under age or only children, and also indicating the participation of academic knowledge or media in the production, reproduction and reinforcement of such categories.

*Quando nasci não havia ninguém em casa.*

*Meu pai tinha ido embora há dois anos e*

*minha mãe estava jogando baralho*

*na casa de uma vizinha...*

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

**JAN**  
January  
Enero

Sexta  
**9**  
Friday  
Viernes

07:00

08:00

09:00

10:00

11:00

12:00

13:00

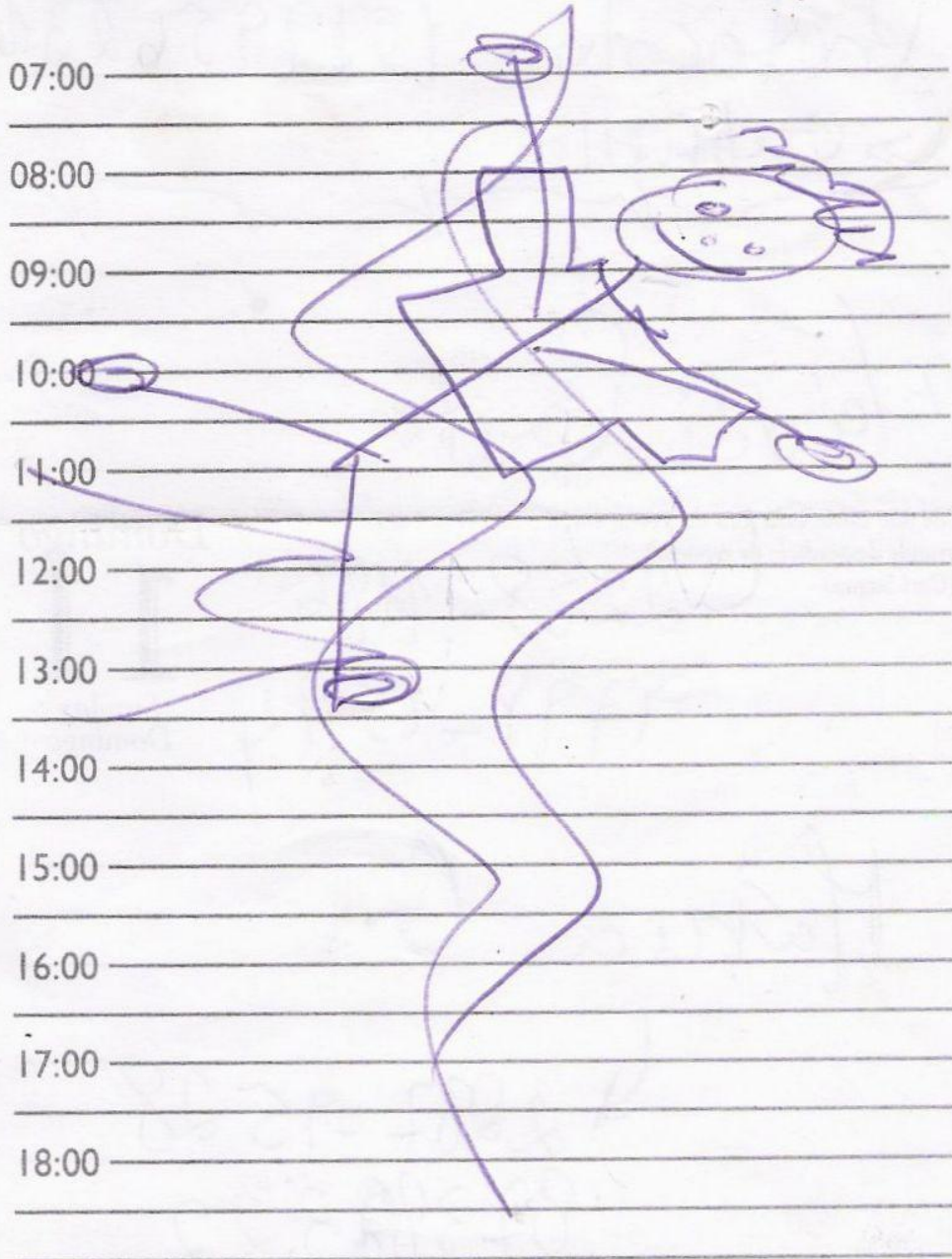
14:00

15:00

16:00

17:00

18:00



**SUMÁRIO.**

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I –.....</b>	<b>20</b>
1.1– O Processo é lento .....	21
1.2 – Um Buraco mais embaixo .....	31
<b>Capítulo II - A Chapa é quente.....</b>	<b>40</b>
2.1 – A Cerca .....	51
<b>Capítulo III - O Bagulho é doido.....</b>	<b>63</b>
Isto não é uma conclusão ou a história do garoto que virou número.....	80
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>86</b>

## I – Introdução

*Miséria é Miséria em Qualquer Canto / Riquezas São Diferenças<sup>1</sup>.*

*Dando Asas Ao Futuro.* Este era o sugestivo nome de um dos 64 projetos com os quais estava envolvido o programa de Responsabilidade Social<sup>2</sup> da INFRAERO em 2004. Segundo relatório elaborado pela área de Serviço Social da empresa, a parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, foi firmada em dezembro de 2003, em virtude de estas entidades estarem “conscientes da importância da participação das instituições no processo de garantia dos direitos sociais da criança e do adolescente e também preocupadas com o aumento da violência urbana e a constante movimentação de crianças, jovens e adultos de rua, na praça em frente ao aeroporto Santos Dumont.”<sup>3</sup> A conjugação direitos sociais/aumento da violência urbana em frente ao aeroporto dá o tom ambíguo no qual muitos projetos sociais encontram-se inseridos.

Em entrevista com a assistente social da INFRAERO no aeroporto Santos Dumont, esta informou que os projetos sociais com financiamentos desta instituição estão relacionados à atenuação dos inconvenientes relacionados à implantação de um aeroporto em uma determinada localidade, tais como impacto ambiental, poluição sonora, risco de acidentes, etc. Os projetos são, preferencialmente implantados nas regiões que ficam no entorno de cada um dos aeroportos administrados por esta Instituição.

No caso específico do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, um dos fatores que fez do objeto da parceria o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua foi o número

<sup>1</sup> Letra da música Miséria de Arnaldo Antunes, Paulo Miklos e Sérgio Brito (disco Õ Blésq Blom – 1989).

<sup>2</sup> A Responsabilidade social pode ser vista como uma obrigação do Estado, que a executa através de políticas públicas financiadas por impostos, ou uma obrigação do indivíduo, como voluntário em ONG's, ou como um doador que financia as atividades de entidades beneficentes. A primeira seria a visão típica da esquerda, a segunda a visão típica da direita religiosa.

A partir de 1980 nos Estados Unidos, surgiu um movimento de extrema direita ou neoliberal que visa colocar na mão dos empresários a agenda social, que passaram a determinar quais projetos sociais deveriam receber recursos capitalistas, chamada de Responsabilidade Social Empresarial.

As empresas americanas começaram a decidir quais projetos financiar, especialmente as que mais enalteceriam as marcas e a imagem corporativa de suas empresas.

([http://pt.wikipedia.org/wiki/Responsabilidade\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Responsabilidade_social))

<sup>3</sup> Relatório do Projeto Social Dando Asas Ao Futuro, elaborado por INFRAERO Social.

freqüente de reclamações de passageiros, entre eles alguns deputados (como frisa a assistente social), com relação ao constante assédio feito por pedintes, vendedores de doces ou engraxates. O projeto começa efetivamente em abril de 2004, quando a Prefeitura, que ficara responsável pelo pagamento de pessoal e taxas administrativas, contrata a Organização Não Governamental<sup>4</sup> Ex-Cola, terceirizando, desta forma, a mão-de-obra do que se convencionou chamar *educador social*. A inquietação que serviu como ponto de partida para este estudo evidenciou-se durante a participação, como educador, no primeiro ano de realização do projeto.

A proposta de trabalho oferecida pela ONG incluía oficinas, que eram utilizadas, em grande parte, como forma de aprofundamento de vínculo entre as crianças e adolescentes e os educadores e mobilizadores<sup>5</sup>. A partir disto seriam construídos planos de metas sem um prazo fixo de realização, sendo fundamental, para esta construção, a demanda apresentada pelas crianças e adolescentes, bem como a relação construída entre estas e os educadores; além disso, a disponibilidade (ou indisponibilidade) de acesso à rede de serviços estatais acionados era fator determinante para a produção de um diálogo fluente com as crianças e adolescentes envolvidos com o projeto.

Além das oficinas, os atendimentos incluía alimentação, encaminhamentos para a rede pública de saúde, ensino, abrigos ou para reinserção familiar, etc. A parceria firmada entre a INFRAERO e a Prefeitura previa a distribuição de bolsas no valor de R\$ 140,00 para os “atendidos”, a partir de determinado momento. Segundo a assistente social da INFRAERO, seria uma “barganha inescrupulosa” oferecer, para um menino sair da área em torno do aeroporto (por exemplo), um valor bem menor do que o que ele arrecadava neste local, pedindo ou engraxando. Sendo assim, estas bolsas só fariam sentido caso fossem percebidas pelos atendidos como parte de um processo que também incluía a “mudança de valores familiares”, “reconstrução de laços afetivos”, etc.

Além do grupo que freqüentava o aeroporto, faziam parte do projeto, crianças e adolescentes que *paravam*<sup>6</sup> na Lapa, na Cinelândia, Largo de São Francisco e imediações e que já eram, em uma boa parte, conhecidos da Associação Ex-Cola, alguns eram ou já haviam sido

---

<sup>4</sup> Utilizamos, nesta dissertação, a denominação “organização não governamental”, embora saibamos que tais organizações são, embora “não-estatais”, envolvidas na governamentalidade (cf. Foucault, 2003)

<sup>5</sup> Os mobilizadores eram adolescentes e jovens que haviam passado pela experiência de encontrar-se em situação de rua. A maioria conhecia vários adolescentes e crianças com as quais o projeto trabalhou.

<sup>6</sup> “Parar” é o termo utilizado pelas crianças e adolescentes em situação de rua para designar o local, onde costumam dormir ou permanecer a maior parte do dia. Pode ser um bairro ou um marco específico na paisagem. Assim, pode-se “parar” na Lapa, na Tijuca, em Copacabana, no Aeroporto, na Central, na Rodoviária, etc.



atendidos por projetos ligados a esta Organização Não Governamental. Desde o começo diferenças fundamentais foram percebidas entre os dois grupos, como o fato de que os últimos geralmente não voltavam para casa ao final do dia, ao contrário dos que freqüentavam o Aeroporto Santos Dumont.

Segundo o relatório elaborado pelo Ex-Cola:

O público em situação de risco social presente no aeroporto é composto por crianças, jovens e adultos trabalhadores e pedintes. O grupo maior encontrado está ligado a uma mesma família (...) provenientes da comunidade de Costa Barros.<sup>7</sup> (...) Como o grupo está nesse local para gerar renda, os mesmos não estão disponíveis para participar das oficinas que estão sendo desenvolvidas na Lapa. Outro agravante apresentado pelo grupo é que a comunidade onde eles residem pertence a outra facção criminosa rival a facção da região da Lapa.<sup>8</sup>

A equipe de educadores sociais trocava impressões, informações e sugestões através de uma espécie de diário de campo coletivo. Além disto, encontros semanais reuniam, além destes, coordenação, mobilizadores, parceiros, etc. No entanto, como era razoável a distância entre os locais freqüentados, bem como eram marcantes as divergências entre os dois grupos de “atendidos”, os educadores foram divididos em duas equipes. Foi durante o processo de abordagem<sup>9</sup> na área próxima ao Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro, que surgiu Dudu, um apelido que não remete a sexo ou nacionalidade e que, naquele caso, parecia uma tentativa de abreviar seu nome totalmente incomum. Além de difícil pronúncia, o “nome-de-batismo” tampouco delimitava gênero ou país de nascimento.

Dudu era um menino risonho, que colocava em cena uma questão singular: *“Tio, por que vocês pedem tanto prá gente ir prá casa?”*

O sorriso do menino, marca de uma singularidade, em conexão com a questão enunciada, produzia uma ruptura e fazia com que naturalizações fossem evidenciadas e brilhassem no olho do guri. Dudu, ao mesmo tempo, perguntava por sua própria conta, mas não só por sua existência, ou por sua própria vida. Não falava exclusivamente por si. Não era uma pergunta de um

---

<sup>7</sup> Costa Barros é um bairro da zona norte, situado entre Acari, Pavuna e Anchieta. Segundo o único levantamento publicado nesta década pela Câmara dos Deputados do Estado do Rio de Janeiro, Costa Barros aparece como um dos cinco bairros com o menor Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) entre os cento e vinte seis bairros da cidade. O Índice de Desenvolvimento Humano é um instrumento utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que mede as condições de vida da população através de dados relacionados à educação, renda e saúde. (dados disponíveis em <http://www.camararj.gov.br>, acessado em 29 de julho de 2007)

<sup>8</sup> Relatório apresentado pela Associação Ex-Cola em abril de 2004.

<sup>9</sup> Como a expressão (que a nosso ver, guarda o resquício de um tom policialesco) sugere, abordagem é o termo utilizado para designar os primeiros encontros de determinada ação entre os educadores sociais e as crianças e adolescentes em situação de rua.

indivíduo a outro: (...) *Vocês pedem tanto prá gente* (...). A pergunta de Dudu era a explicitação do caráter de agenciamento coletivo de enunciação, como proposto por Deleuze e Guattari: “Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação.” (Deleuze e Guattari, 1995, p.17) .

Podemos falar aí de uma singularidade e ao mesmo tempo de uma experiência coletiva, de uma multiplicidade que não enquadra o desejo em um sujeito. Quantas vezes ele, outros e outras Dudus já tinham passado anteriormente por situações semelhantes? Com certeza, vezes suficientes para que esta questão fosse elaborada na experiência cotidiana de várias vozes. A pergunta é de Dudu, mas parece também ser o que nos diziam aqueles que resistiam a abrigos, reinserções, projetos e discursos e que, paradoxalmente só por isso ainda nos faziam acreditar que “nossas soluções” poderiam ser satisfatórias. E se todos as aceitassem docilmente?

Dudu pergunta “*por que vocês*”... e faz surgir uma desterritorialização em seu ouvinte. Ouço a pergunta como se meu ouvido fosse um nó, atravessado por diversas instituições. Naquele momento era uma escuta solitária, mas era também um encontro de muitas pessoas/instituições ouvindo uma questão proposta à modulação de um mesmo pedido/ordem a Dudu e a tantas outras pessoas que vivem ou viveram em situação semelhante. Definitivamente não era a pergunta que se esperava ouvir no que se convencionou chamar de processo de abordagem.

Embora o esforço empreendido pela metodologia de trabalho proposta pela ONG não fosse calcado, necessariamente, no retorno para o lar, considerando fatores como a construção de vínculos entre os educadores e os meninos(as), bem como um plano de metas a ser elaborado pelos próprios atendidos(as) como estratégias para a realização de qualquer trabalho possível; não podemos negar o caráter instigante que a pergunta do adolescente apresenta. O questionamento do menino mostra como pode tornar-se habitual, a ponto de não percebermos, o fato de considerarmos, neste tipo de intervenção, a opção “sair da rua” algo parecido com uma suposta conscientização, ou como uma “solução mágica”. Por vezes agimos com se estivéssemos ali em uma missão, repassando conteúdos que apresentam desde o início o ponto de chegada, a meta à qual o sujeito deve mostrar-se adepto.

*Por que vocês pedem tanto prá gente ir prá casa?* Quando é analisada, ou seja, decomposta, a mesma questão produz outras interrogações, efeitos reverberantes:

Por que ir para *casa*? Por que é tão importante que a gente não esteja aqui? Sabem por que estamos aqui? De que casa vocês falam? O que chamam de casa? Isto aqui pode ser minha casa?

Por que vocês pedem *tanto*? Por que há tantos pedidos, ordens, desejos de que não estejamos aqui? A que isto serve?

Por que *vocês*? Quem são vocês? Por que, também para vocês, é importante que não estejamos aqui? Por que vocês estão aqui? Dizendo o que? Para quê? Em qual lugar? Com quais forças fazem alianças?

A um convite pouco original, ao mesmo tempo habitual e precipitado, Dudu responde com uma questão/recusa. Aceitar, como um convite, a pergunta/resposta de Dudu. Pensar, não necessariamente responder, a questão *Por que vocês pedem tanto pra gente ir pra casa?* Nisto consiste o objetivo deste trabalho. Não teremos a pretensão de responder todas as questões derivadas da fala de Dudu, talvez nem mesmo uma delas especificamente. A intenção (e ainda assim é uma pretensão) é rastreá-las e/ou imiscuir-se entre elas. Desta forma pensaremos modos de existência produzidos por grupos de crianças e adolescentes em “situação de rua”<sup>10</sup> na cidade do Rio de Janeiro. Buscaremos aqui a ajuda de Dudu, tentaremos caminhar com ele.

Não faremos aqui o uso regular de um diário de Campo. Seu uso pontual será, contudo, preciso. Assim, o diário será um instrumento que gerará personagens e enunciados como o próprio Dudu e a questão proposta a este trabalho. Uma vez que não é um relato do Projeto *Dando Asas ao Futuro*, tampouco um estudo de caso, ou a investigação sobre a ONG *Ex-Cola* ou sua metodologia de trabalho e sim impressões recolhidas a partir da pergunta de Dudu; o diário não se encontra encerrado e provavelmente ultrapassará a escrita desta dissertação. Utilizaremos este inacabado instrumento como um facilitador na tarefa que nos propõe Dudu.

Os personagens que nos ajudarão nesta tarefa aparecem em situações, lugares e momentos bem diferentes, todos encontram-se, porém, em relação direta com as objetivações<sup>11</sup> “criança/adolescente” e “rua. A delimitação específica de um ponto onde concentramos nossa atenção pode fazer com que se acredite que existe um objeto, que no caso de um texto acadêmico, poderia ser chamado de objeto da pesquisa. Quando nos propomos a pensar questões que vão ao encontro de um grupo específico que, neste caso, reconhecemos como sendo crianças e adolescentes, o primeiro e perigoso movimento que percebemos é o de naturalização do que chamamos criança e adolescente; de que maneira esperamos que estes devam agir e como

---

<sup>10</sup> No livro *Vida nas Ruas*, organizado por Irene Rizzini, este termo aparece como sendo utilizado desde 1998 pela Fondation Terre Des Hommes.

<sup>11</sup> Utilizamos aqui o termo objetivação, a partir de Foucault, como um marco que nos lembra que não existem objetos naturais, mas objetivações criadas a partir de práticas que as engendram a outras objetivações.

devemos receber e responder suas manifestações. Tratamos estas formações como se fossem objetos naturais, categorias que desde sempre existiram e sempre foram percebidas como as concebemos hoje.

Para evitar o movimento que leva a esta naturalização, contamos com a ajuda do pensador Michel Foucault, que em sua obra, a partir de uma genealogia, mostra que em vez de procurarmos a verdade acerca de um presumível objeto, podemos indagar como se deu a objetivação daquela “coisa”. A leitura de Foucault nos provoca certa inquietação diante destas coisas, destes recortes que, até então, poderiam nos parecer completamente naturais e familiares. Assim, quando pensamos determinadas categorias a partir da história, quando historicizamos, por exemplo, os conceitos de criança e adolescente, não o fazemos para buscar a verdade sobre o presente a partir de uma explicação do passado nem, “encontrar o alívio de uma explicação para aquilo que hoje vivemos, mas para surpreender os indícios de sua montagem e, quem sabe, incitar a conquista de pequenas invenções.”(Lobo, 1997, p. 580-1)

Finalmente, atentar à maneira como determinada objetivação é produzida nos fornece instrumentos para perceber sutilezas em sua utilização e pensar suas transformações ou desaparecimento. Quando pensamos que determinada objetivação nem sempre existiu, ou que em determinado momento foi diferente da forma como nos é apresentada, percebemos que esta objetivação pode deixar de existir ou transformar-se em outra coisa, não necessariamente melhor, mais justa ou adequadamente conceituada. As objetivações perdem qualquer caráter de “coisa em si” que, contendo alguma essência invariante, flutua através dos tempos e culturas como um fantasma a ser encarnado e atualizado na primeira ocasião em que encontrar uma variante, um “corpo social” disponível. Em contraposição à crença na existência de objetos naturais, as objetivações são historicizadas de maneira que percebamos em que contexto emergiram e que outras práticas e relações de poder se avizinham desta emergência.

A proposta do primeiro capítulo desta dissertação é justamente pensar a produção das categorias infância e adolescência, suas naturalizações, transformações e utilizações. Neste trabalho não estaremos pensando com qualquer criança, também não falaremos de qualquer rua, ou a respeito de qualquer pessoa que nela transite, trabalhe ou habite. Dudu não é um menino francês, seu sotaque é de nordestino brasileiro. Ele não nasceu há dois ou três séculos atrás, há pouco mais de uma década foi batizado com um nome que não é reconhecido pela maioria das

pessoas com quem se relaciona. E porque Dudu nos acompanharia numa viagem à Europa Medieval, ou à França do século XVIII?

Acreditamos que historicizar também nos ajude a pensar como, no caso das crianças e adolescentes que atraíram o foco deste trabalho, o fato de serem pobres e considerados, entre outras coisas, vagabundos/vadios, parece sobrepor-se ao fato de serem crianças ou adolescentes. Dessa forma, rótulos como **menino-de-rua** e **menor abandonado** produzem e são produzidos por discursos/práticas que criam e separam um grupo, uma subjetividade, por presumível faixa etária, mas, sobretudo por aparência e classe social. É como se emergisse uma desnaturalização da categoria criança e adolescente, mas somente para um grupo específico, o das crianças e adolescentes de origem pobre, que serão naturalizados como uma outra categoria com suas especificidades e formas de tratamento indicadas para uma existência virtualmente perigosa ou em perigo.

Dudu é comumente visto como mais um no meio de uma massa amorfa e perigosa. Os menores, abandonados ou não, os meninos-de-rua, os pivetes, os trombadinhas, etc., são demasiadamente enxergados, mas não são percebidos em suas singularidades e sim como parte dessa massa onde não existem mais crianças em situação de extrema miséria e perigo, mas encarnações do mal. O uso que se faz de termos como “menor”, “abandonado”, “menino-de-rua”, etc., e este jogo entre visibilidades e invisibilidades é o ponto a que a questão proposta por Dudu nos leva no segundo capítulo do trabalho: O “menor” é inventado, reinventado e reproduzido para encarnar um papel que não é exatamente o de uma criança ou um adolescente. A invenção do menino-de-rua traz um “de” que o acorrenta à rua, como uma origem, um pertencimento e um desqualificador do fato de ser menino. Esta rua, no entanto, não é qualquer rua, bem como não é qualquer menino em uma determinada rua. A expressão menino-de-rua é específica e fala da presença de alguns meninos em locais onde sua presença “incomoda” transeuntes e turistas.

Dudu sorri e pergunta: *“Tio, por que vocês pedem tanto para a gente ir para casa?”*

A rua acorrentada ao “menino-de-rua”, nem por um momento é relacionada a um movimento, a um acontecimento ou uma situação, menos ainda ao fascínio que exercem o lúdico, o jogo e a própria rua, seja em crianças, adolescentes, jovens ou adultos. A rua também não é relacionada ao movimento comumente atribuído à criança, de ir para fora, explorar, utilizar a expedição como prática de construção de mundo. Pelo contrário, a rua é vista, cada vez mais,

como passagem. Aquelas crianças e adolescentes não deveriam estar, muito menos “parar” ali, sua permanência faz das ruas um sinônimo de perigo. A rua, atualmente é um não-lugar, e como em Augé (1994), deve ser constituída em relação a determinado fim. No caso da rua este “fim contratual” é a passagem, de preferência rápida. Seus usuários deveriam respeitar esta cláusula do “contrato”. Mas os/as meninos/as embaralham os espaços de trânsito e de parar, as ruas e os domicílios.

No terceiro capítulo deste trabalho, atentando para o fato de que estamos lidando com vidas que correm o perigo constante de serem exterminadas, pensaremos a rua não somente como estigma, mas também como afirmação. Uma afirmação que só é possível compreender se percebermos que ela (é, e) ultrapassa a negação da ordem, a negação ao imperativo “tu deves” e a negação de tudo o que aquelas crianças e adolescentes recusam (conformar-se a) ser. São crianças e adolescentes que não suportam **sobreviver**, como uma espécie de mortificação, de morte em vida. Apostam em uma forma frágil, todavia afirmativa, de **viver**, de criar modos de existência, de experimentar. Pensaremos o movimento de “parar” nas ruas como uma prática de experimentação, como questionamento de “verdades” e do conhecimento. Experimentação sem meta e sem sistematização prévia, incompatível com certezas.

Encarar a situação de estar na rua somente como um acontecimento atribuído a culpados e/ou que engendra vítimas é ser mais uma voz no coro (quase uníssono) da sociedade punitiva, medrosa, repressiva: “parar” nas ruas é uma situação necessariamente criminosa, exigindo punições. Tentaremos ouvir outras vozes que nos ajudem a pensar com estas crianças e adolescentes. Não nos atenhamos ao que eles representam, o ao que estão querendo dizer, mas efetivamente ao que dizem e como se apresentam. São vidas nuas, expostas, roupas largas, corpos mal vestidos, saídos das vielas estreitas, dos barracos pendurados, das ribanceiras mais altas. São, talvez sem exceção, de origem pobre e, em sua grande maioria, negros ou, como diriam os baianos, “quase pretos de tão pobres”<sup>12</sup>. Mas são um grito de resistência. Deixemo-los falar por si próprios, não como indivíduos, mas como singularidades que não necessitam tomar consciência de algo a ser revelado por alguém qualificado, mas sim terem seus discursos, saberes e modos de existência ouvidos, considerados, válidos, liberados, permitidos. Afinal, já aprendemos com Foucault que o “papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos” (Foucault, 1996b, p. 71)

---

<sup>12</sup> Letra da música Haiti de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

O que é enunciado pelas crianças e adolescentes em situação de rua nos faz perguntar se a vida familiar sempre é o ambiente mais adequado à criança ou adolescente. Dudu nos diz que não, pelo menos no seu caso. Devemos estar atentos ainda ao fato de que, sem contextualizar as condições de sobrevivência em que se encontra a população miserabilizada pelo desenvolvimento do capitalismo neoliberal, individualizamos problemas que na realidade são estruturais. Culpabilizamos pessoas que não se encaixam em um padrão de família pré-estabelecido que nada tem a ver com a realidade abaixo da linha do equador e do nosso nariz. Diante do modelo de família burguesa, comumente desqualificamos as famílias pobres, pomos em dúvida sua capacidade de gerir suas próprias vidas ou de cuidar de seus filhos. São consideradas famílias desestruturadas ou negligentes e, seja por uma suposta constatação da falta de condições, seja pela acusação de desrespeito aos direitos da criança, a intervenção do Estado é justificada. Escolas para pais, conselhos, tutelas, visitas domiciliares, controles. Tentativas são feitas para garantir que Dudu esteja em casa. Dudu resiste.

A ida para rua como “linha de fuga”, é uma afirmação perigosa. A linha de fuga tem seus perigos intrínsecos. Mas pensar a ida para as ruas (também) como resistência e como linha de fuga nos põe em contato com outras questões, que se configuram no terceiro capítulo: Como é possível construir opções de cuidado de si e de resistência em meio à extrema miséria? É somente a miséria ou a “desestruturação” familiar que devem ser percebidas toda vez que tais personagens entram em cena? Se assim fosse, as ruas, mesmo com todo sistema de vigilância e controle, não estariam apinhadas de crianças que, em suas comunidades correm outros perigos e enfrentam outras manifestações da mesma vigilância, do mesmo controle e da mesma miséria? O enfrentamento radical de instituições tão tradicionais como polícia, propriedade ou família tende necessariamente a ser uma linha suicidária? Existe aí algo entre (ou fora) a pura falta de opção e a escolha própria? Existe algo da ordem do desejo impessoal que se expressa nessa vontade de rua? Como trabalhar estas questões com as crianças e adolescentes sem ter como meta principal a idéia de tirá-los das ruas, colocando-as dentro de algum lugar, ou, por outro lado, sem romantizar um conjunto de táticas que, na maioria das vezes, está fadada ao próprio extermínio?

Para aventurar-se às questões propostas no terceiro capítulo temos o esboço de um mapa onde tais questões se situam. Este mapa não leva ao lugar específico onde se dá o conhecimento final do objeto, talvez até questione a existência deste mesmo objeto. É um mapa provisório que auxilia na travessia que, ao nos depararmos com a questão *“Tio, por que vocês pedem tanto para*

*a gente ir para casa?*”, faz com que deixemos de ser nós mesmos, faz com que percamos o medo da vertigem que é o outro. Nesta travessia contaremos com o auxílio de muitos outros, alguns serão de fundamental importância. A identidade destes *outros*, destas personagens, não será preservada por vendas ou iniciais, mas será dissolvida com uma tática muito utilizada por desviantes: o apelido. Assim encontraremos estes personagens já com seus nomes-de-guerra, que podem ser reconhecidos pelos amigos, em suas práticas diárias ou percebidos como um novo nome, mas também podem ser confundidos, trocados, negados, sabotados, re-inventados:

Mosca, seja no “Fortalece Aí”<sup>13</sup>, seja na programação da Rádio Madame Satã, continua acreditando que é possível voar. Pulga, com sua voz grave, quase gutural parece nos dizer verdades atrás da orelha e não pára de demonstrar como são falhas nossas perspectivas parciais. Pulga, como o próprio apelido sugere, em determinado ponto da narrativa pode estar na Zona Norte, no Centro ou na Zona Sul, sua mobilidade, sua inquietude é uma marca: Pulga não pára. Pulga pode ser um ou muitos. Dudu não é um herói, tampouco é o protótipo do anti-herói. É franzino e não parece ter nenhuma influência especial no grupo do qual faz parte. Apesar das agruras do dia-a-dia, Dudu sorri, me coloca um apelido e está louco para rever a namorada.

---

<sup>13</sup> O “Fortalece Aí” é um evento produzido por Mosca e apoiado pela Rádio Comunitária Madame Satã, situada na Lapa e ligada a Associação Excola. O evento acontece em baixo dos Arcos-da-Lapa. Além de música, vídeos, curtas palestras, preservativos, “papos-retos”, é distribuído o famoso sopão (o sopão pode ser caldo verde, mocotó, cachorro quente, etc.) do Fortalece. A expressão “fortalece” é uma muito comum para falar de atitudes que envolvam (em vez de caridade ou filantropia) solidariedade.



## CAPÍTULO I

Quando nos propomos a trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua um, dentre outros recortes, nos chama atenção. Por que neste trabalho está presente uma determinada parcela, dentre as que habitam as ruas por onde passamos? Porque pensar, também aqui, um recorte como a infância? E como pensar esse recorte, não como oposição a um mundo adulto, mas afirmativamente? Em contraposição ao tipo psico-social, podemos conceber, na criança e no adolescente, marcas de um lugar de resistência evidenciados por um brio, mesmo na extrema miséria, um inconformismo e uma “irresponsável” coragem? Acreditamos que a explicitação da separação entre criança e adulto indica a existência de manifestações de potência de vida, de resistências que precisam ser isoladas, amansadas, domadas.

Consideramos fundamental o tema da produção da **infância** para examinar implicações relacionadas ao uso desta categoria e o que faz com que se queira a todo custo, e com o auxílio de vários discursos/práticas, subtraí-la a determinados grupos, criando outras classificações, que vão do menor ao monstro, passando pelo menino-de-rua, pelo delinquente e pelo abandonado entre outras. Quando assinalamos “produção” da infância, queremos estar atentos ao fato de que, mesmo considerando a enorme influência que uma determinada categoria *exerça* em nosso modo de vida, ela não é uma “manifestação pura” da natureza. No caso deste trabalho, ao consideramos a produção da infância, queremos marcar a importância desta construção, todavia atentando para o fato de que nenhuma necessidade transcendental, nenhuma natureza ou essência da infância (ou da adolescência) será aqui evocada. Até porque várias infâncias são e foram produzidas.

Por que então escolhemos como ponto de partida a produção da infância na Europa do século XVIII? Acreditamos que nesta produção encontram-se rupturas que, se não são causas ou explicações para as infâncias com as quais temos contato atualmente, deixam claro como práticas, discursivas ou não, criam e naturalizam determinadas objetivações.

Como forma a nos ajudar a desnaturalizar a infância, ou seja, perceber como este artefato social foi construído e (se) vem sendo desconstruído de forma especial para um grupo social, Corazza nos propõe uma pergunta: “Como foi mesmo que chegamos até aqui?” (Corazza, 2000, p.52). Embarcaremos então nesta trilha, sabendo que não se trata de uma caminhada regular e encadeada linearmente, tendo como bússola e roteiro um desdobramento desta questão: “O que era a infância nos tempos mais antigos e o que se tornou hoje?” (Idem, p.53)

## 1.1 - O PROCESSO É LENTO

Uma das publicações mais utilizadas na pesquisa da infância, seja pela produção de duplos, desdobramentos ou críticas, é o clássico *A História Social da Criança e da Família*, do historiador Philippe Ariès que, no início da década de 1960, faz um estudo em que apresenta a tese de uma ausência do sentimento de infância na Idade Média, onde a criança era considerada uma “coisa divertida, mas pouco importante” (Ariès, 1981, p.22), o que, segundo o autor, “não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas” (Idem, p.156).

A obra de Ariès parte da afirmação de que na civilização grega era frisada uma diferença entre a infância e o mundo adulto e esta passagem de um mundo a outro era feita através da educação e de processos de iniciação. Embora considerando a existência de diferenças entre a concepção de infância naquele momento e a atual, estudos influenciados por Ariès, como a obra do americano Neil Postman, afirmam que os gregos não inventaram a infância, mas a idéia de infância por estes vivenciada é, para nós, significativa a tal ponto que, “dois mil anos depois, quando ela *foi* inventada, pudéssemos reconhecer-lhes as raízes”. (Postman, 1999, p.22)

Com a decadência das ditas sociedades clássicas e com o desenrolar do período que hoje conhecemos como Idade Média, uma mudança crucial: Ao contrário das sociedades tradicionais, na Europa da Idade Média o que se apresenta é a ausência do lugar ou do sentimento de infância.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (Ariès, 1981, p.10)

Esta mudança ou desaparecimento do sentimento com relação à infância estão referidos à forma como a educação passou a funcionar na Europa Medieval. As ditas sociedades clássicas, sejam os espartanos, os atenienses, ou mesmo os romanos algum tempo depois, como afirma Postman, cultivavam a idéia de escolarização em determinados locais onde meninos brincavam, faziam exercícios, aprendiam escrita e leitura. Durante a Idade Média, entretanto, as crianças, via de regra, não iam à escola. A aprendizagem era garantida graças à convivência com os adultos, assim, “a criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las” (Ariès, 1981,

p.10). Aprendizado, prática e experimentação eram então inseparáveis da vivência cotidiana. Crianças transitavam entre os adultos em quaisquer locais, vendo, ouvindo, sentindo odores, gostos e, de uma forma ou de outra, participando ativamente da vida social.

Ariès considera fundamental este traço das sociedades medievais e afirma que a aprendizagem realizada desta forma é incompatível com um sistema que divida classificações por idade. A aprendizagem não sistematizada, mas obtida através da experiência, dispensava qualquer tipo de separação referente à faixa etária do aprendiz.

Postman nos chama atenção para o fato de que as escolas, embora escassamente, continuaram a existir durante a Idade Média, sendo em grande parte ligadas à Igreja. O que deixa de existir é o conceito de educação letrada, ou aprendizagem sequencial, em outras palavras, não existia “nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto.” (Postman, 1999, p.29)

A maioria dos autores que desenvolve estudos sobre o período medieval afirma que a infância durava até por volta dos sete anos de idade. A partir daí as crianças já dominariam completamente o uso das palavras e, portanto adquiriam uma certa autonomia. A infância apresentava, assim, um caráter muito mais ligado à relação dependência/independência que às transformações físicas ou fenômenos biológicos. As distinções entre a primeira idade, o que chamaríamos hoje de adolescência, juventude e idade adulta dispersavam-se, e, quando existiam, tinham sentidos e importância completamente diversos dos que têm hoje. O mais importante é percebermos que, a rigor, as objetivações “criança” e “adolescente”, tais como as conhecemos hoje, não existiam. “Essa indeterminação da idade se estendia a toda atividade social: aos jogos e brincadeiras, às profissões, às armas”. (Ariès, 1981, p.156) Ou seja, atividades, sejam de lazer ou profissionais, eram partilhadas sem a distinção do que era ou não coisa de criança.

É bom lembrar também que a expectativa de vida naquela época era bem menor. Para que o filhote de homem pudesse chegar a essa autonomia onde já “se bastava”, ele enfrentava um grande índice de mortalidade na infância. Ariès afirma ser este um dos fatores pelos quais não se pensava na criança como tendo personalidade humana. Eles morriam tão cedo e em número tão grande que era como se não houvesse tempo o suficiente para que lhes fossem atribuídos estes predicados. Neste contexto, uma espécie de desapego, uma certa indiferença pelos infantes, segundo Ariès, “era uma consequência direta e inevitável da demografia da época”. (Ariès, 1981,

p.57) Isso não significa que necessariamente as crianças fossem vítimas sistemáticas de desprezo ou abandono.

Contudo, entre as inúmeras causas do que hoje chamaríamos de “alta taxa de mortalidade infantil”, nos desperta a atenção o fato de que era comum que crianças morressem asfixiadas nas camas dos pais. Podemos supor aí, além da possível intenção de manter o bebê aquecido ou protegido, uma certa tolerância com o infanticídio, que embora não chegasse a ser digno de confissão, era mais percebido como pecado que como crime e, mesmo que não fosse livre de punição, era largamente praticado em segredo, quase como uma espécie de descuido.

O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito. (Idem, p.17)

Ariès denomina como “paparicação” uma espécie de primeira idade, em que a criança não era considerada exatamente um ser humano, mas algo entre o animalzinho de estimação, o bibelô e o brinquedinho. Quando ela conseguia a improvável façanha de sobreviver além desta fase, passava então a viver imersa em um meio social onde não conseguiríamos encontrar o que hoje reconhecemos como famílias nucleares. Este comportamento, embora se manifestasse de diferentes maneiras, não se restringia a uma ou outra classe social. As famílias diluíam-se em um ambiente repleto de vizinhos, amigos, parentes, etc. Todas as interações se davam oralmente, diminuindo (eliminando) assim a necessidade de ler e escrever (cf. Postman, 1999).

Ariès desenvolve uma segunda tese em seu livro, localizando no século XVII o que descreve como uma mudança substancial, embora não de forma súbita: A criança deixa de ser misturada aos adultos e é recolhida a um espaço onde deve acontecer a aprendizagem, através da escolarização. A escola, embora não seja uma invenção da civilização européia moderna, traz na sua reinvenção, a produção do moderno conceito de infância, que, de certa forma, nos acompanha até hoje.

A escola moderna nasceu sob forte influência dos padres jesuítas, e funcionava como uma forma de enclausuramento, pelo qual a criança ficava separada do convívio adulto em uma espécie de “quarentena” até ser considerada apta a tornar-se parte deste mundo. É claro que, neste

momento, a escola ainda estava longe de tornar-se uma concepção universal e nem todo mundo passava por esta separação.

Se considerarmos que, mesmo na nobreza, muitas vezes os colégios eram ignorados enquanto os jovens nobres uniam-se precocemente às tropas em combates, podemos afirmar que a distribuição de escolaridade, até então, não era feita essencialmente a partir de classe social. Contudo, inegavelmente, o núcleo das pessoas que começou a ser escolarizado estava na classe burguesa. É pertinente supor que as ditas classes baixas nem tinham condições para sustentar a idéia de infância que se formava naquele momento.

Em sintonia com a (re) invenção da instituição escola, Ariès situa entre o fim do século XVII e início do século XVIII um movimento de valorização da família nuclear. Tal concepção de família, diferente da medieval, diluída no espaço social, não era mais referida à prática comum de um ofício ou à conservação de bens. A afeição, a intimidade, a importância à vida privada, fazem parte de um “recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva”. (Ariès, 1981, p.23)

Os argumentos de Neil Postman com relação à “invenção da infância” durante os séculos XVII e XVIII afinam-se em muitos pontos com a tese de Philippe Ariès, inclusive reconhecendo a escola como procedimento de separação indispensável, no qual as crianças deixam de ser vistas como miniaturas de adultos e “assumem o status” de seres em formação. No entanto o autor coloca em cena, uma sutileza: mais que a separação física entre adultos e crianças através da escolarização, o próprio letramento seria uma espécie de “ritual de passagem”. Postman acredita que a presença ou a ausência de alfabetização é o fator que pode criar ou eliminar a noção de infância.

Postman vincula a idéia de inexistência do sentimento de infância na Idade Média à falta de importância dada à leitura, ao fato de que nem os velhos nem os jovens precisavam saber ler, vivendo no mesmo mundo social, compartilhando o mesmo nível de conhecimento e o mesmo “ambiente informacional”. O autor aponta mais que a reclusão nas escolas, a própria invenção da prensa tipográfica, em 1450, e a conseqüente “explosão de conhecimento” como acontecimento marcante para a produção de um fosso a separar a infância e idade adulta.

Num mundo letrado, a competência ou incompetência com relação à leitura são fatores de distinção fundamental na relação com o conhecimento. Torna-se, então, necessário um estágio intermediário entre infância e idade adulta, uma infância prolongada ou, nas palavras de Postman,

“as crianças precisam *transformar-se* em adultos” (Postman, 1999, p.27-8). Não é difícil perceber que, o que está sendo criado aí, é também o moderno conceito de adulto. Postman afirma que estas transformações transcorreram em quase duzentos anos para então se tornarem um “aspecto aparentemente irreversível da civilização ocidental.” (Idem, p.42)

a tipografia – ao separar a mensagem do mensageiro, ao criar um mundo abstrato de pensamento, ao exigir que o corpo se subordinasse à mente, ao enfatizar as virtudes da contemplação – intensificou a crença na dualidade de mente e corpo que, por sua vez, encorajava um desprezo pelo corpo. (Idem, p.62)

Autocontrole, moderação, tolerância ao adiamento do prazer, valorização da razão e capacidade de abstração; modos de ser e portar-se que, se não eram inexistentes na Idade Média, passam a ser neste momento, características do tipo adulto que uma sociedade letrada passa a exigir.

Enquanto na Europa medieval os segredos não existiam, a partir da invenção da imprensa, juntamente com um cuidado moral e espiritual, os assuntos proibidos do mundo adulto passam a existir, qualificando o que dizer e o que não dizer na frente das crianças. Neste contexto também surgem os jogos e brincadeiras contra-indicados e os lugares que não deveriam ser freqüentados. A visão moderna passa a considerar a necessidade de manter a criança protegida dos segredos do mundo adulto, principalmente os sexuais.

Postman põe, então, em cena, ao lado da invenção da imprensa, dois dispositivos de controle social em conexão, o sentimento de vergonha e sua relação com os segredos. Tais dispositivos vão, segundo o autor, ser responsáveis pelo corpo, mantendo-o no seu devido lugar, ou seja, separado e em estado de submissão à alma. Tornar-se adulto era também ter acesso a determinados segredos. A vergonha era o que impedia que este acesso fosse alcançado demasiadamente cedo. As boas maneiras e a capacidade para leitura seriam tributos a se pagar para entrar no mundo dos adultos.

Do ponto de vista da criança, a vergonha dá poder e autoridade aos adultos. Pois os adultos sabem, ao passo que as crianças não sabem, que palavras são grosseiras e não devem ser ditas, que assuntos são vergonhosos e não devem ser discutidos, que atos só são admissíveis na esfera privada. (Postman, 1999, p.100)

Neste contexto, a partir da invenção da tipografia, as famílias tornam-se responsáveis tanto pelo compromisso em assegurar a educação escolar como por uma continuação dessa educação em casa. A formação de um adulto adequado, tendo a família como primeiro aliado e responsável, passa por uma transformação na relação entre pais e filhos, de forma que o modelo de infância é construído ao mesmo tempo que o modelo de família moderna.

Segundo Postman, todo este controle da informação realizado pela escola e pela família moderna desenhou o contorno dos territórios a serem ocupados pela infância e pela idade adulta. O autor entende que estes territórios apresentam-se, nos dias de hoje, com fronteiras cada vez menos nítidas, uma vez que a distribuição diferenciada da informação vem sendo deteriorada desde meados do século XIX com a invenção do telégrafo e mais acentuadamente após seu desdobramento, em meados do século XX, com a criação da televisão.

Postman afirma que a infância como estrutura social produzida, com a cultura literária e práticas discursivas peculiares, a partir do século XVI foi sendo paulatinamente naturalizada. No século XVIII, com o Iluminismo, a idéia de infância foi reforçada e divulgada, chegando fortalecida aos nossos dias, quando, a partir da cultura visual do “show-business”, representado pela televisão, ela começa a desaparecer.

A mídia televisiva, por suas características, principalmente de acessibilidade, recria condições de um ambiente semelhante aos da época medieval, quando todos compartilhavam das mesmas informações.

Na Idade Média não havia crianças porque não havia para os adultos meio de contar com informação exclusiva. Na Era de Gutenberg surgiu esse meio. Na Era da Televisão ele se dissolveu. (Postman, 1999, p.99)

A escrita, paradoxalmente, torna um conhecimento acessível ao mesmo tempo em que cria obstáculos à aquisição deste conhecimento; a televisão, ao contrário, não diferencia ou segrega seu público, o que torna impossível manter qualquer espécie de segredo. Toda e qualquer pessoa, independente de aprendizado de alguma habilidade, qualquer estágio ou preparação, pode saber tudo, tem acesso a tudo que é mostrado. As crianças deixam então de ser distinguidas pelo que não sabiam. E, segundo Postman, quando não há “segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância”. (Idem, p.94)

Segundo o autor, não há, e não existem motivos para que haja uma significativa diferença de complexidade entre uma programação televisiva para adultos ou crianças, que desde muito cedo (por volta dos três anos) já têm programas favoritos, pedem produtos anunciados, cantam vinhetas, etc. Tudo é concreto, auto-explicativo, simples e direto. Postman não concebe as crianças, anteriormente ao advento da televisão, como seres puros e inocentes, contudo, faz uma diferenciação radical entre aquelas crianças e as contemporâneas da mídia televisiva:

Também não afirmo que no passado as crianças ignoravam completamente os assuntos do mundo adulto; nunca, porém, desde a Idade Média, as crianças souberam tanto sobre a vida adulta como agora. (Idem, p.111)

As crianças tornam-se, neste ambiente informacional, indistinguíveis dos adultos. Postman afirma que para comprovarmos esta atual indistinção, basta atentarmos para a imensa semelhança entre a linguagem, as atitudes, os jogos, o vestuário, a aparência e os desejos de crianças e adultos a nossa volta. Um outro indício do desaparecimento da infância seria a quantidade de publicações dedicadas ao tema, uma vez que, segundo o autor, os historiadores debruçam-se sobre artefatos sociais quando estes estão em vias de tornarem-se obsoletos. Postman é enfático ao afirmar: “O fato é que a idéia de infância como uma estrutura social não existiu na Idade Média; surgiu no século dezesseis e está desaparecendo agora”. (Postman, 1999, p.158)

A concepção de infância apresentada por Postman, bem como outras concepções aliadas à tese de Philippe Ariès, são atualmente criticadas, principalmente por sociólogos, por considerar a inexistência do sentimento de infantilidade na Idade Média e por tomar a noção de infância da Europa Moderna como “a descoberta” da infância. Segundo tais críticas, esta é uma tendência à concepção de história linear e evolutiva, bem como uma negligência a outras culturas e outras formas de encarar a infância.

Tais críticas contrapõem a esta “descoberta”, a idéia de “infância como construto social” que varia com relação aos períodos e lugares examinados. O sociólogo Colin Heywood (2004), por exemplo, faz uma síntese das pesquisas sobre a infância produzidas atualmente na Europa e nos Estados Unidos, e identifica várias “descobertas” da infância, seja no século VI, XII ou XVI.

Heywood afirma que Neil Postman, considerado pelo sociólogo um “observador razoavelmente perspicaz”, engana-se ao supor, da mesma forma que Ariès, a infância como uma



descoberta da modernidade. O autor considera o desaparecimento da infância, sugerido por Postman, “tão exagerado quanto a ‘descoberta’ postulada por Ariès” (Heywood, 2004, p.44). Acreditando que “uma abordagem mais plausível seria certamente não perder de vista as formas mutantes de infância como construto social”. (Idem, p.44-5)

Heywood conclui, a partir da consulta a diversos historiadores, que houve exagero no enfoque dado a vários acontecimentos relacionados pela tradicional história da criança. O autor cita, como exemplo, a afirmação de Ariès de que na Idade Média as crianças, desde muito cedo eram afastadas de suas famílias. Embora Ariès afirme que isto acontecia geralmente em torno dos sete anos de idade, Heywood argumenta que, embora algumas crianças realmente fossem afastadas da família em torno dos sete anos para tornarem-se serviçais ou aprendizes, na maioria dos casos isto só acontecia depois dos treze anos ou mesmo por volta dos vinte anos. Da mesma forma o sociólogo afirma que a demasiada importância dada ao infanticídio, ao abandono, à relação com as amas-de-leite, etc. podem ser devidas à farta documentação sobre estas práticas, bem como à sua carga dramática, mas que, na verdade, “a maioria das crianças terá sido poupada desses traumas, vivendo histórias mais banais”. (Heywood, 2004, p.107)

O grau de relativismo utilizado por Heywood, ao criticar o suposto exagero de algumas descrições dos dispositivos de controle das crianças, é tamanho, que por vezes chega a parecer ingênuo ou portador de uma finíssima ironia, como na passagem em que o autor afirma que:

As crianças podem muito bem ter compreendido que as práticas que parecem abusivas hoje em dia, tais como açoitamentos frequentes, eram motivadas pelo amor e por uma preocupação com seus interesses. (Idem, p.155)

O sociólogo admite, no entanto, algumas características utilizadas na argumentação de Ariès, como a diminuição do tamanho das famílias e o aumento da atenção referida às crianças, bem como o papel de local para atividade das crianças, assumido pela escola a partir da Idade Moderna. A principal divergência com relação à tese de Ariès é a atribuição à infância de qualidades como a inocência e a dependência, postulada pelo historiador. Nos perguntamos se considerar a infância como “algo” que varia de cultura para cultura, dependendo do lugar e da época, não é (também) considerar a infância como “algo em si” a que se aplicariam atributos. Colin Heywood tem como fecho de sua obra uma frase significativa: “Talvez nunca devesse se subestimar o poder de uma criança” (Idem, p.229). Não temos dúvidas que este poder não é

subestimado, e que, justamente por isso, foi produzido o dispositivo de infantilidade. As lutas produzidas em torno do dispositivo infantilidade seriam justamente um indicativo do quanto a relação poder/resistência está marcada (também) na invenção da infância.

Apostamos em uma leitura na qual as mudanças ocorridas entre os séculos XVI e XVIII não digam respeito a uma descoberta, mas a invenção de uma concepção de infância que, de certa forma, nos acompanha até os dias de hoje. Esta produção, que emerge em uma relação de forças em determinado momento, penetra e é penetrada por dispositivos, sendo ela mesma, a rigor, parte de um dispositivo entre outros, a saber o dispositivo de infantilidade, que se conecta aos outros formando uma rede. Existem especificidades com relação a cada prática em todo dispositivo, mas quando observamos estas práticas em uma rede de práticas/discursos somos estimulados a percebê-las nas relações de poder. No que podemos chamar de dispositivo de infantilidade percebemos explicitações destas relações. Quando surgem as diferenciações com relação aos jogos, por exemplo, estes se distinguem entre jogos para fidalgos e nobres de um lado e jogos para crianças e plebeus em outro lugar. No caso das vestimentas, as roupas das crianças, a partir do século XVI, começam a apresentar uma distinção que, no entanto, se dá a princípio com relação aos meninos burgueses e nobres. Os vestidos das meninas, sejam de que classe fossem, continuaram durante muito tempo iguais aos das senhoras. Percebemos esta rede de “práticas bem concretas de alquebrar a vontade, controlar as emoções, disciplinar os intelectos” (Corazza, 2000, p.243) espalhando-se, seja através dos jogos e brincadeiras, dos contos de fadas, a partir de então infantis e com sentido moralizador, como, em outro momento, através da atenção médico-familiar ao aprendizado do controle dos esfíncteres das crianças e da reprovação ao auto-erotismo, inclusive através de castigos imputados aos meninos ou meninas que tocassem suas próprias genitálias. A intimidade familiar burguesa e a busca por uma educação/escolarização “como antídoto contra a influência corruptora do mundo” (Idem, p.243) são, todavia, dispositivos privilegiados na produção da concepção de infância moderna, que de certa forma ainda nos diz respeito.

Ao pensarmos com Michel Foucault as mudanças das quais nos fala Ariès, percebemos que a escola aparece como um dos aparelhos (talvez o mais poderoso) de controle das famílias através das gerações mais novas. Instituições como escola, educação, família nuclear, etc., emergem como manifestações de uma nova maneira de se exercer o poder. Diferente da Soberania, forma hegemônica como o poder era exercido até então, o Poder Disciplinar já não se

baseia na retirada e apropriação de bens, nem na figura central de um soberano, distribui-se, através de procedimentos de vigilância e normalização, em diversos espaços institucionais: fábricas, prisões, escolas, quartéis etc.

Este novo mecanismo de poder apóia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. (Foucault, 1996, p.187-8)

Foucault nos mostra que este modo de exercer poder tem como uma de suas características o fato de ser descentralizado. Contudo, enquanto invenção produzida em uma recém-formada sociedade burguesa, o poder disciplinar torna-se indispensável ao desenvolvimento desta burguesia, bem como instrumento utilizado no processo de formação do capitalismo industrial. As práticas disciplinares incidem nos corpos individuais de forma a aumentar sua habilidade maximizando sua eficácia. Corpos disciplinados devem ser produtivos e para que haja determinado tipo de produção, estes corpos devem ser, sobretudo, corpos dóceis e previsíveis. A normalização, enquadramento do indivíduo dentro de uma boa margem de previsibilidade, é feito através de dispositivos de vigilância e punição, formas de diminuir a potência de diferir e ao mesmo tempo estratégias de contenção dos desviantes. No entanto, o poder disciplinar não se caracteriza pela negatividade, pela repressão, ao contrário, é uma forma de poder que incita, engendra formas de desenvolver habilidades no corpo produtivo, produz positivities. Saberes científicos começam a ser concebidos, produzem-se operários, inventam-se prisões, estudantes, quartéis, detentos, soldados, personagens, teorias, instituições. O poder disciplinar está disseminado nas relações entre diversas objetivações no início da Idade Moderna de tal forma que, hoje estas objetivações nos parecem objetos naturais. A educação formal através da escola que, de certa forma, nos atravessa desde aquele momento histórico e ainda hoje é naturalizada como uma instituição para promoção ou auxílio ao “desenvolvimento” (ou, seja, transformação em adultos) de crianças e adolescentes, ganha outros contornos quando

constatamos que seu modo de funcionamento não difere muito do que é operado nas fábricas, nos quartéis ou mesmo nas prisões. São instituições que operam não só na contenção de multiplicidades como na produção de um tipo de subjetividade. A infância fixada à instituição escola, nos faz pensar educação como um dispositivo de dominação e escola como um aparelho de controle, não só dos infantes, como das respectivas famílias.

## 1.2 – Um Buraco mais embaixo

*Deus é um cara gozador, adora brincadeira  
Pois pra me botar no mundo, tinha o mundo inteiro  
Mas achou muito engraçado me botar cabreiro  
Na barriga da miséria nasci brasileiro  
Eu sou do Rio de Janeiro.<sup>14</sup>*

As histórias das crianças no Brasil, país inventado como colônia escravocrata e com industrialização tardia, apresenta idiossincrasias que fazem pensar a propriedade do uso dos parâmetros da produção da infância na modernidade européia. A coletânea de textos *História das Crianças no Brail*, organizada por Mary Del Priore na década de 1990, questiona, entre outras coisas, a institucionalização da forma escola como determinante para a produção da infância no Brasil-Colônia. Del Priore argumenta que mesmo a Companhia de Jesus se ocupando, desde o início da colonização, não só com a conversão dos índios, mas também com a função docente, as escolas jesuítas da era colonial eram em número insuficiente além de serem oferecidas para poucas pessoas.

O ensino transmitido pelos religiosos detinha-se ante alguns hábitos dos nativos, como o nomadismo, que dificultava a inculcação dos valores transmitidos pelos jesuítas, bem como o abandono dos valores da cultura indígena. Os obstáculos à proposta de educação e conversão jesuíta eram tão relevantes que, segundo Chambouleyron, “tanto os problemas com os meninos, como a própria evangelização dos adultos, levaram os padres a optar cada vez mais por uma conversão pela ‘sujeição’ e o ‘temor’” (Chambouleyron, 1999, p.10), embora a aplicação de castigos físicos ficasse, na maioria das vezes ao encargo de algum leigo que não fosse membro da Companhia de Jesus. Ou seja, os curumins, que não conheciam o significado de pobreza e desconheciam a violência física com relação às crianças, se não foram dizimados, adquiriram como principal herança, o conhecimento do castigo infantil. Familiarizaram-se com ele através da Companhia de Jesus.

---

<sup>14</sup> Partido Alto, música de Chico Buarque.

Uma outra peculiaridade diz respeito ao fato de sermos uma sociedade escravista até o final do século XIX. A constatação de que, se em alguns aspectos as crianças se igualavam pela idade, em outros casos o “sinhozinho”, em vez de não-falante, mandava em voz alta, e o adulto escravo obedecia calado. Por sua vez, a criança escrava, antes de ser criança era peça, cria, custo, ganho. Lobo (1997) nos chama a atenção para o fato de que, sendo um país de origem escravocrata, “não há registro de uma memória escrita pelos próprios escravos” (Idem, p.216), justamente por que os negros, sejam escravos ou forros, eram proibidos de obter educação escolar. Na outra ponta, as elites, quando não mandavam os filhos homens estudarem na Europa, optavam pelo ensino no interior da casa grande, contratando mestres para formar seus filhos como médicos ou advogados. Para as mulheres eram reservados o aprendizado dos afazeres domésticos e o projeto de um bom casamento. Entre os dois extremos da paisagem urbana do Brasil Colônia, contudo, prolifera uma população brasileira que não se resume apenas a alguns nativos e escravos de um lado ou grandes senhores do outro. Existia uma enorme parcela da população que se encontrava entre os homens-livres, porém, despossuídos. O aprendizado em escolas, obviamente, também não era dirigido a eles.

As escolas, raras no Brasil Colônia, tornaram-se ainda mais escassas, quando, a partir do governo do Marques de Pombal, na segunda metade do século XVIII, deu-se a expulsão da Companhia de Jesus do território nacional. Apesar da tentativa de implantação de uma educação formal com realização de concursos para professores régios e licenciamentos para ensinar, alfabetizar não era um ofício valorizado (nisto o Brasil Colônia não se diferencia muito do que chega ao século XXI) de forma que, “da profissão de mestre de primeiras letras só se ocupasse quem não tinha condições de fazer mais nada na vida” (Idem, p.423-4). Em outras palavras, o analfabetismo no Brasil Colônia era a regra, seja entre os escravos, os índios, trabalhadores livres ou mesmo entre fazendeiros e outros “senhores”. Enfim, podemos dizer, com Del Priore (1999) que “há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação” (Del Priore, 1999, p.105). Assim, outros dispositivos e um outro conjunto de práticas teve um destaque bem maior que a escola na história das crianças no Brasil.

Desde o tempo do Brasil Colônia, uma das preocupações dos ainda pequenos núcleos urbanos era a *exposição*, termo utilizado para o fenômeno, “importado” da Europa, do abandono de crianças, algumas recém-nascidas, em vias públicas, nas portas das casas, igrejas, hospícios,

hospitais, igrejas, em terrenos baldios, enfim, em qualquer lugar. O fenômeno da exposição se distinguia do infanticídio apenas porque pressupunha práticas de recolhimento. Mesmo com a forte influência que a Igreja Católica exercia no mundo cristão, condenando ambas as práticas, elas foram muito comuns e o resultado, na maioria das vezes, era semelhante. Assim, Aristóteles, em *Política*, já considerava “a necessidade do infanticídio, desde que a exposição não fosse permitida pelos costumes da *pólis*” (Corazza, 2000, p.65). Contudo, na Europa medieval, em virtude da grande mortalidade, principalmente infantil, da escassez de mão-de-obra, não existia nenhum mecanismo específico para dar conta do abandono de crianças, elas eram acolhidas por artesãos, mosteiros, ou mesmo aproveitadas como futuros soldados do senhor feudal.

Conforme Lobo (1997), no Brasil colonial, a exposição apresentou-se como um fenômeno tipicamente urbano.

(Nas) “fazendas da sociedade colonial brasileira: o bastardo, fruto da exploração sexual da mulher índia ou negra pelo senhor português, quando abandonado, ou era escravizado ou absorvido como agregado a serviço da defesa paramilitar das propriedades, como capitão-do-mato, ou em outras tarefas para as quais o escravo não era indicado.” (p.398)

Índios não costumavam abandonar seus filhos e o contingente de crianças negras era mínimo, dadas as condições extremamente adversas, e a quantidade bem menor de mulheres negras, entre as “peças importadas”. Também era bastante improvável a constituição do que hoje chamamos família nuclear entre os escravos do Brasil Colônia. Parentes, grupos, etnias eram propositalmente separados pelos senhores de modo a dificultar qualquer forma de organização ou revolta coletiva. Em todo caso, havendo chance para isso, as crianças eram cuidadas pelo grupo de escravos adultos ao seu redor. De uma forma geral, podemos dizer que o maior contingente de expostos era de crianças urbanas de origem branca. Estes bebês, em grande parte, eram abandonados “para proteger a honra de mães solteiras”, quando não eram realizados abortos ou infanticídios dos frutos proibidos, provas de pecado e motivos de desonra. Os registros que dão base a esta afirmação vêm, curiosamente, a partir de um dispositivo de origem religiosa, também “importado” da Europa.

A “Roda” não passou de um restrito episódio: alguns séculos somente e localizado em poucos países – Itália, França, Alemanha, Portugal, Brasil. Nem por isso é menos importante na história dos mecanismos

de poder-saber do dispositivo de infantilidade, enquanto sua dobradiça por excelência, seu dispositivo de eixo giratório. (Corazza, 2000, p.60)

Em sua origem medieval, a “Roda” servia para que os habitantes dos mosteiros e conventos recebessem objetos, alimentos e mensagens do mundo exterior ao claustro. Tanto lá como aqui, este dispositivo foi transformado para que em seu interior fosse depositada uma outra mensagem do exterior a um outro tipo de claustro, tornando-se característico da história do *abandonado-brasileiro*, como já era do *abandonado-europeu*. O dispositivo era constituído por um cilindro oco e vertical que girava em torno de seu próprio eixo, com uma abertura que ao girar impedia as pessoas que estavam do lado de dentro verem as pessoas do lado de fora. A *Roda dos expostos* é a imagem paradoxal de um dentro do fora onde eram postos os abandonados. O aparelho garantia o anonimato do expositor (pessoa que abandonava a criança). As Santas Casas, onde localizavam-se as Rodas de Expostos, dispunham de uma campainha do lado de fora que devia ser acionada quando o bebê fosse depositado no fundo almofadado do cilindro.

Segundo Lobo (1997), as primeiras rodas de expostos utilizadas no Brasil datam de 1726, na Bahia e 1738 no Rio de Janeiro. Este dispositivo, no entanto permanecerá existindo durante a República, tendo sua extinção definitiva somente na década de 1950. As preocupações cristãs, evidenciadas no dispositivo da Roda, diziam respeito tanto à vida do pequenino que se perdia quanto à alma que, sem o batismo cristão era impedida de desfrutar do paraíso. Assim que eram recebidos na Roda, os bebês eram encaminhados a amas-de-leite. Uma parte destas amas eram escravas alugadas, cujos filhos haviam sido arrancados à força ou depositados na roda de expostos na esperança de que no futuro fossem homens livres. Mesmo assim o número de crianças negras ou mestiças depositadas na rodas de expostos era mínimo. É curioso perceber que, na maioria dos casos, em vez de se justificar por uma família desestruturada, o abandono de crianças na roda de expostos parecia estar atrelado a famílias muito bem estruturadas, para as quais aquela criança era encarada como uma possível desestruturação, como nos sugerem os registros relatados por Russel-Wood:

(que) datam apenas de outubro de 1757, mas não há motivos para acreditar que a composição racial desses expostos diferisse substancialmente da dos períodos anteriores. Nos últimos três meses daquele ano, foram deixadas vinte e três crianças na roda; somente



quatro dessas eram de cor, e as dezenove restantes eram brancas. Em 1758, o primeiro ano sobre o qual existem registros completos, foram deixadas na roda setenta e nove crianças; cinqüenta e cinco destas crianças eram brancas e somente vinte e quatro eram de cor. Os registros dos anos subseqüentes mostram uma predominância semelhante de crianças brancas”. (Russel-wood, apud Lobo, 1997, p.400)

Seja com escravas ou mulheres livres do interior, os expostos na roda permaneciam até os três anos de idade com as amas-de-leite. O número de mortes era muito grande, a maioria das crianças não chegava à idade adulta. Era comum, inclusive, em caso de morte antes dos três anos, a ama-de-leite continuar recebendo por algum tempo seu salário sem declarar a morte da criança. Havia também casos de mães que se ofereciam como amas-de-leite dos próprios filhos abandonados anteriormente. Passada a idade em que ficavam com as amas, as crianças, quase sempre não tinham para onde ir, uma vez que, via de regra, não podiam ficar nas Santas Casas e nem as amas aceitavam-nas mais consigo. Não seria surpreendente que essas crianças fossem encontradas perambulando pelas ruas, que pedissem, fossem empregadas em trabalhos forçados ou praticassem pequenos furtos como estratégia de sobrevivência.

Outro personagem que frequenta a nossa História, a partir do século XIX tem com o “abandonado” uma relação que não parece ser a de ancestralidade ou origem: O “menor” surge no âmbito da medicina legal apresentando, a princípio, uma conotação fortemente jurídica: é o indivíduo que ainda não atingiu a maioridade, exigindo assim leis específicas. O termo é institucionalizado e passa a fazer parte do discurso oficial desde o início do século XX, quando surge o primeiro Código de Menores no Brasil. Após discussões iniciadas desde 1906, o Código de Menores surge em 1927, elaborado com a participação de juristas e médicos higienistas da época. Seu texto só foi revisto em 1979, mais de cinqüenta anos após sua promulgação e a lógica menorista, que fundamentava tanto o texto original como sua revisão, exerce influência até os dias atuais. Teoricamente, o Código de menores surgiu como regulamentação das formas de assistência e proteção ao menor. O pano de fundo, no entanto, eram dados que quantificavam o aumento da criminalidade infantil e produção de novas formas de controle suscitadas.

Com o Direito de Menores institui-se uma política sustentada num discurso preventivo e não punitivo, a partir do trinômio assistência-

prevenção-proteção. No entanto, a prática será punitiva com fins “corretivos”, produzindo efeitos preventivos. (Scheinvar, 2002, p. 93)

Segundo Edson Passetti, é preciso apenas uma leitura para que possamos notar que o código é feito especialmente “para crianças e jovens oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda” (Passetti, 1985, p. 31). A diferenciação que institui menores como aquelas crianças e adolescentes de origem pobre aprofunda-se na década de 1940, ou seja, em plena *Era Vargas* quando é promulgado um novo Código Penal brasileiro, onde ficam instituídas medidas mais severas para adolescentes infratores a partir de 14 anos de idade e 18 anos como o limite para a imputabilidade penal. O Serviço de Atendimento ao Menor, o famigerado SAM, concentra o foco de sua ação no abandono de crianças e adolescentes:

O abandono é objeto de inúmeras medidas chamadas de proteção, em nome das quais são criadas entidades para o recolhimento de crianças e jovens, dentre as quais consta uma Delegacia Especial de Menores Abandonados, a cargo da polícia, sob o argumento de eles serem vagabundos. (Scheinvar, in Nascimento, 2002, p. 100)

Atualmente, percebemos a associação entre menor e abandonado e quase não consideramos a possibilidade da existência de um sem o outro. O menor com certeza foi abandonado pela família, abandonou a escola e foi abandonado pelo poder público. O menor-abandonado é um dos personagens mais citados ao se falar em crianças pobres brasileiras. Outra subjetividade bem íntima do *menor* e que se confunde com ele, também parece delinear-se no início do século XX, num cenário de industrialização e urbanização crescentes. Em uma atmosfera de combate à vadiagem, considerada incompatível com uma sociedade então já calcada na produção capitalista, a subjetividade *menino-de-rua* começa a ser construída. Segundo nos conta Marco Antonio Cabral dos Santos, as crianças e adolescentes que permaneciam nas ruas, a partir daquele momento são inseridos nas “políticas de repressão e contenção”.

“Os novos padrões de convívio impostos entram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as ‘lutas’, as diabruras, e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição oficial”. (Santos, 1999, p. 229).

Naquele momento a subjetividade *menino-de-rua* ainda não havia sido forjada embora existissem meninos nas ruas. As práticas e os discursos (se esta distinção pode ser feita, há sempre práticas sociais implícitas nos discursos) com relação a determinados meninos, em determinadas ruas, em determinada época, criaram esta objetivação. E o que teria de tão importante no aparecimento de mais essa expressão? Paul Veyne nos afirma: “Uma noção que não se traduz em nada de efetivo não passa de uma palavra” (Veyne, 1982, p.159). Nos perguntamos se legitimar uma prática não é algo que se pode chamar de efetivo e se não é justamente esta a função que assumem algumas palavras. Aprendemos com Michel Foucault que as palavras nos enganam e nos fazem acreditar na existência de coisas, objetos naturais. Acreditamos que, no caso de algumas palavras, práticas são legitimadas e perpetuadas também por estas palavras. Foucault nos mostra que o discurso, na sua pragmática, faz ver, agir, pensar, acontecer. Talvez disséssemos que são palavras/práticas ou práticas discursivas, para nos aproximar mais do vocabulário Foucaultiano. De qualquer forma admitiríamos que falar é “fazer alguma coisa \_ algo diferente de exprimir o que se pensa.” (Foucault, 2001)

Neste sentido, em sua dissertação sobre infração juvenil, Fernanda Bocco (2006) questiona a palavra adolescente e opta por utilizar a concepção de jovem. Segundo Bocco: “a concepção de adolescente precisa ser criticada, pois carrega consigo a idéia de um objeto natural e universal referente a uma fase pela qual todos passariam de maneira homogênea” (Bocco, 2006, p. 61). A palavra adolescente substituiu puberdade no senso comum. Puberdade era muito mais relacionada a mudanças fisiológicas, já que púbere é uma palavra que vem de pêlo (pubes). Adolescente tem origem no particípio presente do verbo latim *adolescere*<sup>15</sup>, crescer, enquanto o particípio passado do mesmo verbo teria dado origem à palavra “adulto”. Jovem (*juvenes*), por sua vez, seria aquele que já pode colaborar, ajudar (*juvare*) no trabalho.

Concordamos com Bocco na afirmação de que a adolescência, bem como a infância é um fenômeno cultural fabricado socialmente e que tal fabricação dá margem a pressupostos evolucionistas com relação à maturação de sujeitos em aperfeiçoamento. Mas acreditamos que a mesma conotação pode ser empregada à atual universalização do conceito de juventude como modelo de comportamento, de consumo, padrão de beleza e de vida a ser atingido por todos. A utilização do termo juventude, como portador de uma intensidade juvenil, em vez de uma

<sup>15</sup> a respeito da etimologia: [www.hottopos.com/videtur25/jeanl](http://www.hottopos.com/videtur25/jeanl); [www.rotarycb.org/rotary/palestras/rc](http://www.rotarycb.org/rotary/palestras/rc), [www.linguaestranteira.pro.br/voce\\_sabia](http://www.linguaestranteira.pro.br/voce_sabia).

categoria evolutivo-temporal ou um modelo de comportamento, no trabalho de Bocco, é um feliz e perspicaz achado. No entanto, acreditamos que diante de tantos nomes pelos quais são reconhecidas as pessoas com as quais falamos neste trabalho, percebê-los enquanto *criança e adolescente* marca também a intenção de colocar em cena intensidade semelhante à convocada por Bocco e que nos parece afirmar-se nas relações de poder/resistência acima citadas e com as quais devemos nos relacionar até o fim do trabalho. Além disso, acreditamos que o desaparecimento dos termos “criança” e “adolescente” preferencialmente para alguns personagens, sempre pobres e preferencialmente negros, também é digno de nota e um fator a mais na nossa escolha por estas designações.

## CAPÍTULO II – A CHAPA É QUENTE

No sinal fechado ele vende chiclete  
 Capricha na flanela e se chama Pelé  
 Pinta na janela, batalha algum trocado  
 Aponta um canivete e até  
 Dobra a carioca olerê, desce a Frei Caneca olará  
 Se manda prá Tijuca, sobe o Borel  
 Meio se maloca, agita numa boca  
 Descola uma mutuca e um papel  
 Sonha aquela mina olerê, prancha, parafina, olará  
 Dorme gente fina, acorda pinel  
 Zanza na sarjeta, fatura uma besteira  
 E tem as pernas tortas e se chama Mané  
 Arromba uma porta, faz ligação direta. Engata uma  
 Primeira e até  
 Dobra a Carioca, olerê, desce a Frei Caneca, olará  
 Se manda prá Tijuca na contramão  
 Dança para-lama, já era para-choque  
 Agora ele se chama Emersão  
 Sobe no Passeio, olerê, Pega no Recreio, olará  
 Não se liga em freio nem direção  
 No sinal fechado ele transa chiclete  
 E se chama pivete e pinta na janela  
 Capricha na flanela, descola uma bereta  
 Batalha na sarjeta  
 E tem as pernas tortas<sup>16</sup>

Na letra de Pivete, Chico Buarque parece desenhar, com a poesia que lhe é peculiar, um personagem que se move entre a legalidade e a marginalidade, entre o sub-emprego e a criminalidade. Ele tem vários nomes, transita em vários universos, mas é rapidamente reconhecido a partir da constatação da sua batalha na sarjeta.

Engenheiro e economista, um outro Buarque, o atual senador Cristovam Buarque, em sua página na Internet apresenta um texto chamado “os nomes da criança”<sup>17</sup>, onde constata que,

<sup>16</sup> Pivete – Música de Chico Buarque e Francis Hyme.

<sup>17</sup> <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=8&id=2740>

infelizmente “Os brasileiros urbanos (...) desenvolveram, em sua cultura, nomes diferentes para dizer o que entre outros povos teria um nome apenas: criança.”

Assim, os nomes pelos quais são chamados estes personagens podem ser pivetes (como na bela canção de Chico), trombadinhas, menores, menores abandonados, meninos-de-rua. Outros nomes são perfilados no texto acima citado, caracterizando, segundo o senador, uma “ riqueza cultural, manifesta num rico vocabulário, que mostra a degradação moral de uma sociedade que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças”. As práticas com relação a estas crianças (e adolescentes) têm se mostrado quase sempre relacionadas a um ponto de vista em que elas ora são vitimizadas ou, o que acontece na maioria das vezes, culpabilizadas.

Práticas e discursos revezam, confundem, e fazem coincidir estes olhares, de forma que, por exemplo, crianças em situação de rua têm pavor plenamente justificado de um órgão que se intitula responsável por protegê-las, como é o caso da Delegacia de **Proteção** à Criança e ao Adolescente (DPCA). O nome deste órgão, sobretudo, nos faz recordar a ironia com que Michel Foucault intitula um de seus cursos: “Em Defesa da Sociedade”. Neste curso, Foucault deixa claro como, a custa de quantos discursos de guerra, de quanto sangue, de quantas “sociedades possíveis”, é defendida **A Sociedade**. Da mesma forma, a DPCA destina proteção a uma determinada criança, considerada parte de uma sociedade a ser protegida ou defendida. Talvez para “facilitar” o entendimento de quem é essa criança existam tantos nomes para diferenciar os que não são considerados apenas crianças, sendo, isto sim, perigos a serem evitados e dos quais a sociedade deve ser defendida.

As crianças e adolescentes em situação de rua estão entre as que têm sua desvinculação da categoria “infância” não (somente) por uma indiferenciação com relação à idade adulta, mas principalmente por uma distinção entre o termo genérico *menor* e as categorias criança e adolescente. O menor, não sendo criança ou adolescente nem exatamente adulto, é algo que visto como potencialmente perigoso, carente, infrator, delinqüente, etc. Da mesma forma que podemos perceber como, em vez de categorias naturais, as subjetividades criança e adolescente foram produzidas historicamente e que a produção destas formas está atravessada por lutas de poder/resistência; podemos também pensar de que maneira os outros nomes das crianças no Brasil dizem respeito a engrenagens que nos remetem à “produção de nossos modos de viver e existir neste mundo” (Coimbra, 2001, p. 17).

Sabemos que a mídia é um entre outros dispositivos que atravessam a produção de subjetividades do mundo contemporâneo. Contudo, partindo, com Coimbra, “do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo” (Coimbra, 2001, p. 29), gostaríamos de apresentar algumas discussões a partir da exploração de matérias, títulos de reportagens ou opiniões em editoriais que parecem vozes fazendo parte de um mesmo coro: apesar de terem sido emitidas em timbres, épocas ou alturas diferentes, encontram-se afinadas no mesmo tom.

Temos a clareza de que não somente somos feitos de mídia, como também a fazemos, sejamos leitores, editores, cronistas, etc., somos tão produzidos pela mídia, como também a produzimos através de pesquisas, nas seções de “cartas dos leitores”, ou em perfis e levantamentos estatísticos de consumidor montados pelas empresas de *marketing*. A mídia é um produto que, espera-se, será consumido; portanto está numa relação de adaptação ao que o consumidor, no caso o leitor, espera do produto. Em outras palavras, a mídia produz e é produzida pelo leitor<sup>18</sup>. “Se as notícias são mercadorias, torna-se impossível, pois, retratá-las objetivamente” (Coimbra, 2001, p. 68). Contudo, o caráter de informação pura e verdade imparcial, cinicamente requerido e anunciado pela imprensa nas sociedades contemporâneas, faz com que enunciados produzidos aí tenham especial importância no jogo de forças de composição de verdades. Neste contexto, é imprescindível afirmar com Coimbra, que “os editoriais, as cartas de leitores, as falas das autoridades (...) não são neutros, já que se encontram transversalizados por diferentes forças, diferentes movimentos” (Idem, p. 21). Pelo alcance dos veículos de imprensa, também não é exagero assinalar que estes ampliam ou eliminam histórias, acontecimentos, verdades, mundos; num tempo em que, como nos aponta Agamben, a avaliação do que é a realidade só não despreza “aquilo de que falam os jornais” (Agamben, 2005, p. 161).

Utilizaremos a seguir a exposição de algumas destas produções da mídia impressa para pensarmos a distinção e a separação forjadas e reforçadas entre menores e crianças ou adolescentes. Algumas destas produções são sutilezas e mascaramentos, outras, por sua vez, são exacerbações, que de tão óbvias, situam-se na afamada fronteira entre o cômico e o trágico. As matérias utilizadas estão compreendidas entre meados da década de 1990 e o momento atual, em alguns jornais que circulam no Rio de Janeiro.

---

<sup>18</sup> Ver anexo 1 – Cartas de leitores.

Sabemos que em uma década o volume de publicações que circularam entre os meios de comunicação que serão citados, envolvendo o tema aqui abordado, é bem maior do que o material apresentado. Não queremos, contudo dar conta da totalidade do que foi produzido, construir um acompanhamento que nos leve a uma possível “evolução” da forma como a imprensa tratou tal tema ou mesmo chegar a uma presumível verdade dos fatos. Tentaremos, isto sim, perceber um ponto de vista que tem se mostrado hegemônico o suficiente para ser confundido com A Verdade Objetiva, como se esta, de fato existisse.

Como nos chama atenção Cecília Coimbra, não pretendemos “afirmar que, maquiavélica e simplificadamente, somente os meios de comunicação de massa produzem/reproduzem/fortalecem as subjetividades hegemônicas em nosso cotidiano” (Coimbra, 2001, p. 73). Contudo, mesmo não sendo a única força responsável, a mídia tem uma importância fundamental na produção e naturalização, entre outras coisas, das infâncias desiguais no Brasil. A preocupação dos grupos que exercem hegemonicamente o poder com a forma com que a mídia apresenta, cria, recria, amplia e faz desaparecer determinados acontecimentos ou subjetividades é explicitado na obra de Coimbra durante a discussão sobre o tratamento dado pela mídia aos grupos que se opunham à ditadura militar estabelecida. Coimbra apresenta um documento que deixa clara a dimensão dessa preocupação. Emitido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) o documento era relativo à forma com a qual a imprensa costumava referir-se ao que chamou de “bandos terroristas e subversivos”:

A conotação que o termo ‘Organização’ sugere é o de uma verdadeira ‘Instituição’, algo assim como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, etc. dando ao público uma visão distorcida e permitindo que o bando terrorista se apresente ao público como coisa organizada, bem estruturada, solidificada, baseada em filosofia, doutrina e propósitos profundamente fundamentados, como se fosse uma Instituição de Amparo à Infância ou Associação dos Pais de Família...

Por outro lado, a notícia do cometimento de uma AÇÃO apresenta um conotativo de força, energia, batalha.

Parece-nos que é inteligente substituir a palavra ‘Organização’ pela palavra ‘bando’, cuja conotação sugere ‘quadrilha de ladrões’, ‘banditismo’, dando a idéia de ilegalidade, amoralidade, falta de civilidade.

A palavra ‘AÇÃO’ substituída por ‘assalto’, ‘crime’, ‘roubo’, ‘chantagem’, ‘assassinato’, etc., dará ao público a idéia depreciativa do acontecido, despida de conotação de força, energia, batalha, ressaltando o sentido de injustiça, arbitrariedade, desespero, brutalidade, mesquinhez. (Coimbra, 2001, p. 54)



Pensando com Coimbra a importância da mídia na formação de subjetividades, na produção e na naturalização de determinadas objetivações e acontecimentos, recolhemos quase intuitivamente, de forma assumidamente parcial, algumas matérias que nos servirão de instrumento para pensar a produção de linhas-de-fronteira ao mesmo tempo invisíveis, silenciosas, tagarelas e facilmente percebidas. Apresentamos, a seguir, três exemplos retirados do jornal o Globo:

Em 1996 e 1998, o jornal publica matérias cujas próprias manchetes nos remetem a essa distinção: “**Menor que baleou menina de 13 anos é detido**<sup>19</sup>”, e “**Menores matam adolescente de 14 anos durante assalto a ônibus em Bangu**<sup>20</sup>”. Alguns anos depois, em matéria<sup>21</sup> na qual César Maia (prefeito da cidade) e Siro Darlan (ex- juiz da Vara da Infância e da Juventude e, à época recém empossado, desembargador) discutem sobre a liminar impedindo que crianças e adolescentes fossem **recolhidos** das ruas, o mesmo jornal reforça essa distinção relatando um caso recordado pelo prefeito, em que “dois **menores** com facas ameaçaram dois **adolescentes**”.

Nestes exemplos somos sutilmente levados a pensar que a diferenciação entre criança, adolescente ou menor se dê em virtude de infrações cometidas que levariam as crianças a tornarem-se menores. Sendo assim, o menor seria aquela criança ou adolescente envolvido no “mundo do crime”. O “menor” que aparece na matéria de 1996, citada acima, é apontado pelos vizinhos como fazendo parte de “um grupo de rapazes que consumia drogas nas proximidades”, tendo assim no seu currículo um indício do crime que viria a cometer mais tarde.

Todavia a observação de outras matérias publicadas pelo mesmo jornal nos leva a concluir que a fronteira dentro da qual se encontram a criança e o adolescente é traçada independente do envolvimento, ou não no que se convencionou chamar de ato infracional. Em 2005 O Globo publica as seguintes matérias:

Em março:

Adolescente mata o pai e fere a mãe em SP<sup>22</sup>

Rapaz de 17 anos foi repreendido pela família por uso de anabolizantes e estaria revoltado com proibição de namoro.

(...)

Um estudante de 17 anos matou o pai com uma facada no pescoço e feriu a mãe com um golpe no peito, ontem de madrugada, em Ribeirão Preto, a 310 quilômetros de São Paulo. O motivo do crime, segundo a polícia, teria sido a revolta do rapaz com a

<sup>19</sup> O Globo, 12 de julho de 1996.

<sup>20</sup> O Globo, 03 de junho de 1998.

<sup>21</sup> O Globo, 27 de novembro de 2004.

<sup>22</sup> O Globo, 10 de março de 2005.

família, que o havia proibido de namorar em casa. O pai brigou com o estudante porque o surpreendeu usando anabolizantes.

(...)

A polícia suspeita que o caso tenha sido planejado.

A família mora no Jardim Novo Mundo, bairro de classe média de Ribeirão Preto, e, segundo vizinhos, nunca se envolveu em confusões.

### Em junho:

Jovem de classe média mata taxista<sup>23</sup>

Rapaz, de 17 anos, que tinha 3 cúmplices, cometeu o crime em Niterói

Um jovem, de 17 anos, de classe média, filho de um médico renomado da cidade de Itaperuna e de uma advogada, foi apreendido ontem por policiais da 81ª DP (Itaipu), acusado de ter matado, com dois tiros, o taxista Ronaldo Diniz de Oliveira, de 48 anos, durante um assalto em Piratininga, na Região Oceânica de Niterói, anteontem à noite.

### Em julho:

Adolescente atropela e mata 2 idosos em Osasco<sup>24</sup>

Jovem de 16 anos, que teria avançado sinal, atinge aposentado de 89 anos e a filha de 68.

Dois idosos morreram atropelados(...) por um adolescente de 16 anos que dirigia, supostamente sem autorização, o carro da mãe.

(...)

O adolescente teria avançado o sinal vermelho.

Testemunhas disseram à polícia que o jovem estaria dirigindo o carro em alta velocidade.

(...)

Detido, o adolescente disse à polícia que usara o carro da mãe sem que a família soubesse.

(...)

A mãe do adolescente afirmou que ele pegava o carro sem o consentimento da família. O jovem foi ouvido na vara da Infância e Juventude e liberado para responder pelo crime em liberdade.

Em 2001, o mesmo jornal trazia outra matéria que também dava pistas com relação a diferença de tratamento a que fazem jus adolescentes ou menores, independente do envolvimento ou não em atos considerados ilícitos:

**Garota** de 16 anos comandava quadrilha<sup>25</sup>

<sup>23</sup> O Globo, 14 de junho de 2005.

<sup>24</sup> O Globo, 30 de julho de 2005.

<sup>25</sup> O Globo, 07 de novembro de 2001.

Ela foi presa em frente a banco, em Copacabana, e estava com um 38 na mochila

Loura, sorriso de **menina** e cara de anjo. No currículo, um ano em colégio de freiras. As características poderiam ser de uma promissora modelo.

Nas matérias apresentadas acima, os personagens têm cara de anjo, pertencem à classe média e, portanto continuam sendo adolescente, jovem, garota, menina, independente de qualquer relação com crime, ato infracional, delinquência, ato ilícito ou que nome se queira dar a atos que são socialmente considerados fora-da-lei. Os **menores**, ao contrário, são feios, sujos e malvados, sempre pobres e pretos ou quase pretos e estão sempre em situação de risco, seja para eles próprios ou para **A Sociedade**, que precisa ser defendida.

(...) as crianças ou adolescentes de segmentos populares são muitas vezes abordados como menor, pivete, delinquente-mirim, folgado e um sem número de adjetivações pejorativas. No caso de a vítima ser pertencente a setores de renda média e elevada a terminologia adotada é jovem, criança, rapaz, adolescente. A esta diferenciação acresce-se a freqüente culpabilidade imputada às vítimas de camadas populares. O velho chavão ‘morreu porque devia algo’ é expresso de maneira bem pouco sutil. (Coimbra, 2001, p. 60)

Na defesa da sociedade algumas baixas são lícitas. Dessa forma, os menores, quando são mortos, podem simplesmente virar dados estatísticos, em vez de comoção nacional, já que são as “crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição que devem ser exterminados” (Idem, p. 59). É assim que percebemos duas manchetes do jornal *Extra* falando das mortes de **menores** ocorridas no intervalo de poucos dias em 2006. Em setembro, a criança tem nove anos e mora na Tijuca, mas especificamente em uma das favelas do bairro: “Um PM e um menor que levava o cachorro para vacinar foram mortos durante tiroteio entre policiais e bandidos no Borel”<sup>26</sup>. Em outubro durante uma “ação” da polícia no Morro da Esperança em Olaria: “Mais um menor morre em tiroteio. É o 4º em 17 dias”<sup>27</sup>. É impossível não perceber algumas semelhanças: ambos são moradores da zona norte, mais especificamente das ditas comunidades carentes, ou de forma menos sutil, áreas de risco. Estas áreas são as que aumentam os números das estatísticas de morte de menores (quase sempre) em ações da polícia.

<sup>26</sup> Extra, 17 de setembro de 2006.

<sup>27</sup> Extra, 04 de outubro de 2006.

Os menores devem, assim estar fora das nossas ruas, encarcerados, abrigados, ou em suas próprias ruas, onde não são meninos-de-rua, mas não deixam de ser menores. Habitam áreas de risco e são, portanto, tratados como risco ou sobra, podem assim, ser abatidos como alvos móveis. Simples dados estatísticos. O **menor** (ou o **menino-de-rua**) tem a peculiaridade de levar consigo o rótulo, mesmo que precedido de prefixos ou seguido de sufixos, de forma que são considerados perigosos mesmo antes de cometer qualquer delito, e o serão mesmo depois de adultos, caso consigam viver tanto tempo. Assim, uma vez menor, sempre menor, como na capa do jornal *Extra*: “Ex-menor de rua mata 3 franceses que o salvaram.”<sup>28</sup>

No caso específico das crianças e adolescentes em situação de rua, alguns ingredientes, como o abandono e a fragilidade são considerados inerentes a essa condição. No entanto, a dose de fragilidade atribuída a estas pessoas é cada vez mais substituída por uma suposição de inerente periculosidade. Na mídia e fora dela não é deixado muito espaço para a produção de modos de existência para o “menino-de-rua”: a passagem, de vítimas em risco, a menores de risco é sem escalas. Embora os mesmos veículos de mídia (não com tanto destaque) reconheçam pesquisas que afirmam o contrário<sup>29</sup>, na maioria das vezes estão em sintonia com a imagem de sociedade desprotegida que se constitui a partir de práticas/crenças em torno de uma paranóia disseminada e generalizada: “No abandono das ruas, menores passam de vítimas a algozes da sociedade.”<sup>30</sup>, ou ainda, “Cinco mil menores de risco nas ruas”<sup>31</sup>. Algozes, perigosos, infestação que precisa ser contida e dizimada. A abordagem costumeira dos personagens que zanzam diariamente nas sarjetas por onde passamos têm tonalidades quase absurdas, como as que aparecem nas tintas da matéria apresentada em seguida. A reportagem “O banquete dos moleques”, no jornal *Extra* de 03 de julho de 1998 será exposta mais detidamente (os grifos são nossos), tanto pelo estilo de humor (na maioria das vezes duvidoso) do texto, quanto pelo pincel carregado de boa dose do tradicional preconceito em relação aos personagens. Note-se que a reportagem refere-se aos

---

<sup>28</sup> *Extra*, 28 de fevereiro de 2007.

<sup>29</sup> “Pesquisa desmente imagem violenta dos meninos de rua”: A pesquisa, feita pelo filósofo Mário Volpi, em 20 estados brasileiros com os 4 mil “menores infratores”, num universo de 50 milhões de brasileiros com até 14 anos, contabiliza que a maioria foi detida por chamados “crimes leves”: 57% foram presos por roubo ou furto, enquanto apenas 13,3% por homicídios. In *O Globo*, 08 de janeiro de 1996.

<sup>30</sup> *O Globo*, 10 de julho de 2005.

<sup>31</sup> *O Dia*, 12 de fevereiro de 2007.

personagens ora como meninos, ora como menores, ora como pivetes, entre outros termos, mas a lógica menorista<sup>32</sup> atravessa todo o texto:

No princípio, eram as trevas. Depois, veio a luz e tudo ficou pior. O Centro viveu um dia infernal ontem. O **primeiro perigo** veio de baixo da terra: um cabo da Light pegou fogo na esquina das ruas Buenos Aires com Gonçalves Ledo, deixando prédios sem iluminação. Apesar do incêndio, ninguém ficou ferido.  
(...)

A seguir o artigo passa a falar do que provavelmente considera o “segundo perigo”, comparável ao incêndio do cabo da Light.

Mesmo onde tinha luz, **a coisa ficou preta**: na Rua da Quitanda, cinco **menores** invadiram lojas e fizeram uma boquinha, fechando a noite muito bem. O restaurante, claro, não podia ter outro nome: Chave de Ouro.

Cinco meninos **resolveram subir na vida da pior forma possível**: escalaram a fachada de prédios no Centro e entraram pelo telhado para roubar. O novo grupo de homens-aranha foi revelado na manhã de ontem na cidade. Na verdade, homens não, meninos-aranha. Os garotos invadiram duas lojas na Rua da Quitanda e fizeram uma verdadeira festa no restaurante Chave de Ouro, onde comeram pêssegos em calda e tomaram refrigerantes.

Três deles, um com apenas 12 anos, foram presos. Segundo os policiais, um dos garotos já foi preso outras três vezes pelo mesmo crime. Os outros dois que conseguiram fugir levaram R\$ 3.025 em dinheiro e mil reais em tíquetes alimentação, além de um talão de cheques.

A polícia só conseguiu prender os garotos porque eles são **verdadeiros come-e-dorme**. Depois de encherem a barriga, todos foram dormir na laje do restaurante Sabor & Saúde, que ocupa um prédio de três andares, onde acabaram sendo presos.

É interessante perceber o termo crime, utilizado como marca que acompanha pelo menos um dos meninos, que deve, pelo banquete indevidamente degustado nesta e em outras duas feitas, ser considerado criminoso. Uma outra constatação que chama atenção é a “falta de sorte” que acompanha policiais e proprietários de estabelecimentos assaltados no Rio de Janeiro que, curiosamente, quase sempre prendem os assaltantes “come-e-dorme”, deixando escapar os que supostamente levam consigo todo o produto do “crime”.

Os menores do Centro conseguiram arranjar um novo significado para a expressão “começar a vida por cima”. Como se não bastassem os **ladrões normais**, os comerciantes da região têm que se preocupar com uma nova espécie de **bandido**: o **pivete-aranha**, que entra nas lojas pelo telhado. O número de arrombamentos, de acordo com os policiais e os vigias, está aumentando nos últimos meses.

(...) Segundo um comerciante que não quis se identificar, a área está **infestada** de ladrões.

<sup>32</sup> Denominamos aqui lógica menorista, o pensamento que fundamentava os Códigos de 1927 e 1979, diferenciando entre a criança e adolescente e o menor.

(...) Os **menores** presos foram levados para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e alegaram que só invadiram a loja para dormir porque não queriam passar a noite pelas ruas da cidade.

Os meninos que, na matéria, foram chamados de menores, pivete-aranha, bandidos, etc. são também tratados como parasitas ou insetos, que ao percorrer o território onde não são bem-vindos, causam estragos devastadores como uma infestação. Deleuze e Guattari já nos alertavam para o fato de que “A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 12). Neste sentido, os autores utilizam o conceito de “palavra de ordem”, não como necessariamente remetendo a comandos de um discurso imperativo, mas à relação entre enunciados e atos que, sendo interiores a estes, realizando-se nestes, ainda assim não confundem-se com eles. Nos casos acima, as palavras de ordem funcionam como instrumento de construção ou reforço de subjetividades que são desde sempre culpabilizadas e fazem, indissociavelmente, parte de uma condição irregular. A palavra de ordem vem a ser a relação de redundância entre o ato e o enunciado e, segundo Deleuze e Guattari:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem (...).(Idem, p. 16-7)

A promulgação de leis, assim como a mídia, é uma das inumeráveis engrenagens na produção de discursos, práticas e modos de existir. Não nos esqueçamos, no entanto, que muitas destas leis só são possíveis através das lutas, mobilizações de movimentos sociais, vozes destoantes, dissonâncias, resistências. E sabemos que resistir é apostar em laços, em composições. Neste contexto, em 1990 surge a Lei Federal 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se propõe a dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente em contraposição à situação irregular e a lógica menorista dos códigos de 1927 e 1979. Não existe, no Estatuto de 1990, nenhuma diferenciação depreciativa (como “menor” ou “em situação irregular”) relativa à quaisquer crianças e adolescentes, mesmo que estes eventualmente tenham praticado atos considerados criminosos na legislação vigente. Entretanto, como nos chama atenção a pesquisadora Lygia Ayres (2002), sabemos que “uma lei não constitui, por isso só, um instrumento de transformação. É necessário que nossa prática cotidiana a implemente.” (Ayres,

2002, p. 122). Ou seja, regras são criadas por ações sobre ações e, depois de implementadas, requerem e produzem outras ações.

Com a promulgação do Estatuto, o termo *menor* tende a desaparecer do discurso oficial do Estado e das Organizações Não Governamentais que tem aí seu foco de trabalho, o que não significa que as práticas instituídas tenham mudado significativamente. Ilustrativo, contudo, é o fato de ainda encontrarmos a persistência do uso do termo *menor* em diversas instituições, tanto estatais como de caridade religiosa. A Pastoral do Menor e os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) são dois exemplos de tais instituições. O próprio Dudu, como outras crianças e adolescentes, não necessariamente em situação de rua, se reconhecem enquanto “menores” e fazem constantemente uso deste termo. Nos chama atenção também, o fato de que, na mídia, a expressão *menor* seja cotidianamente utilizada como forma de distinguir um determinado personagem que não deve ser “confundido” com criança e adolescente.

Sabemos que as palavras não são neutras, que funcionam como engrenagens, ligadas a outras engrenagens. Mais que definir uma coisa, servem para criá-la, recriá-la, reforçar sua existência. Mesmo que, por um lado, o uso de um termo, de uma palavra, bem como a promulgação de uma lei, ou seja, de um conjunto de palavras que visa ordenar o comportamento de determinado grupo social, não sejam suficientes para mudar determinada prática, por outro lado, são também elementos constituintes das práticas. Quando utilizamos a expressão “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, o que se apresenta é simplesmente um eufemismo, uma forma politicamente correta de dizer e/ou, em algum grau, é também assumir algum posicionamento? Esse posicionamento teria alguma importância efetiva, produziria ou estaria conectado à alguma mudança real? Foucault nos ensina que “não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade.” (Foucault, 1996, p. 179). Se considerarmos que determinados discursos naturalizam, justificam, reforçam, intensificam, e perpetuam algumas práticas, explicitar algumas peculiaridades no uso dos termos “menor” ou criança e adolescente parece ter alguma relevância, levando-se em conta a quantidade de páginas, discursos, instituições imbuídas em (re)criar, preservar e fortalecer essa diferença e os usos e práticas que a isto estão ligadas.

Da mesma forma que manifestações de luta, de poderes, de resistências estão envolvidas na produção das categorias infante e adolescente, tais manifestações também estão presentes no desaparecimento da infância, por vezes anunciado e efetivamente experimentado em/por

determinados grupos. Quer nos parecer que já não interessa mais disciplinar alguns grupos como infantes, e controlá-los é uma tarefa assaz árdua. Impossível ou não, seria coisa muito onerosa. Os menores, os pivetes, os meninos-de-rua, não são mais necessários e devem ser incluídos na massa indistinguível de refugos. Mas, de alguma forma resistem.

## 2.1 – A Cerca

Um em cada cem habitantes de Paris fechado em uma casa de internamento. No século XVII, o desenrolar do que Foucault (1995) chamou de Grande Internação deixava sua marca na paisagem europeia atravessando-a com este dentro do fora. O espaço físico e imaginário deixado pelos leprosários da Idade Média começava a ser povoado por outros personagens. Nos mesmos locais foram encerrados desempregados, correcionários e insanos, em suas inconfundíveis manifestações de miséria. “Trata-se de recolher, alojar, alimentar aqueles que se apresentam de espontânea vontade, ou aqueles que para lá são encaminhados pela autoridade real ou judiciária” (Foucault, 1995, p. 49).

Estava em curso uma mudança radical no relacionamento com a pobreza. Na Idade Média o miserável circulava livremente pelos burgos, sua presença ou manifestação não constituía maiores preocupações nem era relacionada a algum problema específico, sendo a mistura entre classes e idades a tônica da vida em sociedade na época. No ambiente medieval, a aparição do miserável, em alguns contextos era, inclusive, relacionada a um contato com o divino. O próprio Cristo poderia estar disfarçado de miserável, como em um teste que avaliava a inclinação à boa-obra. A esmola ou socorro ao miserável era uma espécie de “aplicação” revertida para a pavimentação da estrada que levava a salvação eterna.

A partir do século XVI, a Reforma Protestante tira a esmola do contexto religioso, considerando a fé e a predestinação como capital suficiente para a obtenção de um lote no paraíso. Aos poucos o pobre e o vagabundo deixam de ter qualquer ligação com a salvação neste ou em qualquer outro mundo. As Grandes Internações geralmente são vistas neste âmbito da dessacralização da miséria introduzido pelos protestantes. Entretanto, pensando com Foucault,



em vez de buscar uma causa, ou uma origem que explique um acontecimento ou uma prática, como o Grande Internamento, procuraremos situá-lo em relação às práticas vizinhas. Assim podemos relacioná-lo, bem como a própria Reforma Protestante, à crise econômica européia que irá se intensificar no início do século XVII, ao desenvolvimento do humanismo, à emergência de modos de vida burgueses, ao desenvolvimento do comércio, à preocupação, inexistente na Idade Média, com questões relativas ao “volume de produção” de bens, etc. São engrenagens que se encaixam de forma caleidoscópica até o momento em que a pobreza vai situar-se em um lugar onde, diferente da Idade Média, a santidade é uma roupa que não lhes serve mais, pelo contrário, despida de qualquer sentido de glória, a miséria nua passa a exibir na pele o sinal de castigo de Deus e a marca da desordem social.

Mesmo a Igreja Católica começava a avaliar positivamente apenas as “boas-obras” que fossem úteis ao Estado, desaprovando obras de caridade pontuais, que pareciam alimentar o vício, o ócio e o mal; faces indesejáveis da pobreza, que a partir de então “passa de uma experiência religiosa que a santifica para uma concepção moral que a condena.” (Foucault, 1995, p. 59) Ordem, desordem e culpabilidade entram em um jogo que vai definir o pobre bom e submisso que recebe a internação como benção e o pobre que tenta escapar à ordem e recebe a internação como castigo. Ambos são retirados do cenário, recolhidos a um espaço específico para o fora-da-ordem e postos sob a “tutela” de diretores vitalícios com plenos poderes sobre eles.

A história brasileira não presenciou nada como a Grande Internação européia do século XVII, o que não significa dizer que não havia, por aqui, foras-da-ordem e práticas de exclusão. Pelo contrário, desde o século anterior, o Brasil, como outras colônias européias, já cumpria a função de asilo sem muro, uma vez que para cá era banida uma população heterogênea, mas com rostos bem familiares aos que foram encerrados dentro dos Grandes Hospitais europeus. Este banimento era, para a metrópole européia, “a concretização do ideal de correção e de limpeza das cidades, livres do rebotalho humano que durante muito tempo fez parte da paisagem medieval sem suscitar estranheza ou reprimenda.” (Lobo, 1997, p. 344). Assim, tendo entre os colonizadores boa parte dos foras-da-ordem europeus, o rebotalho produzido deste lado do oceano só se constituirá objeto de preocupações do Estado alguns séculos depois. Para pensarmos esta produção de rebotalho genuinamente nacional é interessante considerarmos que, tanto os nativos existentes quando os portugueses chegaram, como o contingente de negros “importados”

da África para servir ao novo mundo como escravos, desconheciam um significado para a palavra pobreza.

Entre o final do século XVIII, quando o Rio de Janeiro torna-se sede do Vice-Reinado, e o início do século XIX, a incipiente paisagem urbana no Rio de Janeiro era composta por todo tipo de gente: personagens que iam dos senhores de escravos aos biscateiros, dos homens-livres empregados e desempregados aos escravos de ganho, de prostitutas a inválidos e mendigos, de negros forros a escravos. A separação entre o mundo doméstico e o mundo do trabalho era difusa e a relação entre escravos, senhores e outros homens livres era de permanente convivência, embora saibamos, como nos aponta Raquel Rolnik, que essa proximidade física “era possível porque a distância que os separava era infinita.” (Rolnik, 1988, p. 46)

A ordenação das cidades através de ações ligadas à produção de bens e a promoção de saúde começa a fazer parte de discursos que pensam a cidade no âmbito do controle. Com relação à segurança, além da preocupação com o inimigo externo, inglês ou espanhol, configura-se uma relação delicada com uma população interna inquieta e revoltosa.

À luz do Estado, face ao perigo ou mesmo à situação de guerra, é colocada a importante questão da desordem interna da população que, em parte, reflete concretamente, no plano interno, a figura ameaçadora do invasor. (Machado et al., 1978, p. 111)

Os vadios, que se escondiam nos matos, evitando o serviço militar, eram figuras centrais em relação à preocupação com a “desordem interna da população”. O “vagamundo”, além de fugir ao alistamento, no sertão escapava ao controle introduzido na cidade, cometendo crimes, vivendo nu, numa condição quase animal de “gente-fera”. A partir de denúncias que chegavam ao Rei, estes seres à margem da cidade tornavam-se objetos de uma Ordem Real que instruía a fixação e integração dos vadios à cidade, inclusive com doação de terras. No entanto, a instrução do Rei para que os vadios passassem a viver nas povoações era vista como descrença, já que sua realização era quase impossível. O vadio geralmente era fugitivo de dívidas e/ou crimes, ou seja, da miséria, da força ou da cadeia, além disso, não existiam terras disponíveis para serem doadas, moradias ou vestimentas para a integração de todos. Ainda assim, o Marquês de Lavradio, Vice-Rei no período de 1769 a 1779, idealizou casas onde os vadios seriam repartidos por sexo, aprenderiam ofícios, antes de casarem-se, ganharem terras, moradias, etc. “opondo, deste modo, ao isolamento arbitrário e espontâneo, o isolamento que recupera para integrar e produzir” (Idem, p. 113). A inserção dos vadios dentro dos limites urbanos era pensada juntamente ao combate à

ociosidade, o estímulo ao preenchimento do tempo com atividades produtivas, a relação com o trabalho e um modelo de organização militar que pretendia docilizar e subordinar ao mesmo tempo indivíduos e população “tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos” (Idem, p.156). Campos, matas e sertões eram os lugares onde não existia eira, nem beira, nem lei, nem ordem, enquanto a cidade, através do conhecimento, controle e militarização era capaz de dotar o homem da sua verdadeira humanidade.

O movimento de militarização urbana foi percebido nas cidades brasileiras desde o século XVIII, mas o fato inusitado da fuga da comitiva real de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1808, com mais de 15.000 pessoas, detonou processos determinantes como a criação da Guarda Real, em 1809. O patrulhamento da nova sede do Reino foi centralizado através de uma Intendência Geral, “cujas funções iam além da simples vigilância repressiva. Tratava-se de uma ‘polícia’ da cidade com atribuições que iam desde o calçamento das ruas, construção de pontes e abastecimento de água, até a organização de festas populares” (Lobo, 1997, p. 418). Todavia, esforços para tirar pessoas pobres das ruas, só deixaram de ser novidade a partir de meados do século XIX. O aumento das alforrias em virtude dos primeiros movimentos relativos ao abolicionismo – que culminariam na Lei Áurea em 1888 – e a conseqüente multiplicação dos pobres livres no interior das cidades estavam entre os itens que mais alimentavam a preocupação com a ordem nas ruas; questões relacionadas à localização e à visibilidade da miséria nas cidades começaram a se tornar alvo de controle social e polícia.

Neste contexto, os recém libertos, nem escravos nem assalariados, para os quais o mercado de trabalho era praticamente uma ficção, estavam fora-da-ordem. De escravos foram alçados a condição de vadios. Se antes eram submetidos ao chicote, agora precisavam ser convencidos moralmente do valor do trabalho – que sempre foi depreciado no sistema escravista – e impelidos a, milagrosamente, inserir-se em um mercado saturado em virtude da chegada de grandes contingentes de imigrantes estrangeiros. A mão-de-obra nacional, outrora desqualificada por ser associada ao sistema escravista, agora era menosprezada devido à ociosidade e despreparo dos ex-escravos libertos que, com seus hábitos viciosos e sua inclinação para a vadiagem, deveriam ser controlados como possíveis influências negativas. Neste momento as noções de vadiagem, rua, periculosidade e pobreza começam a ser costuradas de forma que tempos depois façam parte de um mesmo tecido. Após a proclamação da República, a ordenação do espaço urbano passa a ser uma das prioridades do governo. A vadiagem passa a fazer parte do código

penal<sup>33</sup> e torna-se símbolo do atraso de uma sociedade que almejava industrializar-se e modernizar-se:

As ruas da cidade, repletas de trabalhadores rejeitados pelo mercado formal de mão-de-obra e ocupados com atividades informais, era palco de inúmeras prisões motivadas pelo simples fato de as “vítimas” não conseguirem comprovar, perante a autoridade policial, sua ocupação. Boa parte dessas prisões arbitrárias tinham como alvo menores, que perambulando pelas ruas, eram sistematicamente capturados pela polícia. A correção que o estado lhes imputava passava necessariamente pela pedagogia do trabalho. (Santos, 1999, p. 222)

Implementação de um capitalismo incipiente e industrialização tardia são componentes fundamentais do cenário brasileiro no fim do século XIX/início do século XX, momento em que emerge o movimento higienista promovendo um modelo europeu de reforma e esquadramento dos espaços urbanos (cf. Coimbra, 2001). O higienismo conta com os discursos/práticas de médicos, pedagogos, arquitetos/urbanistas, juristas entre outros e é, por definição, uma prática preventiva que determina desde a forma de portar-se, vestir-se, comer, até o grau de degeneração a que um indivíduo está propenso devido a sua “má herança”. Neste ponto é notável a influência do médico francês Auguste Morel que, em seu tratado de degenerescências, afirma a hereditariedade de tendências patológicas gerais. A cidade e o corpo individual, no higienismo, são concebidos através da mesma lógica. Deve ser evitado, através de um padrão de conduta no qual o lar e a família nuclear são exaltados, que o corpo social adoeça. A “degradação moral”, sintoma dos males que atingem este corpo é, via de regra, vinculado à pobreza e a vícios. O corpo da cidade é higienizado e para ser mais bem controlado deverá permanecer saneado, limpo, com a abertura de ruas e avenidas, com “veias e artérias” livres. Assim, os espaços públicos do centro da cidade passam, de ponto de concentração de ex-escravos, operários e assalariados a espaço de circulação. A população que ali habitava, em casas de cômodos e cortiços é impelida, então, para as zonas suburbanas ou para as encostas de morros.

Habitados atualmente a polícia militarizada, voltada unicamente à repressão, talvez tenhamos dificuldade em perceber, nas práticas higienistas, o “poder de polícia” no sentido apresentado por Foucault (1997 e 2003). O autor nos mostra a “invenção da polícia” no século

---

<sup>33</sup> É oportuno lembrar que o crime de vadiagem fez parte do Código Penal brasileiro até 1988.

XVIII, como uma das engrenagens, uma das técnicas de governo ocupadas em regular e majorar as forças coletivas e individuais no interior da cidade, ou seja, uma instância criada com a função de manter a ordem e conter inimigos, sem dúvida, mas também com o objetivo de assegurar outros “cuidados” para com a vida em sociedade, como a higiene e a saúde. A partir de autores como Turquet e De Lamare, Foucault constata que, ao menos naquele momento, polícia deve ser entendida não como uma instituição e sim como uma técnica de governo própria do Estado. O poder de polícia faz parte de engrenagens que compõe o que Foucault chama de biopolítica, ou seja, a politização da vida biológica, do simples ato de viver. A biopolítica em articulação com as técnicas de poder disciplinar, vai caracterizar o que Foucault (1999) chamou de biopoder. De maneira totalmente diversa do poder soberano de vida e morte que resplandecia com todo seu aparato ao fazer morrer e era anuviado em sua indiferença ao deixar viver, o biopoder vai concentrar-se na gestão da vida da população, aplicar-se em otimizar a vida da espécie humana, ou seja, em fazer viver. Paradoxalmente este fazer viver implica (quer seja em nome da vida e/ou em defesa da sociedade) uma diferenciação entre quem deve viver e quem se deve deixar morrer.

Embora saibamos que não devemos tomar acontecimentos de uma época pelos paradigmas criados em outra, temos a incontestável sensação de que práticas e discursos higienistas continuam vivos ou influenciam de forma determinante a biopolítica contida em muitas das práticas e discursos atuais relativos às populações pobres e aos espaços urbanos. Um olhar atento perceberá, contudo, além das similaridades, algumas diferenças cruciais entre práticas/discursos que parecem, à primeira vista, estar em uma espécie de continuidade identitária. Ainda que as inspirações ou parentescos pareçam absolutamente óbvios, devemos atentar para o fato de que a paisagem urbana, os rostos, as práticas são outras. Se, por exemplo, no Brasil do início do século XX, médicos ou urbanistas pensavam na saúde da cidade, se muito além da reforma urbana, os higienistas ocupavam-se em disciplinar modos de viver, discutir regras para educar, dormir, comer, vestir, colaborando, assim, para a institucionalização do ideal de família burguesa; hoje em dia este ideal encontra-se esfacelado e se pensa cada vez mais (e unicamente) na sua segurança da cidade, livre de rostos que não devem permanecer em seu interior. Os corpos agora não são mais reservatório de mão-de-obra, são descartáveis e, por vezes, desnecessários. Não se acredita mais na inclusão destes corpos na linha de produção. O poder não precisa mais torná-los dóceis e produtivos. Mais que disciplinar os corpos e afastá-los do ambiente vicioso das ruas, é necessário tirá-los do caminho.

Ao analisar tais engrenagens, Agamben (2004) – pensando com Foucault – recorre à distinção grega entre *bios*, a vida em sua manifestação política, o modo de viver peculiar de um grupo ou indivíduo e *zoé*, o simples fato biológico de viver, como qualquer animal (ou deus). Assim como Foucault, Agamben vai pensar de que forma, a partir da modernidade e mais intensamente na aurora do século XIX, o corpo vivo e as necessidades e contingências da vida biológica são capturadas na esfera política. Os cálculos do poder passam a tomar a *zoé*, ou seja, o homem enquanto ser vivo, como objeto: as populações com suas taxas de natalidade, mortalidade, fluxos de migração, etc., vão aos poucos se tornando preocupação dos mecanismos de uma biopolítica.

O conceito de “vida nua” utilizado por Agamben para designar a vida que é concebida como mera sobrevivência, como simples *zoé* nos ajuda a pensar o biopoder na contemporaneidade. O autor retoma uma figura obscura do direito romano arcaico, o *homo sacer*, para caracterizar esta vida nua. O *homo sacer* era aquele que se poderia matar, sem com isso estar cometendo um homicídio, ou seja, diante do *homo sacer* qualquer um tinha o poder soberano de fazer morrer. Por outro lado, esta obscura personagem não poderia ser oferecida aos deuses em sacrifício. Nas palavras de Agamben, “soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera.” (Agamben, 2004,91). O autor deixa claro que, atualmente, a vida nua, o matável ao qual se refere não é, a princípio, um (tipo de) homem específico. Não existe mais um limite claro que o diferencie. Decretamos, a todo o momento, de acordo com a nossa necessidade, a suspensão das normas jurídicas, mas ao mesmo tempo não passamos de sobreviventes, de vidas nuas. Todos somos potencialmente soberanos e matáveis. Entretanto, o próprio autor admite que, de alguma forma, “toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam seus ‘homens sacros’” (Agamben, 2004,146).

Agamben acredita ainda que o paradigma das sociedades contemporâneas não é mais a cidade inspirada na *polis* grega, e sim o campo de concentração, a esfera soberana onde o estado de exceção torna-se regra. Na instituição permanente do campo de concentração, que tende a se instaurar no contemporâneo, as técnicas de poder estariam voltadas, muito mais do que à produção útil, ao controle da vida nua. A imagem do Campo de Concentração, a qual recorre Agamben, poderia ser atualizada em qualquer lugar. No entanto, quando pensamos nos guetos, nos locais classificados como territórios do perigo, nas chamadas “comunidades carentes”,

percebemos que, mesmo tendo passado de exceção a regra, o campo de concentração tem locais preferenciais onde se encarna enquanto paradigma do mundo ocidental contemporâneo. São fronteiras, por vezes fluídas, quase imperceptíveis, outras vezes grotescas na obsessão contemporânea em controlá-las, deixá-las limpas e explícitas. Bauman (2005) afirma que, atualmente, o acirramento do controle da vida nua faz com que as “funções de polícia” estejam cada vez mais se resumindo a remoção de refugo humano. A função de “coletores” encontrar-se-ia, todavia, em crise diante da incapacidade de dar conta da quantidade cada vez maior da produção de refugo humano, por mais que se construam depósitos.

Tendemos a duvidar que nossas ocupações, presumivelmente nobres, de educadores, assistentes sociais ou psicólogos possam estar ligadas à função de coletores de refugo. As estratégias de poder, exercidas a céu aberto no contemporâneo, utilizam-se da mídia, do *marketing*, subjetivando-nos de forma que carregamos conosco instâncias de poder e por vezes temos dificuldades em perceber onde nos diferenciamos dos procedimentos típicos da sociedade de controle, onde cumprimos ditames de instâncias de poder e/ou os reforçamos, onde está o pequeno guardião, o pequeno leão-de-chácara em nós mesmos. As questões suscitadas por estas considerações podem ser percebidas costumeiramente no trabalho com populações em situação de rua. Destacaremos a seguir dois momentos em que surgem discussões que nos mostram como as estratégias de poder estão, em todos os lugares e funções, disseminadas.

Em abril de 2006 é realizado, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o lançamento de uma campanha de alcance nacional intitulada Meninos de Rua FORA das Ruas. O material relativo à campanha<sup>34</sup> era assim formatado: o FORA, em letras garrafais, em caixa alta e em cor diferente do restante do texto. Era sem dúvida o objetivo do projeto que os meninos estivessem fora das ruas. Muitas coisas podem ser trabalhadas no contato com crianças e adolescentes em situação de rua, mas no caso desta campanha, uma coisa interessava, sobretudo: que as crianças estivessem bem longe das ruas. Durante as discussões sobre as sugestões das entidades do Rio de Janeiro para o planejamento da campanha (que se estenderam por um dia inteiro de debate) foi interessante perceber que, para os organizadores da campanha, era necessário deixar claro que o movimento se destinava àquelas crianças que **moravam** nas ruas. Elas eram o foco da campanha e deveriam estar imediatamente FORA das ruas. Naquele momento fez sentido chamar meninos DE rua, uma vez que eles, (aparentemente) não estariam

---

<sup>34</sup> ver anexo 2.

passando por uma situação, eles pareciam pertencer à rua, eram tomados como filhos dela. Sabemos que utilizar um ou outro enunciado, não faz mudar ou desaparecer uma objetivação, mas acreditamos que há também aí uma forma de naturalizar um objeto, duvidamos ainda que reforçar uma ou outra concepção não tenha nenhum tipo de efeito, ou que no uso de cada enunciado não transpareçam pistas das práticas correlatas.

Coincidentemente um ano depois, em abril de 2007, a Secretaria Nacional de **Segurança Pública** (SENASP) lança o edital do *Projeto Medalha de Ouro*, destinado a financiar, durante a realização dos Jogos Panamericanos 2007, no Rio de Janeiro, programas sócio-educativos, profissionalizantes ou de abrigamento voltados a crianças e adolescentes em situação de rua. Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o projeto foi concebido como uma iniciativa de **prevenção à violência** e preservação da imagem turística da cidade maravilhosa. Os programas que almejavam financiamento deveriam desenvolver-se em áreas próximas ao circuito do Pan, ou seja, pontos turísticos, terminais de transporte, hotéis, etc. a preocupação com a imagem da cidade ficava clara, inclusive pelo período de duração, de apenas seis meses, previsto para o financiamento. O Edital lançado às pressas pela SENASP foi bastante criticado por diversas entidades e, diante de uma ação civil que questionava irregularidades contidas no texto (entre elas, permitir que entidades sem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pudessem participar, o que é proibido, segundo o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente), foi retirado, rediscutido, reformulado e relançado posteriormente.

Nos dois casos relatados se evidencia, acima de tudo, o desejo de tirar as meninas e meninos das ruas. No primeiro caso, alguns pontos da campanha foi revista e esta passou a funcionar com o *slogan* “Criança não é DE rua”, já no caso do edital do SENASP, quando relançado, já não tinha a conotação explícita de maquiagem para turista, uma vez que em muitos casos o programa só começou a funcionar após o término dos Jogos Panamericanos. Todavia, estes pequenos ajustes não são suficientes para modificar o contexto em que os discursos e as práticas a eles conectados funcionam. Sejam policiais, donos de loja, missionários, educadores, bem intencionados ou não, estamos quase totalmente convencidos de que a rua é ruim. Ouvimos, lemos e vemos constantes manchetes sobre seus perigos, sua inadequação. Tomamos esta inadequação como verdade irrefutável, característica intrínseca da rua. A violência, da qual a população em situação de rua é alvo, é concebida como castigo merecido, tão natural e com



origem tão difusa quanto o frio que por vezes passam. A dificuldade para satisfazer necessidades básicas desperta nossos “sentimentos humanitários” e tentamos imaginar soluções. Os abrigos públicos para crianças e adolescentes ou são, em número, insuficientes ou são evitados de uma forma tão incisiva que, a menos que acreditemos em uma índole para rua, somos levados a desconfiar do quão convidativos à permanência são estes lugares. Por outro lado, existe uma enorme dificuldade em localizar nos bairros onde o poder público opera como em um campo de batalha, ou seja, no pior estilo “fazer morrer”, uma opção interessante. Para estes meninos e meninas a rua é perigosa, a chapa é quente, a vida é dura, talvez tão perigosa, quente e dura como a vida em suas comunidades de origem, tornadas pelo empobrecimento, pelo descaso do poder público e pela criminalização da pobreza, um lugar pouco atrativo para retorno de filhos, mesmo que estes sejam pródigos. Nos guetos de onde saíram ou nas ruas por onde passamos, o dia-a-dia destes meninos e meninas é, quase sempre, repleto de exposição à violência: tráfico, seguranças particulares, caveirão, DPCA, drogas, balas, perdas ou completamente endereçadas fazem parte de uma realidade sem heróis nem monstros de ficção.

Com o movimento crescente de extermínio conjugado ao já crônico confinamento da pobreza, percebemos que soberania, disciplina e controle não são modos de funcionamento de poder que se sucederiam no tempo, mas sim convivem e reforçam-se. Apesar do eufemismo “medida sócio-educativa”, atualmente admite-se sem maiores embaraços o fato de que, encarceram-se adolescentes (assim como adultos) sem a convicção de produzir no indivíduo uma ação útil ou, ao estilo pastoral, recuperar ovelhas desgarradas. O cárcere, seja para qualquer faixa etária, é somente um depósito. Entretanto, por mais que sejam ampliados, construídos, modernizados; os depósitos começam a não dar conta do volume de refugos. Ainda assim, cada vez mais se torna importante tirar o que Bauman chama de refugos humanos ou humanos refugados da frente das nossas portas, debaixo de nossas marquises, da aba do nosso chapéu, das esmolas dos nossos bolsos, dos sinais vermelho de cada-dia, das estampas dos cartões postais. O sorriso de Dudu antecipa o silêncio e a falta de jeito diante de sua pergunta. Dudu parece já saber a resposta. Já senti inúmeras vezes, na pele, o olhar que o rotula como menor, já se percebe como refogado há tempos e já conhece os coletores. O FORA que a população em situação de rua está cansada de ouvir, ver e sentir já é misturado às cores dos uniformes dos chamados educadores sociais de alguns projetos municipais. Os ônibus da Prefeitura do Rio de Janeiro, que exibem a palavra “acolhimento” pintada na lateral e transportam pessoas em situação de rua para

abrigos da cidade (quando existem vagas), são identificados e evitados. O analfabetismo de grande parte da população a quem este transporte se destina não faz com que estes se enganem: “*Ih, lá vem o Recolhimento*” é uma frase que tem o efeito nada condizente com as palavras pintadas no ônibus, mas bem de acordo com o tratamento ao qual estas pessoas são constantemente submetidas. Recolher, como a um refugio, como algo que envergonha, já faz parte das estratégias reconhecidas pelos assistidos/refugados e que redundam freqüentemente em fracasso. As tentativas “humanitárias” de realizar a chamada reinserção familiar de crianças e adolescentes ou a colocação em abrigos também tendem, em um número significativo, ao retorno breve dos meninos e meninas à rua. Mas em caso de “emergência”, a prefeitura do Rio de Janeiro dispõe de uma ouvidoria com a qual podemos contar para “denunciar” pessoas que dormem nas nossas marquises. Em breve, **educadores**, serão contatados e essas pessoas que insistem em ocupar o espaço por onde gostaríamos de transitar tranqüilos, fazendo valer nosso direito de ir e vir em paz, serão convencidas (não nos interessa muito bem como) a saírem dali. Podemos acreditar que a Prefeitura, os educadores ou mesmo os guardas armados terão melhor opção para eles, afinal de contas não pode ser bom para ninguém dormir embaixo de uma marquise. Deve haver uma alternativa melhor que, não se sabe bem ao certo porquê, estas pessoas ainda não descobriram. Ao final, o procedimento utilizado acaba redundando em vigiar, expulsar a população indesejada, de preferência enclausurando-a, banindo-a para bem longe da área considerada propriedade privada ou “parcialmente pública”, ou simplesmente a exterminando.

O trabalho de coletores de refugos, sabemos, não é uma exclusividade estatal, nele estão engajadas as empresas privadas, algumas das chamadas organizações não governamentais e os “cidadãos comuns”. A formação de nossa subjetividade (nós, os tais cidadãos comuns) se dá atualmente de maneira veloz e massiva. Difunde-se um padrão de comportamento aceito, dissemina-se o direito/obrigação de denunciar/combater os tipos que fogem a este padrão. A alarmada sociedade civil é chamada a fazer a sua parte, comprando, da segurança vendida por grandes empresas, mais e mais alarmes, fechando-se em condomínios e circuitos internos de tv, espalhando cartazes e câmeras, blindando as bolhas em que vivem, contratando pequenos grupos para-militares armados ou tomando para si a função de vigilantes dos bairros, observando e expulsando os fora-de-ordem, ou os fora-de-lugar. Qualquer um sente-se soberano frente ao que identifica facilmente como matável.

*Botafogo - Outubro de 2006*

*Após participarem do lançamento de um livro, alguns amigos sentam-se em um bar do bairro ocupado (residencial e comercialmente) pela classe média do Rio de Janeiro. Depois de algumas cervejas e troca de impressões a respeito do evento, o grupo vê um rapaz franzino, negro carregando uma caixa de engraxate passar veloz em uma fuga desesperada. O rapaz é seguido de perto por outros quatro jovens, de pele clara, corpo malhado e feições furiosas que o perseguem e alcançam. Imediatamente começam a desferir socos e pontapés no “fugitivo”. Os jovens agressores são interpelados por um dos amigos que estava na mesa do bar em frente, na tentativa de impedir a surra em andamento.*

*- Que é isso gente, que covardia!*

*- Covardia? E o que ele fez...?*

*- E o que ele fez?*

*- Acabou de roubar a bolsa da moça.*

*- E onde está a bolsa?*

*- A gente já pegou, devolveu...*

*- Então deixa o moleque.*

*- Qual é cara, você tá com ele?*

*- Eu...*

*- Aí moleque se eu te pegar de novo no bairro eu te quebro!!*

## CAPÍTULO III – O BAGULHO É DOIDO

Fui na rua prá brigar procurar o que fazê  
 Fui na rua cherá cola, arrumá o que cumê  
 Fui na rua jogá bola vê os carro corrê  
 Tomá banho de canal quando a maré enchê

E pedra que apóia tábuia e madeira que apóia telha  
 Saco plástico, preto, papelão  
 Amarra saco, cava buraco  
 Barraco  
 Moradia popular em propagação

Cachorro, gato, galinha, bicho-de-pé  
 E a população real convive em harmonia normal  
 Banheiro, cama, cozinha no chão  
 Esperança, fé em Deus, ilusão<sup>35</sup>

O que é dito por crianças e adolescentes em situação de rua não se encaixa em um modelo-padrão; esbarra, usualmente, em uma escuta viciada, guiada pelo bom senso. Os enunciados destas crianças e adolescentes são ouvidos como se entre eles reinasse uma espécie de “carência expressiva” ou, quem sabe, uma loucura a ser desvendada. Propomos aqui a tarefa de ouvi-los simplesmente, sem fazer tantas perguntas, sem procurar respostas. Ouvi-los, não como a sonora balbúrdia da horda de marginais, mas como vozes singulares, gritos, pode-se dizer sem erro, de excluídos, mas diríamos, sobretudo, de resistência. Ouçamos então Mosca, Pulga, Peixe, Sapo, Dudu, Isaque, Feinho, Negão, Bolada, Pipoca, entre outros, a fim de nos conectarmos com eles. Em vez de compreendê-los e explicá-los, tratemo-los, não como indivíduos, mas personagens que se expressam em acontecimentos, relações de solidariedade, lutas, crítica social, resistência política e táticas de sobrevivência; personagens singulares ou simplesmente singularidades.

<sup>35</sup> Quando a Maré Encher. Música de Fábio Trummer, Roger Man e Bernardo Chopinho.

*Tio, a rua é que nem uma roupa. Essa calça aí que o senhor tá vestindo, velhinha né? O senhor deve se amarrar nela, mas ela vai rasgando, puindo ... Então, a rua é assim: É que nem uma calça que tá toda rasgada, mas eu gosto, não tenho uma nova e ninguém vai me dar uma que cabe em mim.*

Gostaríamos que enunciados, “cenas” e autores que fazem parte deste capítulo se conectassem, que os conceitos expostos não fossem explicações para os discursos de crianças e adolescentes em situação de rua, mas sim que formassem com estes uma espécie de composição. Temos ainda a pretensão de que falas e acontecimentos não se tornem comprovação de qualquer teoria ou exemplos que validem nossas práticas. Nesta tentativa, além dos autores e personagens que permearam até aqui este texto, nos serviremos do percurso de um escritor francês em Bogotá no final da década de 1970 como um fator de a(fe)tividade<sup>36</sup>. Esperamos que este percurso/fator seja mais uma ferramenta a abrir canais para passagens de intensidades.

Deixar-se ser atravessado por enunciados, interrompido por falas e acontecimentos, desviado de seu método, seduzido por certos atrevimentos, parece ser o que fez o escritor francês, no encontro com os *gaminos* de Bogotá. Durante três semanas o etnólogo-poeta-jornalista Jacques Meunier conversou com bogotanos, circulou na cidade colombiana que, a 2000 km de altura, lhe pareceu uma ilha isolada pela altitude, um paradoxo “patético ou surreal”. Em seu percurso, Meunier aproveitou o fato de que mesmo não tão “narcisista quanto o Rio de Janeiro, (...) Bogotá gosta igualmente de se contemplar. De se narrar. De se ouvir falar” (Meunier, 1978, p. 38). De ônibus, de táxi ou a pé, o escritor percorreu a cidade em busca dos *Gaminos*, garotos de 05 a 15 anos que se reúnem em grupos (*galladas*) e, como diz o escritor francês, “habitam” a rua. Sobre a palavra *Gamino*, não descobriu muito mais do que já sabia: é um galicismo e veio tomar o lugar da expressão “*chino de la calle*”.

Em um primeiro encontro, em vez dos *Gaminos* que sonhou e idealizou, o autor vê apenas “um punhado de crianças piolhentas, e galhofeiras” (Idem, p. 14), associações de miseráveis em grupos de dois, três ou dez, de forma que possam sentir-se mais fortes e “apoderar-se” de um

---

<sup>36</sup> Sueli Rolnik denomina fator de afetividade, algo que permite “habitar o ilocalizável”, aguçar a sensibilidade a latitude ambiente. “Pode ser um passeio solitário, um poema, uma música, um filme, um cheiro ou um gosto.... Pode ser a escrita, a dança, um alucinógeno, um encontro amoroso – ou, ao contrário, um desencontro...” (Rolnik, 2006, p. 39)

bairro. Até que um dia a sorte sorri ao estrangeiro e ele encontra Jacinto, um garoto de 13 anos que foi expulso de uma *gallada*, acusado de “sapo” (traidor).

Jacinto “tem o timbre canalha. É imprevisível como tudo que vem da rua (...). Não mente. Ele engana. Acomoda-se. Dissimula. (...) Sozinho na cidade, fora-da-lei de treze anos, ele tem mesmo de dar seu jeito. De baralhar as pistas.” (Meunier, 1978. pgs: 28, 34)

A partir do encontro com Jacinto, durante quatro meses Meunier passa a seguir as pistas embaralhadas pelo garoto. Se, para os bogotanos com quem conversa, os *gaminos* significam somente miséria e injustiça ou são solenemente ignorados, para o pesquisador francês, além da desconfiança para com o mundo adulto e do sorriso, a diferença fundamental entre estes menino e as outras 40.000 crianças pobres de Bogotá é a organização em *galladas*, ao ponto que “isoladamente, o *gamino* não existe” (Idem, p. 41), é somente mais uma criança pobre. A *gallada* é, além de proteção e solidariedade, construção de um território que os proporciona uma certa altivez. Ao entrar em contato com as *galladas*, com os relatos de Jacinto, com *gaminos* e ex-*gaminos*, o autor percebe um “comprimento de onda” que faz com que os *gaminos* se reconheçam, algo para além da miséria ou indignação, que talvez tenha relação com a pele.

Uma película invisível, feita de chuveiradas e soalheiras, de poeira.  
Uma coisa qualquer que, a um só tempo, existe e não existe: uma infância sem juventude, mas despreocupada. Uma ternura subversiva.  
Uma falsa saúde. (Idem, p.40)

Existem diferenças cruciais entre os *gaminos* com os quais Meunier teve seu encontro na Bogotá dos anos 70 e as crianças e adolescentes em situação de rua que atravessam esta dissertação. A cena é outra, são outras idades em outra época, outros são os discursos e outros os sotaques, os moleques não são *gaminos*, não se organizam em *galladas*, estão em grupos, que muitas vezes contém adultos e podem estar relacionados às suas comunidades de origem, mas a seu modo são nômades como seus “colegas” latinos. Como já nos mostrou Deleuze, “é falso definir o nômade pelo movimento” (Deleuze, 1997b, p. 52). Os moleques fazem de “parar” (paradoxalmente) um movimento de desterritorialização, e fazem desta desterritorialização seu próprio território, eles nomadizam as ruas, são para estas um fator de desterritorialização.

Tentamos, então, entrar em contato com fragmentos de diários de campo e relatórios, falas de crianças, adolescentes, como terminou por fazer Meunier em relação às “conversas

descosidas” de Jacinto: por um “comprimento de onda”, por uma frequência. Acolhamos os enunciados propostos de forma crua, ouvindo e amplificando não o que as crianças e adolescentes “estão querendo dizer” (o que de fato é construído por nossa interpretação), mas sim o que eles dizem.

*Tio, você conhece a Chatuba<sup>37</sup>? Eu vou ficar fazendo o quê na Chatuba, no domingo?*

*Tio, eu fui estuprada em casa, não foi na rua!*

Ao trabalharmos em projetos relacionados a crianças e adolescentes em situação de rua, pode ser freqüente a busca de razões que os levaram a estar ali. Podemos quantificá-los, tipificá-las de acordo com seu tempo de permanência na rua, a existência ou não de vínculo familiar, o que costumam fazer na rua, etc. Em outras palavras, observá-los e produzir sobre eles um saber que credencie nossa intervenção. Estes procedimentos parecem apontar para uma eficácia que, ao menos neste tipo de trabalho, deve ser questionada ou repensada a cada momento. O ceticismo de grande parte da população em situação de rua, com relação aos projetos que envolvem Estado e Organizações Não Governamentais, muitas vezes relaciona-se a essa almejada eficácia e à dificuldade em pensar alternativas que não estejam relacionadas a modelos instituídos onde a rua não tem lugar. Mesmo entre os que não os vêem como refugos a serem eliminados, mesmo entre os que não os percebem como uma massa indistinta e confusa, tirar os moleques das ruas, muitas vezes ainda é a missão primordial. Família, casa, escola, etc, na concepção de boa parcela da assistência social, da segurança pública, das secretarias de turismo, das organizações (não) governamentais, da sociedade civil bem-intencionada, são consideradas condições básicas para se ter um modo de vida normal, para fazer parte de uma maioria onde parecemos querer inserir os desviantes.

Embora pareçam, a princípio, nos remeter a uma curva estatística, os conceitos de normalidade e maioria, aos quais nos referimos aqui, não estão ligados a uma questão numérica (cf. Deleuze e Guattari, 1997 e 1997b). Maioria é aqui considerada como a determinação de um

---

<sup>37</sup> Chatuba é um bairro pobre, um dentre os que atualmente são conhecidos como comunidades ou “comunidades carentes”, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro.

padrão ideal ao qual é tentada uma aproximação para se estar “na normalidade”. Estar o mais próximo possível do padrão majoritário, alcançá-lo, ainda que imaginariamente, validá-lo, é com frequência o objetivo preconizado e perseguido. Por outro lado, minoria pode ser numerosa como uma maioria, comportar o maior número ou mesmo ser infinita. A distinção entre as duas está relacionada à idéia de adequação a um modelo. Falar ou imaginar que se está falando em nome de uma maioria é o que alimenta a crença de que possam ser legítimos os motivos para exercer certos poderes sobre os outros. Quando banimos quem não se adapta ou se aproxima do modelo padrão, quando nos arvoramos em docilizar corpos rebeldes, quando tratamos de recuperar ovelhinhas desgarradas ou quando acreditamos poder levar o outro a querer o que nós supomos que seja bom, estamos animados por esta crença.

*Tô legal de tanta gente me dizendo o que eu tenho que fazer...*

A porta da rua (ou a forma como são tratadas certas pessoas em determinadas ruas) é, com frequência, em vez de veículo para construção, uma passagem escancarada para encontros tristes, violência e, por vezes, extermínio. Os “moleques” estão, literalmente expostos a qualquer ataque...e não são poucos os que os querem ver desaparecer, que os consideram como perigo, que os vêem como uma ameaça. Ainda que saibamos não ser possível (ético ou mesmo desejável) escolher, pelas crianças e adolescentes, mesmo que o motor para essa escolha seja composto de nossas melhores intenções, muitas vezes, diante da dificuldade em perceber um ato afirmativo, um movimento de desejo no prematuro enfrentamento de situações de violência, privações e desrespeito com as quais se acha, neste momento, ligado o fato de “parar” nas ruas do Rio de Janeiro, terminamos por exercer práticas que buscam adequar e assujeitar pessoas às formas de subjetivação dominantes. No entanto, deparar-se com a realidade vivida por estas pessoas põe em xeque nossas estratégias. Táticas que incluem o uso do próprio corpo como experiência, seja com drogas, sexo ou com a violência, desestabiliza “objetos” que julgávamos naturais, como infância ou legalidade. As convicções às quais nos apegamos no dia-a-dia, como se fossem verdades imutáveis tornam-se ineficientes para suportar a radicalidade de alguns encontros.



- *Tua irmã tá sumida...*
- *Ah , tio... acho que tá na casa do marido dela.*
- *Tua irmã tem marido?*
- *É tio...*
- *... mas ela tem onze anos...*
- *Ué... mas tem marido.*

*Lapa - 28/05/2004 (manhã)*

*Um Camburão parado na Joaquim Silva, um carro particular embaixo dos arcos, cartazes espalhados pelos postes (“Lapa Limpa II – 5º BPM – Ligue, denuncie – o anonimato é garantido”). Neste cenário fica fácil relacionar a palavra “limpa” contida no cartaz à ausência dos meninos e meninas que costumavam dormir embaixo dos Arcos da Lapa. Durante a madrugada foram recolhidas 32 crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos. Os meninos que encontramos após uma caminhada contam como pularam do microônibus da PM ou deram sorte de não terem dormido ali aquela noite. Comentava-se também que os acusavam de tráfico e que filmagens feitas durante duas semanas confirmavam a acusação. As informações eram imprecisas, como se poderia esperar de um momento tão conturbado.*

*Naquele dia, durante o café da manhã, na sede da Rádio Madame Satã, palavras pronunciadas na forma de pergunta-resposta, tal qual ladainha em alguma procissão, num tom pausado, incessante e melancólico transformavam-se em um mantra, que se repetia, como se repetem várias vezes na vida daqueles meninos as cenas que eles há pouco participaram. Sabíamos, que aquelas eram palavras comumente relacionadas a uma das facções ligadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Sabíamos também que a identificação com um ou outro grupo ligado ao tráfico de drogas se devia muito mais ao local de onde os meninos eram oriundos do que a um presumido envolvimento com o tráfico. O que não sabíamos, mas sentimos, foi a inutilidade de interromper aquele rito que misturava fé, desesperança, revolta, ao mesmo tempo uma súplica e um hino, um pedido e uma afirmação:*

- *Fé em Deus*

- *É nóis*

- *é nóis*

- *fé em deus*

- *fé em deus*

- *é nós...*

- *É nós*

- *fé em Deus*

- *Fé em deus*

- *é nóis*

É necessário pensar, além/junto a todos os infortúnios proporcionados pelo modelo capitalista globalizado, a potência de criação destas pessoas, irreconciliável com a mera resignação à sobrevivência. Os moleques não se conformam apenas à subsistência nem buscam apenas a satisfação de necessidades biológicas. Parecem marcar uma diferença radical entre viver e sobreviver. E viver “significa mais que satisfazer nossas necessidades biológicas e estar de acordo com as instituições.” (Passetti, 1985, p. 10). Diante da falência/renúncia do Estado e da crescente criminalização da pobreza, estas crianças e adolescentes inventam uma nova forma, um novo ponto de vista, um novo mundo. Talvez não estejamos diante de um admirável mundo novo... Mas aí também está o desejo. Isso não significa dizer que estar na rua seja uma decisão individual, uma opção ou escolha consciente, e que devamos, portanto, naturalizar ou incentivar esta “opção”. Não estamos falando interesse ou algo pessoal (cf Deleuze e Guattari, 1976 & Foucault 1996b), mas de desejo enquanto agenciamento, produção de mundos possíveis. Assim, tentamos pensar o desejo produzindo meninos nas ruas, não como um desejo dos meninos ou de um sujeito específico, mas como expressão de um encadeamento, de mecanismos que existem e estão lá. Forças que os põe para fora de onde passam e forças que afirmam a potência de “parar” nas ruas. “Desejo de rua” não como opção, mas sim como agenciamento, potência, aposta na vida, na invenção de alternativas. Afirmção perigosa, sem dúvida mas que nos faz constatar: verdades são sempre parciais, precárias, contingenciais, embora a mídia e/ou o discurso dos

especialistas, na maioria das vezes, se apresente como verdade imparcial, contrastando com o caráter múltiplo dos acontecimentos.

*Eu tinha dez anos. Dormia na rua, com a minha mãe, na barraca de um amigo dela, embaixo de marquises, no gramado do aterro, onde dava... Um dia de sol, acordamos próximos à praia do Flamengo. Eu disse a ela que ia dar um pulo na praia e fui. Fiquei nas pedras olhando o pessoal pescar lá bem perto do mar, viajando, não sei quanto tempo. Quando fui procurar minha mãe não achei...*

*Os primeiros dias eu passei sozinho, até que “colei” com um grupo de “hippies”. Eles me viam sempre e um dia me chamaram: “Chega aí ô menor... Tu é um cara responsa, fica aí sozinho, pode fechar com a gente”. Eu aprendia a fazer pulseiras e fazia pequenos favores pra eles, tipo: compra tal coisa em tal lugar, leva isso pra fulano. Com o tempo começaram a me explorar, querendo que eu pedisse até arrumar dinheiro ou comida para todos. Um “hippie” que não “parava” com eles viu uma discussão entre a gente e me defendeu: “Pô menor esses caras tão te explorando, num cola com eles não...”. Passei o dia com esse cara, fazendo pulseira, aprendendo umas manhas que eu não sabia. O cara tinha uma barraca onde dava pra dormir a noite, só que na primeira noite em que eu fui dormir lá, quando eu deitei, o cara veio passar a mão em mim. Comecei a berrar, jogar coisas nele e tentar fugir. Aí ele começou a gritar “polícia” como se eu tivesse roubando ele. Prá minha sorte, em vez da polícia ia passando um grupo de moleques que eu já tinha visto por ali. Eles viram a cena: um cara grande segurando um menor, e foram me ajudar. Dali pra frente comecei a “fechar” com os moleques. Passei a fumar, cheirar cola, roubar... beber não, que a galera não bebia. A gente achava que quem bebia era cachaceiro. A gente sempre andava junto. Comecei a pegar a “malícia” da rua.*

Eles estão em grupo, em vários lugares, em várias posições, utilizam várias táticas: estão ora pedindo, ora em casa, ora roubando, ora brincando, ora engraxando sapatos, ora se prostituindo, ora envolvidos com tráfico, ora no baile funk, ora subempregados, ora fazendo malabarismos nos sinais. Embaralhando as categorias, não cabem ao certo em nenhuma. Crianças e adolescentes em situação de rua geralmente se reconhecem enquanto “menores”, expressão

pejorativa que lhes foi inculcada, olhar de desprezo e medo que lhes é lançado e com o qual convivem. Algumas vezes associam-se, aparentemente aceitando este reconhecimento de forma adaptada ou resignada. Por outro lado, engrossam um coro que impede que sejam vistos como um trapo silencioso e apostam numa vida muito mais intensa quanto menos assujeitada for. Nenhum deles se reconhece como mendigo, embora uma das muitas táticas de sobrevivência seja, por vezes, “arrumar um dinheiro” como pedinte. Esta distinção está ligada a suas relações de amizade, mobilidade e “disposição” e ao próprio tratamento que lhes é dispensado, mesmo por quem os vê como a uma massa indistinta: Se os transeuntes evitam mendigos, se desviam, fazem de conta que não vêem ou são cristãos o suficiente para conceder-lhes algumas esmolas quando estes se interpõe no caminho, os moleques, alardeiam sua existência ao olhar que os quer invisíveis.

*Nasci gritando, não vou andar na ponta do pé*

*O segurança do mercado já me conhece. Eu só peço a quem tá saindo. Ninguém reclama com ele e aí tá tudo certo.*

*A gente se achava diferente dos mendigos. Aliás, a gente não chamava de mendigos, a gente chamava de maloqueiro, favozeiro ou, no máximo, dingão. Hoje em dia, quando eu penso, eu não acho que a diferença era tanta, mas na época, o fato de a gente ter disposição prá correr atrás, prá arrumar um dinheiro, não ficar esperando só doação, sopa... fazia a gente se achar diferente.*

*Tio, mendigo pára de conversar.*

“Parar” nas ruas é estar ao acaso das circunstâncias, improvisar de acordo com o momento, jogar com o acontecimento, transformando-o em ocasião, é astúcia diante da situação imposta; características do que o Michel De Certeau (1994) chama de táticas, ou a “artes do

fraco”. O autor faz uma distinção entre estratégia e tática afirmando que a estratégia postula um lugar próprio, capaz de servir de base, de onde se pode administrar um estado de coisas, ver de longe, prever. Algo como a vitória do espaço sobre o tempo. Segundo o autor, enquanto estratégias se escondem sob cálculos objetivos, táticas manifestam “a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula” (De Certeau, 1994, p.47). “Parar” nas ruas, se contrapõe à concepção estratégica, na medida em que é quase impossível, nesta condição, antecipar-se ao tempo, visar uma melhora futura, alguma previsão de independência frente a situações impostas. Os moleques utilizam-se diariamente de táticas que são em sua maioria frágeis, mesmo quando vestem como uma luva os personagens feios, sujos e malvados. O perigo, que acreditamos correr ao vê-los próximos o suficiente para que possamos neles reconhecer o cheiro de thiner e sujeira, não é maior que aquele que as crianças e adolescentes enfrentam nas ruas. São vidas em risco; constantemente eliminadas sem um sentimento de pesar da sociedade punitiva que, se não consegue concebê-los como vítimas passivas dignas de pena, apressa-se em fundi-los à outra face da moeda, os perigosos em potencial, ou seja, passíveis de punição (ou de extermínio). Os perigos, porém, não são intrínsecos aos moleques ou à rua, e sim produzidos, o que não significa dizer que não tenham existência real, mas sim que foram construídos, não sendo uma coisa em si.

*Lapa - 26/05/04 (quarta-feira) - manhã*

*Um menino de 15 anos é agarrado por um policial que tenta levá-lo para dentro da viatura. Um senhor de presumíveis 50 anos o acusa de tê-lo assaltado na praça Tiradentes e ter fugido de bicicleta para a Lapa. O moleque nega, diz que estava dormindo embaixo dos Arcos, ali mesmo na Lapa e que não tem bicicleta alguma. Ser atendido por um “projeto” é um dos últimos argumentos do garoto antes da chegada de um grupo de “educadores sociais” que o reconhecem. Quando o policial é indagado sobre as provas do suposto crime, retruca perguntando quem ali é advogado. Os meninos em volta, companheiros do suposto assaltante, ameaçam jogar pedras no carro da polícia e são pouco a pouco convencidos por alguns educadores a não fazê-lo. Diante da confusão, o senhor (suposta vítima) se retira discretamente, o que facilita a conversa com o policial, que resolve soltar o garoto, uma vez que já não existem*

*provas ou acusação formal. Os meninos em volta comemoram, as meninas dançam “funk” e provocam o policial que entra na viatura e vai embora.*

*Aqui eu fico com meus amigos, zoando, sem “neurose”, sem ninguém prá dizer o que eu tenho que fazer.*

Que liberdade paradoxal vivenciam estas crianças e adolescentes, que por efetivamente não possuírem, pai, patrão, bens, deveres ou direitos respeitados, não dispõem de quase nada além da própria existência física? O questionamento desta estranha autonomia, feito pelos próprios meninos que no dia-a-dia percebem a precariedade e fragilidade de sua condição, nos indica que a questão não é de liberdade, mas de inventar uma saída. Não podemos encobrir o fato de que estar na rua já é busca de alternativas (improváveis, é quase certo) a imposições, a formas de violência e privações. A rua é, ao mesmo tempo a liberdade, o ar viciado, as luzes, o mau-cheiro, o thiner, o rango, diversão e privação, tentativa de sobrevivência e invenção de modos possíveis de existência. O problema maior é como fazer esta invenção consistir, como fazer valer a experimentação, ou seja, como jogar, na vida dos que não se submetem à mera sobrevivência em meio à extrema miséria, um pouco de ar fresco.

*Lapa – agosto de 2007.*

*São 19 h de uma quarta-feira, Mosca prepara as atividades que acontecem no “Fortalece Ai”. Arma sua aparelhagem, como sempre, em baixo dos Arcos da Lapa e como D.J. prepara uma noite com funk, hip hop, samba, etc. Além de uma refeição servida nos Arcos para quem estiver participando do evento, serão exibidos três curta-metragens, alguns recados vão ser “distribuídos” junto com os pacotes de camisinha. As noites de “Fortalece” são momentos extremamente propícios a encontros, conversas, contágios, construção de vínculos e acontecimentos inesperados. O Tema da droga é relativamente recorrente nestes dias. Todos sabem que o Mosca ou qualquer outra pessoa envolvida no evento não irá reprimir ou retirar*

*“Thiner” ou qualquer outra droga de quem quer que seja. É mantido, porém um equilíbrio delicado no qual a realização da atividade (seja ela filme, música, festa de aniversário, etc.) prossegue enquanto os participantes suspenderem, mesmo momentaneamente o uso da droga.*

*Não!!! A galera vai pro baile mesmo.*

*Ah... um guarda o tênis do outro na casa de alguém, um empresta a roupa pro outro, quem vai sempre em casa leva o outro prá se arrumar. Ninguém vai pro baile do jeito que tá na rua.*

Casa-rua, menor-criança, culpados-vítimas, criança/adolescente-jovem, são figuras instituídas, dicotomias totalizantes que, mais que explicitar ou impedir a visão de algo escondido, criam verdades, inventam fórmulas-padrão, engendram procedimentos-base, sujeitos e práticas, por fim realidades. Estas totalizações são o que Deleuze e Parnet (1998) denominam linhas duras. Em um acontecimento qualquer, as linhas duras dizem respeito às formas e seu desenvolvimento, aos sujeitos e sua formação. Na rua, as sujeições às linhas duras são muitas e (como em diversas outras situações) seguir certos padrões de comportamento pode ser condição para sobreviver, para a participação em determinado grupo ou para passar despercebido. Entretanto, o modo de vida destas crianças e adolescentes desafia normas e padrões dicotômicos e deixar de encará-los como vítimas ou culpados talvez seja um artifício a mais para pensar que a realidade não é uma coisa dada à qual somos bem ou mal adaptados e sim um agenciamento, um conjunto de relações, um canteiro em constante construção, no qual nos situamos, com o qual (nos) compomos, repelimos, (nos) destruimos ou reconstruimos.

Ao pensarmos “parar” nas ruas como um agenciamento, estaremos admitindo que, como tal, este movimento é, em primeiro lugar, uma formação territorial. “O território cria o agenciamento” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 218). O conceito de território foi inspirado na etologia e implica a idéia de espaço, mas não consiste necessariamente na delimitação de um lugar geográfico, antes o valor de território é existencial, subjetivo. Se, por um lado, na etologia,

a formação territorial tem relação quase indissociável com marcação e defesa do território constituído, por outro lado podemos pensar a territorialização relacionada à expressividade revelada ao se constituir tal território. Expressar-se concebido como a capacidade de apropriar-se de matérias, mesmo que estas pareçam frágeis ou precárias, e construir um território existencial. Isto quer dizer que a noção de território abrange o plano da expressividade e do familiar, marcando uma certa distância em relação aos outros e protegendo também do caos.

Por outro lado, o agenciamento também é arrastado e atravessado por linhas de desterritorialização e de passagens para outros agenciamentos. Ou seja, agenciamentos comportam além das linhas duras, linhas moleculares e linhas de fuga (cf. Deleuze e Parnet, 1998). É interessante lembrarmos-nos que estas linhas aparecem como um emaranhado, por vezes apresentando-se como se fossem apenas duas, uma vez que “a linha molecular pareceria apenas como oscilando entre os dois extremos, ora levada pela conjugação dos fluxos de desterritorialização, ora relacionada com a acumulação das reterritorializações” (Idem, p.159). Ou ainda, apenas a linha de fuga relativizando-se na segunda linha, que enfim se deixaria congelar na primeira. Deleuze cogita, ainda, que haja pessoas que não têm contato com as linhas de fuga, de certa forma não se permitem, passam toda existência em contato com as outras duas ou apenas com as linhas duras, pessoas que buscam a duras penas enquadrar-se em um padrão de maioria que, a rigor, não representa ninguém e que, efetivamente, é inalcançável.

*Tio, só se foge de onde se está preso.*

As linhas moleculares ou flexíveis não são mais ou menos íntimas que as linhas duras, são fluxos sensíveis, porém imperceptíveis, que atravessam tanto indivíduos como grupos, mas o fazem em um outro ritmo, em um outro tempo, em uma outra política que não está relacionada à nossa percepção cronológica e cotidiana. As linhas de fuga, as mais simples, estranhas e complexas das três linhas, levam sempre a um destino imprevisível, a uma desterritorialização. Estão relacionadas a afetos, gestos, estilos, desterritorializações, transgressões de limites e fronteiras, desmontes de territórios, mas também a “produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma.” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 62). Podemos, assim, relacionar “*parar nas ruas*” com linha



de fuga: fuga de casa para as ruas, fuga nas ruas, fuga das ruas para as instituições, destas para as ruas, mas acima de tudo fuga como desterritorialização, desmanche e possibilidade de enfrentamento e construção. Quando saem de casa, os moleques traçam linhas; deixam, sem olhar para trás, muitas instituições, independente do quanto isso possa ser considerado benéfico, maléfico ou doloroso para eles próprios ou para quem quer que seja. Deixam famílias, nomes, bairros, idade, escola, etc. Esquivam-se também de manifestações de poderes que funcionam nos bairros pobres do subúrbio, ainda hoje, com a lógica soberana do déspota, com práticas de tortura e extermínio, via polícia ou tráfico ilegal(izado) de drogas. O problema é saber até onde essa fuga pode ser libertária. Até onde estarão livres destes mesmos poderes ou serão novamente capturados como corpos mortificados, matáveis ou efetivamente mortos.

Como destruir as linhas duras com prudência suficiente para não destruímos juntamente próprio organismo, a mínima ordem necessária para se proteger do caos? Como evitar que uma linha de fuga se torne uma linha de destruição dos outros e de si mesmo, uma linha de abolição, se toda fuga é uma espécie de delírio? Como experimentar fluxos e limiares avaliando onde estas linhas moleculares, estas pequenas desterritorializações, alimentam mais vida? Como evitar que as máscaras virem “coisas-em-si”, que o garoto em situação de rua vire um menino-de-rua, que a criança vire menor-delinquente-matável, que o uso recreativo da droga transforme o garoto em um trapo dependente de crack? Será possível pensarmos “parar nas ruas” como proteção diante do caos e veículo para construção de vínculos de afeto, se os territórios prontos já carregam a violência com que são defendidos, se as relações de poder que perpassam determinadas formações territoriais objetivam como escória estes que “param” no espaço onde (nem) deveriam passar?

Cada uma destas linhas apresenta peculiaridades e perigos próprios. Nenhuma linha é melhor ou mais “segura” que outra. Não existe uma fórmula que indique como impedir que os territórios endureçam, até porque a formação territorial é inseparável do acolhimento em um universo de referência. Quando ouvimos dos próprios meninos e meninas que eles não “querem nada”, mais do que se manifestar aí qualquer má-índole ou uma certa indolência, manifesta-se uma inquietação: Queremos outra coisa, parecem dizer. De certa forma, os moleques parecem fazer da própria desterritorialização constante uma tática para evitar o aprisionamento em um território subjetivo. Passam de um território a outro constantemente ou traçam novos, tentam criar

maneiras de existir. Nomadizam, não se deixam fixar, não se submetem, não se deixam dominar, tornando-se assim, imprevisíveis ( cf. Maffesoli, 2001).

*Rio de Janeiro – 12 de outubro de 2007.*

*Para os católicos – Dia de Nossa Senhora Aparecida*

*Para os comerciantes - Dia da Criança*

*Estou em busca do moleque que estava com o pé machucado quarta-feira passada, no “Fortalece”. Apesar de tê-lo procurado no dia anterior na Lapa e ter recebido como resposta dos outros garotos um preguiçoso “Ah tio, marca aí que daqui a pouco ele brota”, mantenho no mesmo nível as expectativas de encontrá-lo e as dúvidas quanto a possibilidade de que, se isso acontecer, ele finalmente aceite ir ao médico.*

*Antes de chegar aos Arcos sou desviado pela visão de três meninos abraçados. O garoto do meio parece carregado pelos outros dois. Eles se dirigem a um policial que gesticula indicando uma direção para onde os garotos seguem. Aproximo-me o suficiente para perceber a expressão de dor do menino que é carregado.*

*- Vocês vão levar ele para onde?*

*\_ Na cabine... pedir pro PM levar ele no Souza Aguiar.*

*\_ Vocês querem ir comigo de ônibus?*

*(...)*

*No caminho ouço várias histórias, todas contadas por Déo. Os três seriam primos e teriam doze anos. Pará não parecia muito com os outros dois, mas em silêncio concordava com as histórias. Toco teria sofrido cortes com vidro no braço e no pescoço, uma pedrada no pé e já havia desmaiado duas vezes. Tudo por conta de uma briga com a namorada que tinha quatorze anos e era muito maior que ele. A mesma menina teria cortado o braço de Déo, também com um caco de vidro quando este tentou defender-se do que, segundo ele era o intento de acertar-lhe o rosto.*

*Já no hospital, enquanto aguardamos atendimento, deixo Dèo e Toco lendo a página policial de um tablóide. Diante do elogio à sua rapidez na leitura, Déo revela que freqüentou a escola até a sexta série e que quer voltar a estudar. Desço com Pará até a rua para comprar uns biscoitos. Sem conseguir subir com a comida, trago os dois meninos para fora do hospital onde Pará nos aguardava, já devorando um saco de biscoitos que pareciam feitos de isopor, mas que na embalagem colorida era identificado como Fofura sabor cebola. Depois do “lanche”, os dois garotos sobem enquanto Pará aguarda do lado de fora com a parte do lanche reservada para mais tarde.*

*Ante os olhares de censura dos funcionários e pacientes do setor de sutura, os garotos cantam, abraçados, um pagode romântico. Na hora do refrão Déo se separa e canta para uma platéia imaginária rebolando com a mão fechada na frente da boca como se fosse um microfone. Comento que nunca havia visto doentes tão contentes, que o mal deles deveria ser fome. À equipe de médicos, Déo se apresenta como irmão de Toco. Um dos médicos diz rindo que eles são gêmeos, já que ambos teriam doze anos. Para espanto de todos, Déo confirma a brincadeira do médico e diz que só parecem diferentes porque o irmão pintou o cabelo de loiro. Os médicos, aparentemente residentes, que os atendem ora se divertem, ora se assustam com as histórias contadas, tentam dissuadi-lo da vingança que trama, com a dose de crueldade que consegue conceber, contra a prima mais velha, que teria ferido a ele e ao irmão. Orgulhoso com a atadura que lhe cobre a maior parte do antebraço, Déo diz que vai fazer sucesso no sinal, que agora sim, vai faturar.*

*Toco, já com o braço e o pé enfaixados, do seu jeito nos transmite a informação que agora teríamos de ir até a enfermaria de emergência pediátrica onde ambos tomariam uma dose de vacina antitetânica. Na enfermaria, Toco toma a injeção sem maiores problemas, ao chegar a vez de Déo, todos os relatos de coragem e agressividade que o garoto relatara até então, bem como os golpes de capoeira que simulava dar em um inimigo imaginário à sua frente pareciam distantes do moleque que corria apavorado pela enfermaria enquanto, de forma estabanada, eu tentava capturá-lo. Já duvidando da necessidade e da propriedade de forçar o moleque a tomar a tal injeção, segurava, com a ajuda do irmão e uma voluntária, o garoto preso à cadeira, enquanto a enfermeira, temendo os chutes e mordidas que o menino tentava desferir, hesitava ante a tarefa de aplicar a injeção. Após a picada, o grito e a retirada da agulha, o menino desatou numa risada que deixou ainda mais perplexa a platéia que acompanhava toda a cena.*

- Ah, tio era Caô, eu não tenho medo não, nem dói... Quando eu fiquei internado aqui eu tomei três dessa aí...

## ISTO NÃO É UMA CONCLUSÃO OU A HISTÓRIA DO GAROTO QUE VIROU NÚMERO

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito e ambíguo com saltos de felino e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida e cética que os velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá o apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, aclama sem interesse, e pode rir, francamente, depois de ter conhecido todos os males da cidade, poeira d'ouro que se faz lama e torna a ser poeira - a rua criou o garoto!<sup>38</sup>

28/05/04

*Ao chegar, pela manhã, percebi a Lapa vazia, um camburão da PM estacionado e alguns poucos adolescentes na porta da São Martinho. Ao percorrer os Arcos, percebi vários cartazes: “Lapa Limpa II – 5º BPM – Ligue, denuncie – o anonimato é garantido”. Um pouco mais tarde, já na companhia do Mosca, fomos informados por alguns adolescentes que houve uma ação da PM às 4h da manhã. Fomos, com os poucos adolescentes com quem encontramos, para o espaço da Lapa onde recebemos a solicitação de encaminhamento para abrigo de Dudu e Marcos.*

*Relatório mensal – 02/06/04*

*Encaminhei Dudu a um setor de triagem em 28/05/04, já que o mesmo manifestava vontade de ir para um abrigo. No setor de triagem, próximo a Rua da Carioca, o adolescente já era conhecido por evadir sistematicamente, o que comprovei na terça-feira seguinte (01/06/04),*

---

<sup>38</sup> Trecho do livro *A alma encantadora das Ruas*, de João do Rio, p. 4-5.

*quando fazia abordagem no Largo de São Francisco, onde o adolescente foi encontrado, vindo até a Oficina de Circo.*

22/06

*Dudu nos acompanha até o espaço da Lapa. Continua afirmando que não quer sair da rua. Durante a semana passada ele esteve em um abrigo na Tijuca, de onde evadiu.*

23/06

*Fui até o Largo de São Francisco para ver se encontrava Dudu. No caminho não percebi presença de adolescentes na Lapa, na Cinelândia ou na Carioca. Avistei Dudu junto a um grupo de jovens (5 mulheres e 1 homem) que estava sendo entrevistado por 2 educadores da Prefeitura. Dudu veio ao meu encontro e disse que seria encaminhado a um abrigo. Quando lhe perguntei se não havia estado em abrigo até a semana anterior e havia evadido, o adolescente pediu, com um gesto, que eu mantivesse segredo.*

Não sei por onde anda o garoto que conheci em 2004. O rosto do menino nordestino com o olho apertado, possivelmente para diminuir a luminosidade do sol quente daquela manhã, insiste. Por onde andaré Dudu? O lugar onde nos vimos pela última vez, um abrigo da Prefeitura situado (literalmente) embaixo de um viaduto, no bairro de Laranjeiras, talvez nunca devesse ter sido chamado por esse nome, mas agora (já oficialmente) não é mais abrigo, virou uma Central de Triagem e encontra-se sob intervenção. No Largo de São Francisco, onde nos vimos pela primeira vez, ninguém sabe de Dudu. A maioria nem o conhece ou, com desconfiança justificável, não vê motivos para dar qualquer informação. De qualquer forma, já não são as mesmas pessoas que “paravam” por ali em 2004, mesmo que alguns rostos pareçam familiares. Aquele grupo, com certeza, já está desfeito. Entre aqueles garotos (e os adultos que “paravam” ali) as relações de amizade, dependência, carinho e sujeição eram interrompidas por fatores alheios ao grupo ou interiores a ele. Por onde andarão e onde andam “parando”? Outras ruas, largos, praças?

Dudu pode muito bem continuar sendo uma das 751 pessoas que a Prefeitura do Rio de Janeiro afirmou que viviam nas ruas do Centro da cidade em 2007<sup>39</sup>. Caso tenha sido um dos

---

<sup>39</sup> Pesquisa publicada em *O Globo*, 20 de setembro de 2007.

entrevistados, Dudu, provavelmente, foi uma das 300 pessoas que não informaram os motivos que os levaram a abandonar suas casas, afinal ele já conhecia e não gostava nem um pouco desta pergunta. O garoto pode ainda ter mudado a zona onde costuma parar, pode estar em Copacabana ou em Madureira e, assim, fazer parte de outra pesquisa, ser representado por outro número.

Dudu estaria hoje com 17 anos. Isto se considerarmos que a idade de 14 anos, que a maioria dos moleques do grupo afirmava ter em 2004, tinha uma relação de identidade com suas certidões de nascimento. O garoto estaria, então, na idade preferencial em que pessoas como ele, ou seja pobres e, na maioria, do sexo masculino, desaparecem, viram números. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro o maior percentual de crianças e adolescentes vítimas de algum delito tem a idade entre os 16 e 17 anos. Embora o senso comum esteja convencido do contrário, segundo os dados dos registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a quantidade de crianças e adolescentes vitimados é dez vezes maior que a quantidade envolvida no que se convencionou chamar de “atos infracionais”. Só no ano de 2006 foram registradas “18.558 crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de delito no estado.” (Miranda et. al. 2007, p. 8). Destes registros, 227 são de homicídio doloso, ou seja, cometido de forma intencional. Somados ao número de 218 assassinatos realizados da mesma forma em 2005 e a qualquer estimativa semelhante em 2007, temos então mais de 500 crianças e adolescentes assassinados no Rio de Janeiro, entre os quais pode estar Dudu. Alguém do grupo que parava junto com ele pode ter cobrado uma dívida ou um favor e então Dudu pode ter roubado um mp3 ou um celular. Desta vez Dudu pode ter “rodado”, se não morreu, pode estar entre os 2.026 apreendidos em alguma instituição para menores-infratores em 2005, entre os 1.890 apreendidos em 2006, ou entre os 951 apreendidos só no primeiro semestre de 2007.<sup>40</sup>

Dudu também pode ter voltado para sua comunidade de origem. Se ele voltou para casa, seja em Costa Barros, na Chatuba, no Morro do Alemão, Providência ou tantos outros bairros ou ditas “comunidades carentes”, enfrenta um cotidiano de luta, esbarra dia após dia na violência do Estado ou das facções do tráfico ilegal de drogas. Torçamos para que Dudu esteja vivo, que não seja um dos 845 mortos pela polícia militar do Rio de Janeiro em “confronto”, durante o período de janeiro a agosto de 2007, que somados ao número dos mortos por policiais no ano anterior, contabilizariam mais de 1.500 mortos, entre os quais a possibilidade de Dudu estar aumenta se levarmos em conta que ele é um rapaz quase preto de tão pobre e se somarmos a isto o fato de

---

<sup>40</sup> Fontes: Balanço das incidências criminais e administrativas no estado do Rio de Janeiro (1º semestre de 2007) e Miranda et al. 2007.

que o número de jovens mortos em “comunidades” é sete vezes maior do que em outras regiões<sup>41</sup>. Muitas destas mortes são registradas como auto de resistência, ou seja, alegação de que a vítima teria resistido á ação policial. Só no primeiro semestre de 2007, 694 pessoas foram mortas e classificadas em autos de resistência.

O fato é que Dudu deixou de fazer parte das pessoas que habitualmente são vistas como uma massa indistinguível e passou a ser um número. Dudu agora é um dado estatístico. Depois de quase três anos, é quase certo que não tornaremos a vê-lo. Mas caso isto acontecesse, como responderíamos a questão por ele proposta? Poderíamos dizer a Dudu que queremos, sobretudo, protegê-lo, dos maus caminhos, dos perigos da rua, do frio, da fome e da morte prematura, como faríamos com nossos filhos? Diríamos ainda que queremos que ele tenha casa, comida, família, educação, saúde, etc., e estes querereres estão inevitavelmente separados da prática de “parar” nas ruas? Estaríamos então nos aproximando da ênfase dada à miséria, usualmente vista como causa única das adversidades por que passam pessoas como Dudu. Para alguns, sobretudo a miséria dos costumes, um apocalipse moral, o prenúncio do fim dos tempos. Para outros, a falta do mínimo necessário para viver.

Sem dúvida o processo de miserabilização econômica de um contingente cada vez maior dos habitantes da periferia do capitalismo globalizado pode ser considerado um fator determinante para a forma com a qual estes meninos e meninas se relacionam com a rua. A maneira como são tratados também revela uma íntima ligação com a miséria, principalmente se levarmos em consideração o movimento cada vez mais instituído e naturalizado (na maior parte da “aldeia global”) de criminalização da pobreza. A aproximação entre personagens que têm em comum o fato de serem muitas vezes tratados como refugio e/ou como perigo é a tônica das relações exercidas neste contexto. O explícito e brutal “fazer morrer” das balas-encontradas nos corpos dos habitantes das ditas comunidades carentes, o soberano braço armado e descontrolado do Estado, o tráfico ilegal(izado) de drogas, que promove o auto-extermínio de uma quantidade inacreditável de crianças, adolescentes e jovens pobres divididos em gangues, o Estado em cada um de nós quando sentimos nojo e medo faz com que “parar” nas ruas seja uma tática de vida extremamente frágil. Como nos sugeriria Foucault (1999), ao “fazer morrer” são acrescentadas as políticas públicas do “deixar morrer” no hospital, na fila do INSS, na produção de analfabetos funcionais, na insuficiente abertura e manutenção de serviços públicos de creches e pré-escolas,

---

<sup>41</sup> Conforme anexo 3.



no olhar condicionado a encarar a questão do uso recreativo ou abusivo de drogas como crime. Assim, drogados, marginais, vagabundos, delinquentes, traficantes, moleques, enfim, pobres em geral, são condensados na pele de um único personagem que, em uma palavra, diríamos com Agamben (2004), matável.

Não encontramos uma resposta original para o garoto e não chegamos propriamente a concluir. Contudo gostaríamos de afirmar que não há meninos-de-rua, não há menores. Dudu não é um menor-abandonado, não é um menino-de-rua, nunca o foi. Mosca nunca foi menino-de-rua. Menino-de-rua não existe, já que não existem objetos naturais. As coisas não estão em si, são objetivadas nas práticas, habitam os acontecimentos sem um sentido prévio a estes. Mosca, contudo, já se reconheceu como menino-de-rua e conhece todos os “menorzões” da Lapa, da Rodoviária e do Largo de São Francisco. A grande maioria deles é subjetivada como menino-de-rua ou menor-infrator, enfim, como menor. Estas objetivações, está claro, existem. Os garotos se vêem, muitas vezes, como bandidos. Mas é sempre bom lembrarmos que esta não é a opinião deles a seu próprio respeito. Não existe opinião própria. Há discursos repetidos e incorporados, discursos hegemônicos que os atravessam quando são olhados, apontados de longe, acusados, temidos e punidos. Assim são tratados, assim são objetivados, assim são refugados, assim são subjetivados, assim se vêem. Assim será se nos parece? Por que olhamos para Dudu e vemos um adolescente em situação de rua? Como Dudu se conceberia? Como criança, adolescente, menor? Faria alguma diferença?

Diríamos aqui que vislumbrar práticas produzindo tanto as ruas como o recorte “meninos-de-rua” nos interessou e continua a nos instigar. Sabemos que o que nós vemos é construído socialmente, temos um olhar atravessado por nossa condição social. Percebê-los como crianças e adolescentes em situação de rua pode ser bem menos que a “ponta de um iceberg”, de qualquer forma, pode ser também algo mais que um simples eufemismo, caso possamos transformar uma expressão em indício de mudança nas formas como nos relacionamos com estas crianças e adolescentes, afinal de contas os conceitos fazem com que ajamos de um modo ou de outro. Os meninos e meninas estão em situação de rua, no entanto, no momento seguinte, em situação de abrigo, em situação de miséria há muito tempo, em situação de fuga constante, equilibrando-se em um mundo onde os sinais estão quase sempre vermelhos e as janelas e portas fechadas para as suas perspectivas de vida. Grades são colocadas, aprisionando-os e/ou mantendo-os fora, todavia, eles não se submetem. Também não são uma horda de ressentidos,

revoltados e perigosos, nem um velório ambulante de crianças tristes. Entre tantos contratempos eles sorriem! Não são sorrisos angelicais ou totalmente diabólicos, são risos de moleques. A palavra “moleque”, que em décadas não tão longínquas era relacionada a filhos de escrava, no Dicionário Português-Kimbundu-Kikongo de Padre Antonio da Silva Maia<sup>42</sup>, tem como tradução garoto. Até pouco tempo corriqueira, esta palavra não remete a uma idade específica ou a uma classe social. Moleque pode ser mais velho, de qualquer cor, estar na boca, no beco ou na cobertura. Mosca hoje em dia é pai, mas ninguém o chama de tio Mosca, por que ele é um moleque. É tomado, mesmo quando trabalhando sério, por um devir-criança, um devir-moleque. Dudu talvez não tenha sido contaminado pelo que Mosca, moleque como ele, tenta transmitir por contágio, mas quando pergunta “Tio, por que vocês pedem tanto prá gente ir prá casa?” faz surgir uma paisagem, um acontecimento em que a ansiedade, a ingenuidade, a pretensão e a inexperiência em trabalhos de abordagem são apenas uma parte.

Não queremos concluir o impublicável: o olhar triste e congelado dos números. Não queremos nos render aos afetos tristes comunicados pelos poderes, de forma que, se esta ausência de respostas, esse vazio de conclusão “se não se constituir num instrumento a ser utilizado na luta pela afirmação das diferenças, que pelo menos não reconduza ou fortaleça os mecanismos de dominação e controle sociais” (Lobo, 1997, p. 583). Este texto tem então, como única pretensão, ser mais uma voz ressoando com a dos moleques, dos gaminos, do compositor baiano, que afirma que alguma coisa está fora da ordem, uma voz que seja ouvida com a displicência de uma canção ou de uma conversa cotidiana, que possa afetar ou não, como qualquer outro encontro. Como tática propomos dispersar a autoria deste texto entre os que estão no mesmo barco, como malungos de um navio negreiro atual.

---

<sup>42</sup> Disponível em Kimbundo Home Page: [www.linguakimbundu.com/palavras2.html](http://www.linguakimbundu.com/palavras2.html)

## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. *Homo Sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *Infância e História – destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AUGÉ, M. *Não-lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994

ADORNO, S. *A Experiência Precoce da Punição*. Em: Martins, J.S. O Massacre dos Inocentes. São Paulo: Hucitec, 1991.

ARIÈS, P. *História social da criança de da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan s.a., 1981.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOCCO, F. *Cartografias da infração juvenil*. – Dissertação de mestrado em psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2 Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_ *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4 Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_ *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5 Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b.

DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. Rio de Janeiro: Editora Escuta, 1998.

DEL PRIORE, M. (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Texto, 1999.

DO RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_ *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_ *Em defesa da sociedade – curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes 1999.

\_\_\_\_\_ *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1995.

\_\_\_\_\_ *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1997.

\_\_\_\_\_ *Soberania e Disciplina* – Curso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976. Em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

\_\_\_\_\_ *Os Intelectuais e o poder*. Em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996b.

\_\_\_\_\_ “*Omnes et Singulatim*”: *Uma crítica da razão política* Em: *Novos Estudos CEBRAP* – nº 26 – março, 1990 (p 46-76).

FREITAS, M.C. (org) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

HEYWOOD, C. *Uma História da Infância: Da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOBO, L. F. *Os Infames da História: A Instituição das Deficiências no Brasil*. Tese de Doutorado pela PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1997.

MACHADO, R. (et al) *Danação da norma – medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAFFESOLI, M. *Sobre o Nomadismo: Vagabundos pós-moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MEUNIER, J. *Os Moleques de Bogotá*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1978.

MIRANDA, A. *Dossiê Criança e Adolescente*. Rio de Janeiro: ISP, 2007. Disponível em [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)

NASCIMENTO, M. L. (org) *Pivetes - a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

PASSETTI, E. *O que é o menor*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POSTMAN, N. *O Desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROLNIK, R.. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIZZINI, I. *Vidas nas ruas - Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RiO, 2003.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VEYNE P. *Foucault Revolucionou a História* in *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982.

### Referências de Músicas

BUARQUE, Chico. *Partido Alto*. In: Quando o Carnaval Chegar. Universal Music Brasil. 1972.

BUARQUE, Chico e HYME, Francis. *Pivete*. In: Chico Buarque. Universal Music Brasil. 1978.

ANTUNES, Arnaldo, MIKLOS, Paulo e BRITO, Sérgio. *Miséria*. In: Ô Blésq Blom. WEA. 1989.

GIL, Gilberto e VELOSO Caetano. *Haiti*. In: Tropicália 2. Polygram. 1993.

TRUMMER, Fábio, MAN, Roger e CHOPINHO, Bernardo. *Quando a Maré Encher*. In: Rádio S.AMB.A. Trama. 2000.

## Anexo 1: Carta dos Leitores



O Globo, 21 de novembro de 2004

Meninos de rua

Achei ótima a atuação da polícia no recolhimento de dezenas de jovens das ruas da Zona Sul. Só é uma pena que esta operação tenha que partir de polícia, que não é o órgão competente para isso. Espero que não seja uma medida em vão como sempre acontece: no dia seguinte já estão todos lá nos mesmos locais praticando os mesmos delitos. É uma pena também que tenha sido necessário uma turista ser hospitalizada com ferimentos graves, num caso de repercussão internacional, para uma iniciativa assim ser tomada, o recolhimento deveria ocorrer sempre. E não só recolher, mas abrigar essas pessoas, descobrir quem são, por que estão nas ruas, encontrar suas famílias e dar-lhes orientação. Seria ótimo também que ações assim se estendessem, por exemplo, à Ilha do Governador. Eles estão sempre lá nos mesmos locais. Entre 14h e 16h em qualquer dia ensolarado eles estão lá na Peixaria, entrando pelas janelas e portas traseiras dos ônibus. São grupos de 10, 15, às vezes até mais de 20. Todos sem camisa, de bermudas e descalços. Não é possível que ninguém veja.

\*\*\*

O que se sabe, há tempos, é que menores são abandonados em lugares turísticos do Rio de Janeiro, em maioria, para só retornarem às casas com algum ganho expressivo, caso contrário muitos deles são espancados. Esse crime está sendo tratado equivocadamente por especialistas e autoridades, pois a origem do problema pode não estar às claras. Está na resposta à indagação sobre quem controla o menor e lhe ordena que vá para as ruas para pedir ou furtar.

\*\*\*

Sobre o recolhimento de menores na Zona Sul, é digna de aplausos a medida. Mas e na Zona Norte, quando começa a operação? Ou será que o cidadão da Zona Norte, que também paga altos impostos e cujo voto tem valor idêntico ao pessoal da Zona Sul, é menos importante? É fundamental proteger os turistas, mas que tal proteger os habitantes de toda a cidade também?

\*\*\*

Enquanto as autoridades se preocupam com os turistas na Zona Sul, os contribuintes residentes em Jacarepaguá, rumando às 7h para o trabalho, são roubados na Estrada Grajaú-Jacarepaguá, uma terra-de-ninguém onde os bandidos dos morros vizinhos têm liberdade para apontar suas armas e reclamar para si o patrimônio dos incautos que insistem em viver numa

cidade cujo prefeito é César Maia e num estado cuja governadora é despreparada. Enquanto as autoridades não fizerem estatísticas de mortos em suas famílias, assistindo impassíveis às tragédias alheias causadas por sua omissão e despreparo, ainda teremos que pagar muito ICMS por nada.

\*\*\*

É impressionante a quantidade de menores de rua que vivem pelas ruas da Tijuca aterrorizando seus moradores. Nas imediações da Praça Saens Peña eles andam em bandos, assaltando e intimidando os que freqüentam ou moram na região. Alguma providência tem que ser tomada imediatamente. A situação é insustentável.

\*\*\*

Muito me deixa indignada saber que na Zona Sul estão afastando a população de rua e na Tijuca ela prolifera. Alguns **pivetes roubam nossas crianças na volta da escola**. No final da Rua Maxwell e na Praça Niterói tem uns 50 agrupados, incluindo bebês. Os mais velhos assaltam idosos e crianças. Na Rua Conde de Bonfim, em frente ao número 806, ficam as mães sentadas enquanto os filhos abordam os passantes pedindo dinheiro. Isso ao anoitecer, depois de eles terem entrado na Garibaldi assaltando estudantes. A polícia só age na Zona Sul. Nós também não queremos ser freqüentemente assaltados por desocupados.

O Globo, 13 de maio de 2006

Agressão policial

Se em vez de agredir a PM matasse esses ladrões, provavelmente não teríamos os índices de violência que temos hoje na Cidade Maravilhosa e haveria muita vaga nos presídios e nas delegacias. Quantas centenas de **pessoas de bem** são agredidas diariamente por ladrões e nada é feito. Agora, dizerem “coitadinho do bandido” é uma vergonha. O país tem os políticos e a polícia que merece. Sinto vergonha disso.

\*\*\*

Não concordo com a atitude do GLOBO de criticar os policiais que capturaram mais um bandido na Lagoa Rodrigo de Freitas e deram-lhe uns tapas. Não podemos amolecer diante dos

criminosos que tanto aterrorizam as **pessoas de bem** e que estão mais violentos e ousados a cada dia.

Quero dar os parabéns para esses policiais que pegam mesmo esses assaltantes de bicicleta e batem, porque isso é o mínimo que eles merecem. Moro na Lagoa, pedalo com medo, não posso sair a pé, tentaram me assaltar na subida do Corte outro dia, voltando a pé de Copacabana. Eles agem ali sempre. É necessário policiamento urgente por ali.

\*\*\*

Concordo que bater não resolve nenhum problema, mas dar destaque, deixando a nítida impressão de inversão de papéis, isso já é demais. Infelizmente, vivemos em uma sociedade na qual um bandido agredido vira manchete de jornal. Quantas vítimas esse meliante já não agrediu, e não apenas física, mas mental e moralmente? Será que ele não fez algum comentário provocativo, objetivando esta atitude do policial? De santo, bandido não tem nada!

Jornal do Brasil, 29 de novembro de 2006

Os protegidos

Gostaria de parabenizar o Jornal do Brasil pela postura corajosa de publicar, sem tarja, a foto do menor que confessou o homicídio ocorrido no Leblon. A sociedade precisa desse jornalismo, sério e crítico. Não basta apenas narrar os fatos, que nos dias de hoje beiram o absurdo, mas também denunciar o que está errado.

\*\*\*

Parabéns ao JB pela publicação da foto do bandido que matou indefesa vítima por motivo fútil. Este é que é o verdadeiro jornalismo. Este indivíduo, que três semanas antes havia deixado um instituto de menores, de lá saiu com a mão no gatilho, disposto a fazer o disparo no primeiro vacilo da vítima encontrada. Sou a favor de maioria penal ser a mesma da Inglaterra: 10 anos.

\*\*\*

Para falar o mínimo, é um desserviço à sociedade alguém dizer que a pena criminal não resolve porque não ressocializa o criminoso. A finalidade da pena é diminuir a criminalidade,

deixando-a em níveis pelo menos aceitáveis. Sou contra a maioridade penal aos 16 anos. Para mim ela deveria ser aos 13 anos, idade em que todos já têm discernimento acerca do bem e do mal.

\*\*\*

Muita gente boa diz que países com índice de Qualidade Humana alto aboliram a maioridade aos 18 anos. Ora, o que me importa é saber o que fazem as grandes potências. E nisso os EUA e a Inglaterra estão certos e saíram na frente: a maioridade tem de ser zero para crimes que envolvem assassinato!

O Globo, 24 de novembro de 2006

Rio violento

Mais uma vítima desavisada, exposta à sanha assassina de **menores maus por natureza**. Está na hora de as autoridades legais aprovarem com urgência um projeto aumentando a maioridade penal. Pode não resolver o problema, mas com certeza vai atenuar a liberdade que lhes é dada para matar. Por outro lado, não se entende como em locais sabidamente perigosos a polícia, tanto Civil como Militar, não atua à paisana, circulando diuturnamente. Sem dúvida, seria um fator de intimidação para estes facínoras.

\*\*\*

Quantas **pessoas de bem** ainda precisarão ser assassinada para que as autoridades reprimam com **máximo de rigor** a violência na cidade?

\*\*\*

É duro saber que o assassino do Leblon, além de reincidente e em liberdade, é pai também, aos 17 anos. Portanto, foi um crime de um chefe de família ou de um “menor” inimputável? Quando será iniciada a série de crimes do herdeiro, aperfeiçoados como os ensinamentos do pai, já que a situação socioeconômico-cultural-empregatícia não mudará neste século?

A violência extrapolou no Rio de Janeiro. Chega! É um absurdo uma cidade considerada a mais bela do mundo ser sitiada por um bando de traficantes malditos. Intervenção federal já! **Exército, Marinha, Aeronáutica tem que evacuar todos os maus moradores de favelas. Quem ficar, que agüente as conseqüências.**

\*\*\*

A morte da executiva Ana Cristina traz à tona a banalidade do crime. Há 20 anos, tentam modificar a situação achando que o problema é no menor abandonado, quando é muito mais sério e só vai parar com um tratamento de choque, ou seja, uma emenda constitucional permitindo a prisão perpétua, a diminuição da maioridade penal, plebiscito para a pena de morte e varredura dos chefões do crime.

\*\*\*

O governador eleito, em vez de falar em “aumento de policiamento” , que sabemos nada vai resolver, deveria estar pensando em como remover as favelas da Zona Sul, inclusive a famigerada Cruzada São Sebastião. Nem todo favelado é bandido, mas quase todos os bandidos estão nas favelas, ou para lá correm depois dos crimes. (...) Remover as favelas, começando pela Zona Sul, ajudaria, inclusive, a preservar o meio ambiente, já que os favelados estão desmatando as encostas.

Anexo 2: Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.







## Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.

**A** Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes - Meninos de Rua Fora das Ruas- é uma ação de mobilização nacional em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas. A Campanha é uma iniciativa para a construção efetiva de uma nova realidade, capaz de gerar alianças e propostas de mudanças imediatas e de longo prazo, visando erradicar a moradia de crianças e adolescentes nas ruas.

O objetivo da Campanha é promover debates sociais sobre o problema da moradia nas ruas de crianças e adolescentes. Uma realidade presente na maioria absoluta das grandes cidades do nosso país. Para isto, a Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes pretende mobilizar as Organizações Sociais de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes Moradores nas Ruas atuantes no país e todos os atores sociais interessados pela causa.

Através de seminários regionais, do site [meninosforadasruas.org.br](http://meninosforadasruas.org.br), de fóruns de discussão e da cobertura da imprensa, a Campanha incentivará o diálogo sobre a importância da convivência familiar e comunitária, dos espaços sócio-educativos alternativos governamentais e não-governamentais e dos Programas de Proteção Social Especial, além das políticas públicas, financiamento governamental, e tecnologias sociais que envolvem as crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas.

No dia 23 de julho de 2007 - dia marcado pela chacina da Candelária - acontecerá um Seminário Nacional que integrará os principais atores e as discussões apresentadas durante a Campanha e formulará as bases de um Plano Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes que será apresentado ao Governo Federal, através do CONANDA.



### Missão

A Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes - Meninos de Rua Fora das Ruas surge como ação para a construção de uma nova realidade, capaz de gerar alianças e propostas de mudanças imediatas e de longo prazo, visando erradicar a moradia de crianças e adolescentes nas ruas do Brasil.

### Visão

Em menos de uma década, desejamos que as Organizações Sociais de Acolhimento Institucional sejam apoiadas e reconhecidas pelo governo e pela sociedade como instituições fundamentais no combate à moradia nas ruas de crianças e adolescentes. Com isto, esperamos o fortalecimento dos espaços sócio-educativos alternativos, tornando-os capazes de apoiar e acolher rapidamente qualquer criança ou adolescente que esteja vivendo nas ruas do Brasil.





## Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.

**C**rianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas têm os seus direitos fundamentais violados, estão entregues à própria sorte e sobrevivem nas ruas e praças das grandes cidades brasileiras expostos a toda forma de violência. Os atuais esforços nacionais não logram mudanças radicais da situação em que se encontram as crianças moradoras nas ruas, pois não são o seu foco principal. Segundo a Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, seus direitos fundamentais além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por outro lado, é notório que existem várias organizações no território nacional aptas a prestarem uma assistência especializada às crianças e aos adolescentes moradores nas ruas. Essas instituições têm obtido êxito considerável quanto a garantia dos direitos fundamentais à convivência familiar e comunitária após a acolhida excepcional e provisória em um espaço sócio-educativo alternativo.

Nesta perspectiva, o combate ao fenômeno da situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes, exige uma articulação em nível nacional da sociedade civil organizada para encontrar uma resposta eficaz aos anseios de milhares de crianças que aguardam uma proposta concreta para deixar de morar nas ruas e praças de nossas cidades.

A Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes - Meninos de Rua Fora das Ruas- surge como ação de mobilização para a construção dessa nova realidade. Chegou o momento de não aceitar mais que crianças e adolescentes, insatisfeitos com a sua própria vida na rua, estejam condenados a conformar-se, ora porque não há vagas nos espaços sócio-educativos alternativos existentes, ora por falta de um programa de encaminhamento familiar.

Com essa Campanha desejamos, entre outras finalidades, que as Organizações Sociais de Acolhimento, recebam o suporte financeiro necessário ao atendimento às crianças e aos adolescentes que desejarem deixar de morar nas ruas, e levantar dados referentes ao número de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas das capitais dos estados brasileiros.

A Campanha congrega organizações governamentais e não-governamentais, o poder público, setores organizados da sociedade civil e organismos internacionais que venham efetivar sua participação, através da carta de adesão, comprometendo-se a participar da elaboração de um plano nacional de combate à situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes.

Nestes termos, conclamamos todas as organizações da sociedade civil envolvidas nesta luta a conhecer a Campanha e formalizar sua adesão à rede nacional de atores sociais unidos no combate à situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes.

Basta de crianças morando nas ruas!

**Bernardo Rosemeyer**

Comitê Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.



**Campanha Nacional de Combate  
à Situação de Moradia nas Ruas  
de Crianças e Adolescentes.**

## CARTA DE ADESÃO

Data/Local

Ao

Comitê Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes

Nome da Instituição

Pelo presente documento, a



vem comunicar, expressamente, seu compromisso de adesão voluntária e apoio institucional à Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes - Meninos de Rua Fora das Ruas para contribuir ativamente no desenvolvimento e promoção da Campanha, colaborando na solução das demandas apresentadas pelo Comitê Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes e integrando, a partir de agora, a rede nacional de atores sociais unidos no combate à situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes, sempre agindo para o pleno cumprimento dos objetivos da Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.

Atenciosamente,

Nome da Instituição e Assinatura do Responsável





## Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.

**“Convivência familiar e comunitária, direito fundamental violado, retrato de um Brasil real, onde um enorme contingente de famílias por razões históricas e estruturais, sobretudo devido ao profundo impacto das transformações sociais e econômicas das últimas décadas, enfrenta grande dificuldade em assumir e exercer adequadamente sua função social mais importante, a de criar e educar os próprios filhos e filhas.”**

Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

**A** imagem de grandes orfanatos repletos de crianças esperando uma família adotiva não condiz mais com a realidade dos abrigos. Muitas, das que ali estão, esperam seus pais e suas mães naturais, que não têm como mantê-los em casa devido à pobreza e a carência material. É o que revela o estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que dá origem ao livro “O direito à convivência familiar e comunitária - os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil”.

A pesquisa mostra que 87% das crianças e adolescentes abrigados não são órfãos e que 58,2% mantêm vínculo com a família natural. Estes dados indicam que o abrigamento de muitas dessas crianças extrapola os motivos que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece. A publicação indica que a “violência estrutural” - estado de pobreza e de falta de apoio às famílias - é a grande culpada pelo inchaço dos abrigos. Reestruturado, o abrigo poderia promover a reintegração da criança à sua família original, quando for possível a volta para casa.

Porém, com a criação da Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária houve uma mudança nas políticas públicas focalizadas na infância e na juventude. Para o governo, as crianças e adolescentes são vistas, agora, de maneira indissociável do seu contexto sócio-familiar. Com isto, a família passou a ser o centro de ação e de investimento estatal.

Mediante esta nova ordem de preservação absoluta dos vínculos familiares e comunitários, nasceu um hiato no atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de moradia nas ruas, que representam apenas 7% do público das entidades pesquisadas segundo o Ipea. Embora mal vistos pelas instâncias públicas e pela própria sociedade, o acolhimento institucional torna-se, além de soluções excepcionais, meios necessariamente provisórios para essas crianças e adolescentes.

Portanto, quando meninos e meninas perdem suas referências familiares, os espaços sócio-educativos alternativos não são meros coadjuvantes. Mas sim parceiros fundamentais. No momento em que todas as possibilidades de preservação dos vínculos familiares esgotam-se, os Acolhimentos Institucionais auxiliam o Estado a cumprir seu papel de garantir os direitos de cidadania das crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Além disto, os abrigos contribuem na qualidade de vida e na reinserção civil de meninos e meninas que viviam à margem da sociedade e, também, na construção de novos vínculos comunitários e familiares.

Existem, hoje, no Brasil, várias instituições capacitadas a acolher crianças e adolescentes, com qualidade e ótimos resultados, durante o processo de tentativa de reintegração familiar. Porém, vivem uma realidade em que pouco existe reconhecimento social e apoio financeiro governamental à causa da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.



## Campanha Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes.

### Objetivo Geral

- Promover o diálogo nacional sobre ações para erradicar a situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes;

### Objetivos Específicos

- Clarificar a participação efetiva dos governos municipal, estadual e federal no co-financiamento dos organismos sociais de Acolhimento Institucional;
- Viabilizar, através de financiamento público eficaz, a acolhida de meninos e meninas moradores nas ruas;
- Trazer ao conhecimento da sociedade a realidade das Instituições de Acolhimento;
- Construir alianças com instituições nacionais e internacionais que tenha interesse em apoiar a causa;
- Incentivar a regulamentação do inciso segundo, do artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Formar uma rede nacional de atores sociais dispostos a trocar experiências e metodologias aplicadas nos espaços de acolhida da criança e do adolescente;
- Definir tecnologias sociais que garantam o atendimento da criança e do adolescente em situação de moradia na rua, a partir da promoção da convivência familiar e comunitária;
- Realizar seminários regionais e, no dia 23 de julho de 2007 - dia marcado pela chacina da Candelária - um Seminário Nacional para discutir a causa e instituir esta data como Dia Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes;
- Levantar dados referentes à causa e ao número de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas no Brasil;
- Elaborar, coletivamente, um Plano Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes e apresentá-lo ao governo federal, através do Conanda.



### Públicos-alvos

01. Organizações sociais de Acolhimento Institucional
02. Organizações sociais ligadas à causa
03. Instituições públicas ligadas à causa
04. Imprensa
05. Empresários com interesse em apoiar a causa
06. Sociedade Civil

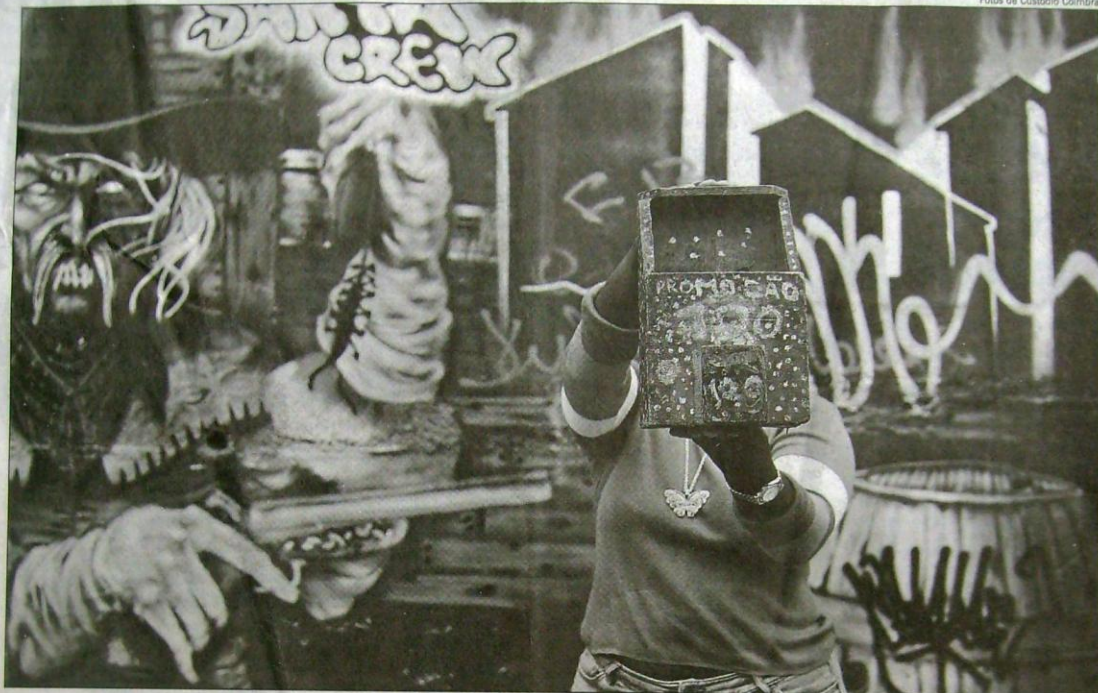
Anexo 3: Jornal “O Globo” 21 de agosto de 2007



direito  
à vida

**Constituição Federal, artigo 5º:** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer garantia, a dos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Fotos de Custódio Coimbra



# EXECUÇÃO É MAIOR NA FAVELA

Número de mortes de jovens moradores de comunidades é sete vezes mais do que outras áreas

Carla Rocha, Dimmi Amora, Fábio Vasconcelos e Sérgio Ramalho

**E**ngraxate nas horas vagas, Wallace, de 13 anos, fazia a 5ª série e sonhava ser jogador de futebol. O corpo do menino, morador de uma favela do Caju, que saiu de casa para jogar videogame com um amigo, foi achado num valão. Policiais do 4º BPM (São Cristóvão) são acusados do crime, ocorrido em 2004. Hoje, a série "Os brasileiros que ainda vivem na ditadura" vai mostrar relatos de execuções em comunidades carentes feitas por traficantes, milicianos e policiais. Wallace faz parte da estatística que mostra que jovens, negros e moradores de favelas são a maioria das vítimas de homicídio no Rio.

Entre 1990 e 2006, foram registrados no Rio 118.770 assassinatos.

de 2000, o Observatório fez um levantamento para o estudo "Legado social do Pan-Americano", pesquisando 53 favelas da capital. O número de mortos para cada cem mil habitantes entre os jovens nessas comunidades chegou a 266.

**'Ele foi o primeiro a ser morto', diz irmã**

• Até hoje, Débora, irmã de Wallace, se emociona ao contar a morte do irmão, que nunca tinha passado uma noite fora de casa. Ao chegar à praça onde ele foi visto pela última vez na companhia de outros jovens — seis desapareceram, um conseguiu escapar — Débora se deparou com uma cena que não esquece:

— Ele foi o primeiro a ser morto

mento, os xingamentos. Uma senhora disse que o meu irmão implorou aos policiais para não morrer.

Nas investigações feitas por Débora, ela descobriu que, ao todo, 11 PMs abordaram os garotos na Praça da Chatuba, querendo informações sobre traficantes:

— A polícia mata inocente para pressionar o traficante a pagar propina. Quem tem que saber onde está o traficante é a polícia, e não o morador. A primeira coisa que a polícia vai fazer quando prender o traficante é pedir propina para libertá-lo e entregar o nome do informante, que vai ser morto depois.

Ela conta que os corpos foram jogados pelos PMs num valão da Maré, atrás da garagem da empresa de ônibus 1001. Segundo Débora, a intenção dos policiais era transferir para o tráfico da Maré a responsabilidade



**MÁRCIA**, que teve o filho morto por PMs num atalho para uma "Eles estão soltos porque mataram um jovem, negro e morador

“

Ele disse que não era bandido, mas o chamou de neguinho abusado e deu um fustão na cabeça dele. No dia seguinte

#### Anexo 4: Matérias de Jornal.



Extra, 29 de junho de 2007

# EXTRA

**INFORMAÇÃO** RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2007 • ANO X • NÚMERO 3.462 [www.jornalextraonline.com.br](http://www.jornalextraonline.com.br)

CURSO MULTIMÉDIA DE INGLÊS 27

**R\$1**

## TRÁFICO ESTARIA ESCONDENDO CORPOS PARA 'DIMINUIR' A DERROTA



**FÁTIMA: fim do mistério**

### Não é gravidez, nem é grave

■ Fátima Bernardes voltou a passar mal e não apresentou o "Jornal Nacional" de quarta-feira. Seu marido, William Bonner, disse que os médicos diagnosticaram uma labirintite. **PÁGINA 6**

**UM POLICIAL APONTA o fuzil em meio aos moradores do Alemão: o tráfico estaria escondendo corpos de bandidos na localidade de Maricá**

## Polícia vai repetir a ofensiva do Alemão em mais 5 favelas

Mangueira, Rocinha, Jacarezinho, Complexo da Maré e Cidade de Deus serão próximos alvos

**NESTE DOMINGO**

1 BOLA-CANISTRO  
1 BOLA-CANISTRO  
1 CAMISETA



Meia Hora , 29 de junho de 2007





Meia Hora, 29 de junho de 2007

• No fim da tarde de ontem, policiais foram avisados que moradores fariam protesto, o que não ocorreu

MEIA HORA • SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2007 •

03

**POLÍCIA**• **TREME, VAGABUNDAGEM!**

# Depois do Alemão, polícia sacode geral

Segundo secretário, megaoperações chegarão a outras favelas dominadas pelo tráfico

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, afirmou ontem que a megaoperação policial realizada no Complexo do Alemão foi apenas a primeira de muitas que a polícia vai fazer para combater o tráfico de drogas. As próximas da lista seriam Rocinha, Rebo, Coréia, Cidade de Deus, Providência, Macacos, Dendê, Maré, Borel, Jacarecinho, Pedreira, Vila Cruzeiro e Marquês.

Segundo Beltrame, o Alemão foi escolhido como primeiro alvo devido à alta violência. "A polícia não tem condições de fazer intervenções em todos os morros do Rio todos os dias. Por isso, definimos em janeiro que começariamos pelo Alemão porque os índices de criminalidade dessa região são muito grandes. Mas também faremos operações em outras favelas", disse.

## Arma na mão de crianças

Dos 19 mortos quarta-feira, 13 foram identificados. Pelo menos dois eram menores. Segundo a polícia, Leandro Serrati Gaudenzi, 13 anos, David Souza de Lima, 14, e Maxwell Vieira da Silva, 16, estavam na linha de frente do bando que defendeu o chique do tráfico local, Antônio José de Souza Ferreira, o Totó.

"Já alguns tempo tínhamos notado a participação dos moradores sobre esse negócio do Totó dar arma à criança. Qualquer coisa de lá, a qualquer hora, material de tráfico em pedras e favela", afirmou o diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE), delegado Alan Turchetta.



Homens da Força Nacional trocaram tiros com bandidos da Favela da Fazendinha, em Inhaúma. Foi o único confronto na região ontem

## Tiros na Favela da Fazendinha

• No dia seguinte à megaoperação, a Força Nacional de Segurança (FNS) e a PM continuaram ocupando as áreas das favelas do complexo ontem. Na Favela da Fazendinha, Inhaúma, houve rápidos tiroteios entre policiais e criminosos. Uma escola próxima da região não ficou afetada ontem, as-

sim como a Vila Olímpica. Carlos Castilho, na Favela da Goeta, Ramos, Beltrame informou que as formas de policiamento no Alemão serão definidas semana que vem. "O Complexo do Alemão terá que receber outro tipo de policiamento, para que os criminosos não voltem à região".

## Moradores fazem queixas

• Ainda, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), João Tarcenado, e o deputado estadual Marcelo Freixo foram à Grista para ouvir denúncias de moradores sobre supostos abusos cometidos por po-

liciais. Preocupado com confrontos as vésperas do Páiz, o presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, deputado federal João Campos, declarou que está, para avaliar a situação.

Nas páginas 04, 05, 06 e 07, mais sobre a guerra no Alemão



Meia Hora de Notícias, 29 de junho de 2007

**H MEIA RA** DE NOTÍCIAS  R\$ 0,50

SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2007 • ANO 2 • Nº 633

**O CEROL VAI PASSAR FIRIMMELHO!**

# POLÍCIA AVISA: BANDIDAGEM, PODE ESPERAR, A SUA HORA VAI CHEGAR



**EQUIPE DO MEIA DIZ COMO CHEGOU ÀS ÁREAS PROIBIDAS**

## O MASSACRE NO ALEMÃO FOI SÓ O COMEÇO

Próximas favelas onde o tráfico será esmagado são Rebu, Coréia, Rocinha, CDD, Providência, Macacos, Dendê, Maré, Borel, Jacarezinho, Pedreira, Vila Cruzeiro e Mangureira. **PÁGINAS 03 A 07**



**MAIS FOTOS EXCLUSIVAS**



**GERINHO FOI PARA A VALA**



Extra, 29 de junho de 2007

EXTRA • Sexta-feira 29 de junho de 2007

GERAL

## OS MORTOS NA GUERRA



BRUNO GONÇALVES

Os 15 mortos identificados:  
Alexandro José de Almeida

Bruno de Paula Gonçalves da Rocha, 20 anos

Bruno Rodrigues Alves, 21

Bruno Vianna Alcântara, 22

David de Souza Lima

Emerson Goulart, 26

Geraldo Batista Ribeiro, 41

Jairo César da Silva

José da Silva Faria Júnior, 18

Leandro Serrati Gualtero, 13

Marcelo Luis Madeira, 27

Maxwell Vieira da Silva, 16

Paulo Eduardo dos Santos, 18

Rafael Bernardino da Silva

Wanderson Gandra Ferreira, 27



DAL MOVIMENTO O dia inteiro

# Megaoperações em 5 favelas

Além da Rocinha, estão na mira da polícia Cidade de Deus, Jacarezinho, Mangueira e o Complexo da Maré



ANTÔNIO WERNECK

antonio.werneck@oglobo.com.br

VERA ARAÚJO

vera.araujo@oglobo.com.br

■ A demonstração de força da polícia no Morro do Alemão será estendida para, pelo menos, outras cinco favelas do Rio. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que estão sendo planejadas megaoperações nas comunidades mais violentas, onde o tráfico se impõe pela força. Entre as favelas escolhidas pela equipe de inteligência de Beltrame estão a Rocinha, a Cidade de Deus, o Jacarezinho, a Mangueira e o Complexo da Maré.

— Usaremos a inteligência. Nada será aleatório. Não é possível que 200 mil moradores fiquem a mercê de traficantes. Temos que garantir o direito de ir e vir das pessoas — disse Beltrame.

Além de a Rocinha e o

diferente das favelas do complexo na Zona Norte.

O fato de os traficantes ordenarem que seus "soldados" montem guarda nas escolas, decidindo o que funciona ou não, é uma das situações que Beltrame aponta como inadmissíveis.

— Na Cidade de Deus e na Rocinha, as escolas só funcionam quando o tráfico decide. Não podemos admitir que isso aconteça — enfatizou o secretário, complementando — o remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue.

## Poder paralelo

Pela primeira vez, Beltrame admitiu a existência de um estado paralelo nas favelas mantido pelo tráfico. Apesar de ter empregado a força para retomar o Complexo do Alemão dos bandidos, Beltrame disse que não vai usar "o bico do fuzil" como eles para conquistar os moradores. Na concepção do secretário, depois de a polícia "limpar", "extirpar" o tráfico, os moradores terão



## QDS DO TRÁFICO

Juntas, as cinco favelas apontadas como os próximos alvos da polícia, terão um exército formado por cerca de 850 homens fortemente armados. Estimativas dos policiais revelam que os bandidos teriam nessas favelas cerca de 460 fuzis de guerra e seriam sustentados por um faturamento estimado em mais de R\$ 1 milhão semanal com a venda de drogas.

► **CIDADE DE DEUS**  
150 homens e 80 fuzis

► **JACAREZINHO**  
200 homens e cem fuzis

► **MANGUEIRA**  
De 150 a 200 homens e cem fuzis

► **MARÉ**  
150 homens e 80 fuzis

► **ROCHINHA**

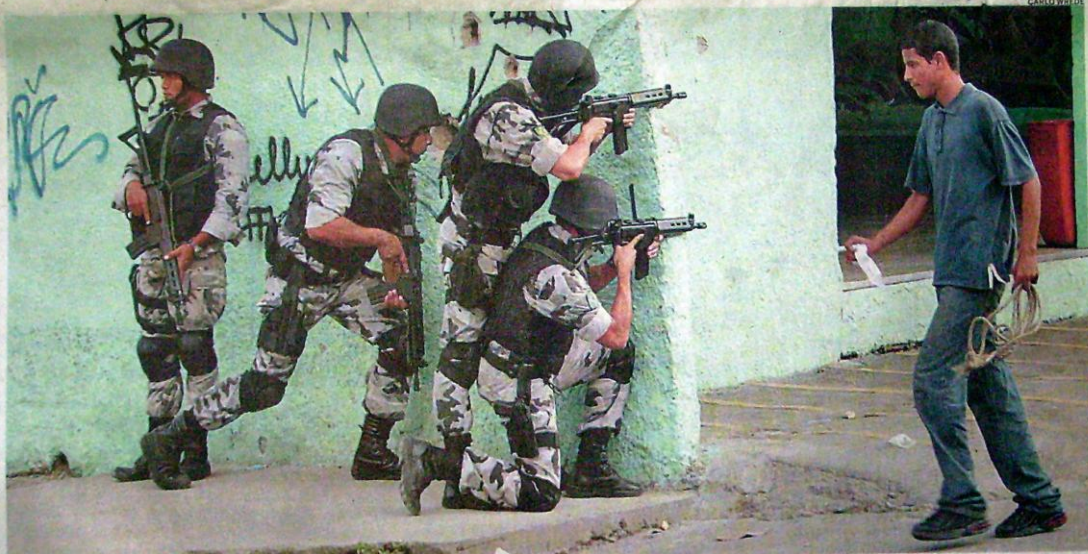


O Dia, 29 de junho de 2007

TRÊS MORTOS NO CONFRONTO COM A POLÍCIA TINHAM 13, 14 E 16 ANOS

# Tráfico do Alemão empurrou menores bandidos para morte

■ Cercado em seu esconderijo na localidade conhecida como Areal, o traficante Antônio José de Souza Ferreira, o Tota, destacou uma tropa de bandidos para defendê-lo. Ao se deparar, na quarta-feira, com os 1.350 policiais que invadiram a favela, apelou para a covardia. Pelo menos três dos mortos no confronto eram menores. Segundo o delegado Allan Turnowski, moradores do Complexo do Alemão estão revoltados porque o traficante dá armas nas mãos de crianças e as transforma em seus seguranças. Ontem, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que a polícia fará investidas em outras favelas. **PÁGS. 3 e 4**



Policiais da Força Nacional de Segurança se posicionam atrás de muro na Favela da Grota. Os acessos às comunidades do Alemão continuam ocupados



# Menores viraram escudo de Tota no Alemão

**Dos 19 mortos** no confronto com a polícia, três têm menos de 18 anos e morreram no ataque. Estão identificados 16

**Leslie Little**  
leslie.little@ednet.com

A operação no Complexo do Alemão que resultou nas 19 mortes, anteciente, revelou um pouco mais a faceta sangüinária do bandulho que controla o tráfico na comunidade. Arriano em sua busca pelo chefe do bando conhecido como Aral, onde imaginava que a polícia jamais chegaria, Antônio José de Souza Ferreira, o Tutu, colocou de frente uma "tropa" de bandulheiros. Os policiais fizeram identificação dos corpos, a polícia constatou: pelo menos três eram menores de idade, quatro crianças.

São eles Leandro Serrati Gualtheri, 13 anos; David de Jesus, 12 anos; e o filho de Vieira da Silva, 16. No Instituto Médico-Legal (IML), outras 13 pessoas mortas no Alemão foram identificadas. Des foram enterrados ontem no Cemitério de São João, mas sem companhia no Alemão, não completou o Alencar.

**Maior assaltante do Rio, Gerinho está entre os 19 mortos na ação, segundo a polícia**

indo e da fenda, o número de moças chega a 24, com 52 famílias. Ontem, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar mantiveram o cerco aos 23 arruares do Complexo da Raposa.

[illegible][illegible]

mos na Grotta, o perdemos. Agora, não conseguiu escapar", disse o delegado Carlos Antônio Oliveira, da Prac.

Sua equipe já vinha investigando o bandido desde novembro de 2006, quando ele roubou 90 armas da equipe de produção do filme 'Elite da Tropa', no Morro Chapéu Mangueira, Leme. Gerinbo gostava de se exibir no Orkut (site de relacionamento pela Internet) com cordões e miçangas de ouro.

O assaltante, que liderou a última tentativa de invasão do Comando Vermelho à Favela da Rocinha, também assaltou o Bingu Botafogo com roupas e carros clonados da Polícia Federal. Esta era uma especialidade do bandido: já foram apreendidos pela polícia quatro carros clonados do Bope, que se especializa em roubar veículos.

Os outros 12 mortos já identificados são Wander-  
son Gandra Ferreira, 27;  
Paulo Eduardo dos Santos,  
18; Bruno Rodrigues Alves,  
21; Geraldo Batista Ribeiro,  
41; Bruno de Paula Gonçal-  
ves Rocha, 6; Mainguinho,  
20; José da Silva Faria Ju-  
nior, 18; Marcelo Luis Ma-  
deira, 27; Bruno Viana Al-  
cântara, 22; Rafael Bernardi-  
no da Silva; Emerson Gon-  
çalves, 26; Alexandre José de  
Almeida, 6; e Denilson Silva.

## POLICIAL EM COMBATE



Óculos para  
proteger os  
olhos de  
fragmentos  
de tiros  
**R\$ 400**

Nome — Leonardo da Silva Torres  
Idade — 43 anos,  
19 deles na Polícia Civil  
Codinome — Joe  
Altura — 1,84 m  
Peso — 88 kg

Capacete usado pelas tropas da Organização das Nações Unidas (Onu) em guerras e coleto à prova de balas: os dois foram ganhos em curso da Academia de Polícia Civil

**35 kg** dentro do mochoja com mel, barra de cereal, guaraná em semente — para dar energia em caso de a operação se estender por longo período —, água, rádio, binóculos, gás lacrimogêneo para espantar cachorros e 350 balas calibre 5,56.

Em tecido rip stop, com camuflagem cinza, própria para ambiente de guerrilha urbana, a tanga de Joe custou **R\$ 200**

### Armamento

Fuzil M16 - o principal fuzil de Exército dos Estados Unidos. 690 balas calibre 5,56, distribuídas em 10 carregadores na coleita e na marcha.

Joe é o mesmo policial que apareceu, no fim de 2005, vestido de caubói durante a prisão do traficante Robinho Pinga, em São Paulo

A farda do inspetor Joe é a mesma usada pelos marines, fuzileiros navais americanos que integram tropa de elite treinada para situações de emergência. O uniforme tem camuflagem com tonalidades adequadas à região de combate.

Os marinheiros atuaram nas guerras do Golfo, do Iraque e do Afeganistão. Ele aparece no filme "Três Reis", no qual quatro soldados americanos, um deles interpretado pelo ator George Clooney, buscam um tesouro enterrado no deserto do Iraque, em meio às comemorações do cessar-fogo da Guerra do Golfo.

## A AÇÃO DOS 1250 JOVENS III 'É DRABE OU DESCE?'

## DE VIOLÃO A FUZIL NO BECO

■ Coragem é um dom que Deus não dá a todos os homens. A frase é do insuperável Leontino de Silva Ramos, 42 anos, ex-felizes dedicados a trabalhar no comércio. Filho de uma família pobre, ele nasceu em 1946, em uma rua de pedra e cal, no bairro de São José, no Rio de Janeiro. Hoje, mora em São Carlos, em Minas Gerais, onde trabalha como gerente de uma loja de roupas. Apesar de não ter o diploma de ensino médio, ele conseguiu se inscrever no vestibular de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e se matricular no curso de Medicina. "Coragem é um dom que Deus não dá a todos os homens", afirma o médico. "Coragem é uma virtude que não se ensina, mas se desenvolve."

muçom em virtude da ausência da carota: "Adorei fundar minha vida com minha mãe e meu pai no Aço da Sua Vida, mas não vou comer mais nada que não seja alimentado com amor", afirma.

Para ele, a roupa idêntica a usada pelos fazendeiros americanos que combateram no Iraq tem sentido: "Aqui a guerra, e temos de estar preparados para ela". Já para o chinês que fumava no bar, onde quatro moradores em doze horas de trabalho explicam a diferença: "Não, da China fumamos sempre. Vinha francês. Estão fumando por causa do preço de muito barato", diz.

Vinça chinês. Se esse

anos, a Drame apreendeu sete metralhadoras ponto 30 (capaz de derrubar helicópteros), 40 armas (21 fuzis), 13 mil munições e cerca de 500 galões de drogas.

A delegacia também está realizando operações contra a Favela de Vigário Geral. Há 40 dias, dois barbeiros acionaram fuzilado, entre eles os chefes da unidade de segurança. Em dezembro de 2005, eles prenderam o traficante Roberto Andrade da Silva, o Botelho Pinguim, ex-Senador Caramê. Agora, os homens da delegacia Carlos Oliveira monitoram uma rede de tráfico, com apoio da Pol. e o sustento de Caramê. E, caso o Caramê, ex-Senador



Downloaded by [University of Cambridge] on 01/02/16. Copyright material. See <http://www.cambridge.org/core/terms>. <http://dx.doi.org/10.1017/S0007122615000050>



O Dia , 29 de junho de 2007

A AÇÃO DOS 1.350 HOMENS ))) 'É DRAE OU DESCE'

## DE VIOLÃO A FUZIL NO BECO

■ 'Coragem é um dom que Deus não dá a todos os homens'. A frase é do inspetor Leonardo da Silva Torres, 43 anos, 19 deles dedicados a 'prender bandidos'. Filho de família classe média, ele trocou a vida de ir à praia todos os dias e tocar violão pelo fuzil. Há cinco anos, integra a equipe da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos (Drae), a mais combativa da Polícia Civil: "Nosso grupo é corajoso e prudente. Claro que existe o medo, pois sem medo você fica irracional. Mas a vocação esmaga o medo", afirma o agente.

Casado, ele evita contar o dia-a-dia de tiroteios em casa. Mas admite que sua vida

mudou em virtude da violência carioca: "Adoro fondue e tomar vinho com minha mulher no Alto da Boa Vista, mas não vou correr risco numa área abandonada como aquela", admite.

Para ele, a roupa idêntica a usada pelos fuzileiros americanos que combatem no Iraque têm sentido: "Aqui é guerra, e temos de estar preparados para ela". Já para o charuto que fumava no beco, onde quatro morreram em confronto com a polícia, a explicação é diferente:

"Nós, da Drae, fazemos isso sempre. Virou marca. Estava fumando para relaxar depois de muito estresse", diz.

Haja charuto. Só este

ano, a Drae apreendeu sete metralhadoras ponto 30 (capaz de derrubar helicóptero), 40 armas (11 fuzis), 13 mil munições e cerca de 500 quilos de droga.

A delegacia também idealizou operações como a da Favela de Vigário Geral, há 40 dias. Dez bandidos acabaram presos, entre eles os chefões da venda de drogas. Já em dezembro de 2005, eles prenderam o traficante Robson Andrade da Silva, o Robinho Pinga, de Senador Camará. Agora, os homens do delegado Carlos Oliveira conseguiram tirar de circulação, com apoio da PM, o assaltante Gerinho: 'É Drae ou Desce!', avisa Oliveira.



Segundo governador, suspeita de que houve execuções durante megaoperação é um desrespeito ao trabalho da polícia

• O governador Sérgio Cabral afirmou ontem que todos os 19 mortos durante a manifestação no Complexo do Alemão, na semana passada, eram bandidos. Apesar de representantes de entidades de direitos humanos suscitarem de escopoção, Cabral acha que falar de assassinato seria especulação e um desrespeito ao trabalho da polícia. Ele fez o comentário durante a inauguração do Complexo Esportivo de Dendêru.

— *Tram todos marginais. Se o tiro foi pela frente ou por trás, é da natureza do combate. Fazer fiação de entropção é um desrespeito com 1.350 policiais que foram até lá enfrentar a marginalidade, que reagiu à ação da polícia de maneira atroz. Barbaridade é o que aconteceu com a empregada doméstica na Barra, os quando estavam um policial covardemente — disse Cabral.*

O governador assegura  
que a polícia tem ordens para  
respeitar a população.

— Nossa política recebe a orientação de respeitar a população e garantir a segurança. Essa é a linha da Comissão de Direitos Humanos (da OAB), para assegurar dos cursos para re-

[illegible]

• Mais duas pessoas ram feridas dentro de um Composto de Italo, durante uma rajada da Polícia Militar. A vítima, de 38 anos, foi atingida no peito. Ela está em tratamento médico na Unidade de Pronto Atendimento de Alameda, do 32.º Hospital Militar. O acidente ocorreu no dia 18 de maio, às 14h30, na Avenida Brasil, 1.111, no bairro de Alameda.

Segundo a portadora, não tem sintomas evidentes. Ela é forte, mediana, Hospital Gentile, na Póvoa. A Sociedade Estadual de Saúde e não quer o estudo sobre o câncer e outras.

A água provém de uma fonte, com temperatura de 18°C.

Nota: As 19 mortes de que trata a reportagem aconteceram todas em um mesmo dia (27/06/07). No dia 28/06/07, o site do jornal extra ([www.jornalextraonline.com.br](http://www.jornalextraonline.com.br)) contabilizava, em 57 dias de “ocupação”, 44 mortos (um policial) e 81 pessoas feridas.



Extra, 2 de novembro de 2007

AS CONCLUSÕES	
<p>► <b>VÍTIMAS</b> 19 mortes no Alemão</p> <p>► <b>TIROS</b> 70 disparos atingiram as vítimas</p> <p>► <b>MIRA</b> 54 disparos atingiram regiões mortais</p> <p>► <b>PROJÉTEIS</b> Em três corpos, seis projéteis ficaram alojados</p> <p>► <b>ATACADOS POR TRÁS</b> Catorze vítimas foram baleadas pelas costas</p>	<p>► <b>PESCOÇO E TRONCO</b> Em 18 das 19 vítimas, 46 tiros entraram pelo pescoço e pelo tronco</p> <p>► <b>NA CABEÇA</b> Oito das 19 vítimas levaram tiros na cabeça</p> <p>► <b>QUEIMA-ROUPA</b> Cinco das 19 vítimas levaram tiros de perto</p> <p>► <b>MÉDIA ALTA</b> Pelos números do relatório, cada uma das vítimas levou, em média, 3,84 tiros de policiais</p>

Extra, 2 de novembro de 2007

# Relatório aponta execuções

## Pelo menos dois homens teriam sido assassinados por policiais no Alemão

■ **MARCO ANTÔNIO MARTINS**  
*marco.martins@extra.inf.br*

■ De acordo com um relatório divulgado ontem pela Secretaria especial de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo menos dois supostos traficantes foram executados pela polícia nos confrontos de 27 de junho deste ano no Complexo do Alemão. Na ocasião, 19 pessoas morreram.

O documento, assinado pelos peritos Jorge Vanrell, Débora Maria de Lima e Jadir Ataíde dos Santos, revela que 70 tiros atingiram as 19 vítimas.

— O relatório, infelizmente, confirma as minhas suspeitas de que houve execuções. Não é assim que se vence a violência — afirmou o deputado estadual Alessandro Molon, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em uma nota oficial, a Secretaria estadual de Segurança Pública (Sesp) afirmou que “nenhum dos autores do relatório esteve no Rio para qualquer diligência”. Ainda segundo o órgão, o documento “foi encomendado sob pressão daqueles que deturpam a justa causa dos direitos humanos.

Esse relatório pouco pode revelar sobre os fatos”.

Para Pedro Montenegro, da Comissão de Combate à Tortura do governo federal, o documento ajudará nas investigações.

— Essas afirmações (da Sesp) me causam estranheza. Estivemos no Rio e não houve pressões. Esses equívocos são lamentáveis — afirmou Montenegro.



O Dia, 14 de junho de 2007

OPERAÇÃO COM A PM

# Revista policial na rota da escola

Em uma das maiores ações desde o início de maio, agentes da Força Nacional ocupam acessos às favelas do Alemão

## CONTINUAÇÃO

Em uma das maiores ações policiais nos complexos do Alemão e da Penha desde o início da ocupação das comunidades, em 2 de maio, 440 homens da Força Nacional de Segurança (FNS) e de pelo menos 11 batalhões da Polícia Militar cercaram ontem os acessos e fizeram incursões em favelas dos dois conjuntos. Nem crianças uniformizadas escaparam da revista feita pela FNS, que procurava granadas escondidas dentro das mochilas. Um menino que era levado pelo pai para uma escolinha de futebol foi obrigado a retirar chuleiras e até o meio.

"A lei não proíbe revistar crianças. Mandei vasculhar porque minha experiência diz que bandidos escondem granadas nas mochilas escolares para que crianças leiam para as favelas", justificou o comandante do 16º BPM (Olaria), Marcos Jardim.

Já o deputado estadual Alessandro Molon (PT) criticou a ação: "Lamento que crianças passem pelo constrangimento de serem tratadas como suspeitas só por morarem na favela". Ele lamentou também que a liminar que proibia revista em crianças tenha sido cassada, dia 31.

## RECOMPENSA

A polícia iniciou a operação por volta das 9h. O plano era interceptar os acessos ao Alemão ocupados pela FNS para evitar a fuga de bandidos enquanto a PM tomava as favelas da Penha. Houve confronto em pelo menos 16 pontos. Um homem foi baleado no pé e uma mulher disse ter sido agredida por PMs.

Segundo Jardim, foram re-

radores se abrigaram nas poucas lojas abertas. Em pânico, alguns se refugiaram até perto do forno de padaria.

Pelo radiotransmissor, em tom de deboche, bandidos ofereciam recompensa pela morte de policiais: "Vou dar R\$ 5 mil para quem matar um PM", disse um deles. "Então vou matar seis, juntar R\$ 30 mil e comprar um fuzil HK", respondeu outro.

Para o coronel Mário Sérgio Duarte, da subsecretaria operacional da Secretaria de Segurança, o apoio da FNS representa mudança de estratégia na operação que já dura 42 dias. "Com a Força podemos usar policiais para ações dentro das favelas e asfixiar ainda mais os criminosos", afirmou, ressaltando que há informações de que traficantes estavam feridos e recebendo socorro de profissionais de saúde dentro das comunidades. ■



Na Favela da Grota, no Complexo do Alemão, soldado da Força Nacional inspeciona as mochilas de estudantes



Moradores do Alemão correm para fugir do tiroteio: 16 pontos de confrontos ontem

## Pintor ferido por bala perdida

O pintor Sebastião Ribeiro de Souza, 51 anos, foi baleado no braço por volta das 16h, na Praça do Carmo, um dos acessos ao Morro da Fé, na Penha. "Estava pintando telhas. Fiquei desesperado, eram muitos tiros", relatou. Levado para o Hospital Getúlio Vargas, no bairro, ele foi liberado à noite.

Na mesma unidade, a dona-de-casa Selma Maria Lorena do Nascimento, 49, chegou denunciando ter sido agredida por PMs com três tapas em seu rosto, após ter o portão de casa, na Penha, arrombado. "Tinha dois netos

e dois sobrinhos na casa e tive que trancá-los num quarto. Os PMs pensaram que eu estava escondendo alguém e me bateram", contou.

O 22º BPM (Maré) recebeu informações de que, durante a operação no Alemão, 30 traficantes da facção Amigos dos Amigos teriam invadido o vizinho Morro do Adeus, em Ramos, dominado pelo Terceiro Comando Puro, no início da noite de ontem. Houve troca de tiros. Moradores que voltavam do trabalho ficaram na Rua Dr. Noguchi, com medo de novos confrontos. ■



Extra, 4 de outubro de 2006

EXTRA • QUARTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 2006

GERAL

FORA DE CONTROLE

# Rotina de uma guerra: mais um menor morre

## Adolescente é baleado no Alemão e parentes acusam policiais

■ CAMILO COELHO

camilo.coelho@extra.inf.br

■ PAULA MARIANI

paula.mariani@extra.inf.br

Moisés Alves Tinis tinha 16 anos e morava numa rua ao pé do Morro da Esperança, no Complexo do Alemão, em Olaria. Às 20h16m da antecâmara, teve a artériaorta e um rim dilacerados por um tiro de fuzil. Estava numa praça com brinquedos e uma churrasqueira, onde teria comido pizza e tomado guarani. Morreu dentro de um Fusca, a caminho do Hospital Carlos Chagas, Marechal Hermes. A Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (Core) disse ter havido no local um tiroteio entre policiais e traficantes. Testemunhas afirmam não ter acontecido confronto algum: acusam agentes da Core de terem feito disparos propositalmente na direção da praça.

Com a morte de Moisés, a polícia é acusada pela quarta vez, no período de 17 dias, de matar civis inocentes. As outras vítimas: duas crianças de 8 e uma de 3 anos de idade.

Segundo pais, irmãos, vizinhos e amigos, Moisés trabalhava mais do que estudava, na 5ª série.

— Era o caçula dos meus cinco filhos. Fazia bicos como motorista, lavador de carros e mecânico de motos. Ajudava em casa todo mês, com R\$ 100, R\$ 150 — coitava um, Elza Pessanha, de 50 anos, que ontem re-



O DINHEIRO ARRECADADO para pagar o enterro de Moisés

## Intimação misteriosa

■ Segundo o delegado Marcos Reimão, a Core foi à Rua Iriguiti entregar uma intimação e foi recebida a tiros. Ele alega, segundo de Justiça para não informar quem teria sido intimado e para quê.

— Encurralados, os policiais pediram apoio do blindado. Trocaram tiros com bandidos, mas não conseguiram prendê-los.

Testemunhas afirmam que os policiais chegaram de Caveirão, usando toucas

ninja e dizendo estar em busca de um cativado. Teriam invadido uma casa sem mandado judicial. Da esquina, teriam disparado contra os jovens na Rua Itamará, a uma distância de 500 metros da Iriguiti.

— Atiraram muito. Alguém policial disse que tinham ferido um, que podiam ir embora — disse um morador, sem se identificar. — Era muito tiro. Não dava para chegar perto do Moisés.

## 'A polícia do Rio é a mais letal do país'

■ Para autoridades públicas e estudiosos da violência no Rio, a sequência de quatro mortes de menores, em 17 dias, revela o fracasso do atual modelo de segurança pública.

— Em nenhum outro país se mata assim. Isso não pode. A impressão que dá é de que a situação está fora de controle — preocupa-se o sociólogo Michel Misse.

O deputado estadual Alessandro Molon (PT), presidente da comissão de Políticas Públicas para a Juventude da Assembleia Legislativa do Rio, apresenta uma pesquisa inédita:

— Temos a polícia mais letal do Brasil. E morrem mais os muito jovens. A média nacional de mortos com menos de 24 anos é de 52 para cada 100 mil jovens. No Rio, esta média sobre para 119. É a prova de que a atual forma de combate é ineficaz e prejudicial à vida. A violência só tem aumentado.

Nos casos comprovados de inocentes mortos pela polícia, o desembargador Siro Durlan é taxativo:

— Claro que as famílias devem processar o estado. São crianças e adolescentes que deveriam estar sendo protegidos pelo poder público.



Meia Hora de Notícias, 14 de junho de 2007

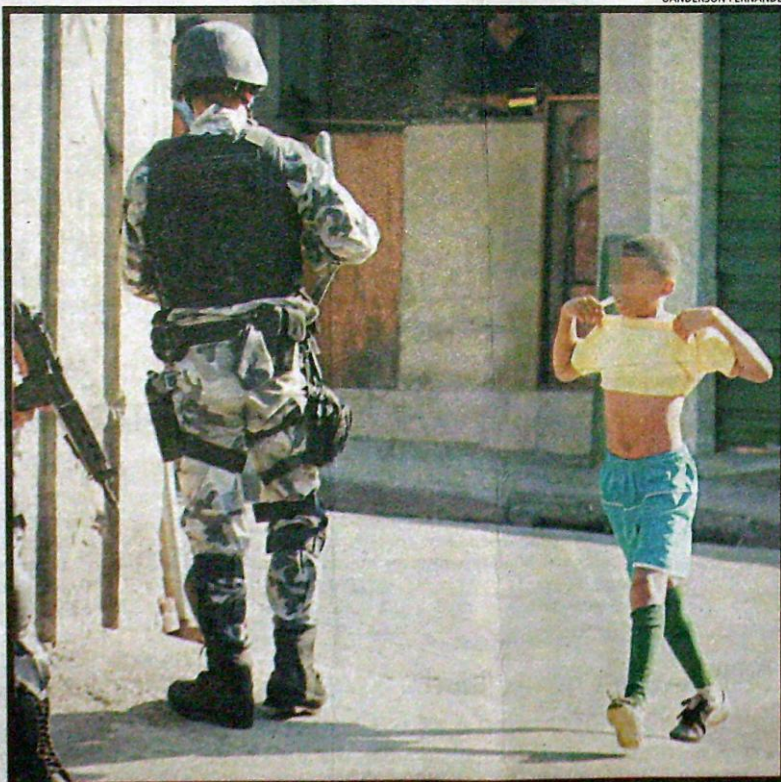
# Sufoco total na Penha

PM e Força Nacional cercam favelas da região e revistam até mochila de crianças

**T**odos os acessos aos complexos de favelas do Alemão e da Penha foram cercados, ontem de manhã, por cerca de 450 homens de 11 batalhões da PM e da Força Nacional de Segurança (FNS). O objetivo da operação 'Cercos Amplos' era prender criminosos e apreender armas e drogas. A Justiça concedeu mandado de busca e apreensão para toda a região.

Durante todo o dia, houve confrontos em pelo menos 16 pontos das comunidades. Um homem foi baleado no braço direito, e uma mulher disse ter sido agredida por policiais. Nem mesmo crianças uniformizadas escaparam da revista feita por policiais, que procuravam granadas escondidas dentro das mochilas.

Um menino que era levado pelo pai para uma escolinha de futebol foi obrigado a retirar chuteiras e até o meião. "A lei não proíbe revistar crianças. Mandeí vasculhar porque minha experiência diz que bandidos escondem granadas nas mochilas, para que as crianças as levem para dentro das favelas", disse o comandante do 16º BPM (Olaria), Marcos Jardim.



Agente da Força Nacional de Segurança pede que garoto levante a camisa no Complexo do Alemão

UANDERSON FERNANDES

## ADA toma o Adeus do TCP

• Aproveitando que o Complexo do Alemão estava cercado pela polícia, traficantes da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA) tomaram o Morro do Adeus, dominado pelo Terceiro Comando Puro (TCP), no início da noite de ontem. A informação foi confirmada por policiais do 22º BPM (Maré). Liderados por bandido identificado apenas como Cheiroso, cerca de 30 homens chegaram em duas Kombis e dois EcoSport e subiram pela Rua Régio, na parte de trás da favela.

## Bando foi expulso

• Moradores do Morro do Adeus contaram que houve rápido confronto entre as quadrilhas, mas logo a favela foi dominada por bandidos.

O Dia, 27 de setembro de 2007

12
GERAL

BATALHAS ENTRE POLICIAIS E TRAFICANTES

# Tiroteios matam seis em favelas

## Confronto mais intenso ocorreu durante ação da PM no Complexo da Penha, com três mortos e dois feridos

**Marcelo Bastos**  
marcelo.bastos@odianet.com.br

Seis pessoas morreram ontem durante confrontos entre traficantes e policiais militares no Rio. O tiroteio mais intenso ocorreu pela manhã, na Favela da Chatuba, Complexo da Penha, onde, segundo a PM, três mortos e um dos dois baleados tinham envolvimento com o crime. Também foi atingida a enfermeira Fabíola Gonçalves Vieira, 24 anos, que estava em ponto de ônibus próximo ao Parque Ary Barroso, a cerca de um quilômetro da comunidade. Na operação, foram apreendidos 25 explosivos, uma pistola, maco-nha, cocaína e material para embalar drogas.

Para prender dois dos ge-  
rentes do tráfico das favelas da Penha, Paulo Rogério de Souza Paes, o Mica, e Alan Ferreira Montenegro, o Da Lua, 40 homens do 16º BPM (Olaria) chegaram à Chatuba por volta das 6h e foram recebidos a tiros. Houve intenso confronto. A enfermeira, que havia saído do plantão no Hospital Getúlio Vargas (HGV) e esperava o ônibus para voltar para casa, foi atingida no pé esquerdo. Socorrida na unidade, foi liberada em seguida.

Elias da Cruz, 19 anos — que, segundo a polícia, é sobrinho de Mica —, levou um tiro que acertou a veia femoral e chegou morto ao HGV. Ele chegou aqui pratica-

Marcelo Soares, diretor da unidade. Na porta do hospital, parentes do rapaz entraram em desespero ao ser informados da morte.

“Mataram o meu filho. Esses policiais desgraçados mataram o filho que eu tanto amava. Isso é um inferno”, desabafou Solange da Cruz, 45 anos, mãe de Elias. Exibindo uma carteira de trabalho, parentes do jovem disseram que ele trabalhava como entregador de uma loja de aquários e havia acabado de chegar do serviço, por volta das 6h, quando levou tiro.

### PASSAGENS PELA POLÍCIA

Com duas anotações por tráfico, Roberto Cilirio Ferreira dos Santos, 26, também morreu no confronto. Segundo a PM, ele estava com um fuzil AK-47, mas que teria sido recolhido pelos comparsas.

José Henrique Gonçalves Marinho, 43 anos, também com passagem pela polícia, foi atingido por tiro no olho e chegou morto ao HGV. Ele foi levado por amigos numa Kombi, com o corpo enrolado num lençol. Segundo a prima Ilcemar dos Santos Freitas, 47, ele assistia TV dentro de casa, na Rua Maragogi, quando foi atingido.

Também apontado pela polícia como bandido, Fernando Ribeiro do Nascimento, 31 anos, buscou socorro no Hospital Lourenço Jorge, Barra, mas acabou confessando a PMs de plantão que fora baleado, no peito e no



Meia Hora de Notícias, 12 de outubro de 2007

**H MEIA RA** DE NOTÍCIAS

Promoção  
ESCAPULÁRIO  
CURINGA

R\$ 0,50

SEXTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 2007 • ANO 3 • Nº 738

CEROL TOTAL

03

# PM SACODE COSTA BARROS E DEIXA QUATRO NO CHÃO



Poliçada ocupou os morros da Lagartixa e da Pedreira em busca dos chefões do pó Foquinha e Babi, que não foram encontrados. Comparsas largaram o dedo nos militares, que reagiram

Extra, 16 de março de 2007





O Dia, 28 de setembro de 2004

**EXEMPLAR DE ASSINANTE**

# O DIA

TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2004 ANO XX Nº 19.512

ARY CARVALHO (1934-2003)

**FAMÍLIAS RECONHECEM CORPOS DE SUSPEITOS RENDIDOS POR POLICIAIS**





**Ataque a helicóptero: reação, fuga e execução**

EQUIPE DO 'DIA' ESTAVA EM AERONAVE DA POLÍCIA ATACADA A TIROS NA PROVIDÊNCIA, PERSEGUIÇÃO ACABA COM 2 MORTOS





—Momentos depois, corpos dos suspeitos dominados são carregados escada abaixo, com marcas de tiros, e levados para o Hospital Souza Aguiar. Acima, a saída do morro e as terras apropriadas

**TEXTO DE MÁRCIA BRASIL, FOTOS DE CARLOS MORAES**

**'E**les estão dando! Eles estão dando!' Os gritos do delegado Gláucio Santos, titular da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), cortaram o céu azul da manhã, enquanto sobrevivíamos o Morro da Providência, Centro do Rio, a bordo do Águia 1 da Polícia Civil. As rajadas de fuzil que vinham da favela nos desviaram do destino ini-

cial, o Complexo da Maré. O grupo que ocupava a aeronave era formado por quatro policiais da Core, além de mim e do repórter fotográfico Carlos Moraes. O ataque inesperado provocou mais reações. "Se abata, Márcia. Se você sair daqui com um arranhão, não vou ficar com a minha consciência em paz!", gritava o delegado Gláucio, fuzil em punho, apontado para a escadaria do morro, de onde vinham

os tiros. Os protetores de ouvido, usados para diminuir o barulho no interior da aeronave, não conseguiram abafar o som dos fuzis que dois homens — de bermuda, camiseta e chinelos — usavam contra nós. Um deles, para desviar a atenção dos agnites, chegou a segurar uma criança de uns 3 anos no colo. "Covardia! Pegar uma criança para usar como escudo é covardia!", revoltou-se o delegado. **CONTINUA NA PÁGINA 14**



O Dia, 28 de setembro de 2004

14

O DIA / NOSSO RIO

TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2004

FOTOS CARLOS MORAES



**POLICIAL** aponta fuzil para Charles e Luciano (*tatuagens nos ombros*) numa vela do morro (E). Encurralados, os rapazes deitam-se e botam as mãos na cabeça, em sinal de rendição (*alto e acima*). Minutos depois, policiais carregam, numa manta, o corpo de um dos jovens (D)

# Agentes acusados de execução

Famílias reconhecem corpos de dupla já dominada por policiais na Providência. Ação começou com ataque do tráfico a helicóptero



O Dia, 28 de setembro de 2004



O Dia, 28 de setembro de 2004





O Globo, 24 de outubro de 2007

Quarta-feira, 24 de outubro de 2007

O GLOBO

# Beltrame diferencia ações nas zonas Norte e S

'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia, no Alemão, é outra', diz secretário, sendo criticado pela

Fábio Vasconcelos

• Uma declaração do secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, reacendeu ontem a discussão sobre as recentes operações da polícia em favelas. Em entrevista pela manhã à Rádio CRN, o secretário admitiu que um tiro em Copacabana era diferente de um disparado em comunidades como a Favela da Coréia e o Complexo do Alemão. A frase foi suficiente para receber críticas da OAB-RJ. O governo, no entanto, explicou que, na mesma entrevista, Beltrame havia acrescentado que se referia às estratégias de ocupação, que devem ser distintas devido à alta densidade demográfica de bairros como Copacabana.

O secretário fez a declaração ao chegar ao seminário "Desafios da gestão pública de segurança", realizado na Fundação Getúlio Vargas. Ele informava que traficantes da Zona Norte estão migrando para os morros da Zona Sul, porque nessa região é mais difícil para a polícia fazer operações. E afirmou:



O SECRETÁRIO Beltrame: "Uma coisa é atuar em favela plana, outra coisa é atuar numa favela de morro"

## CONHEÇA OS NÚMEROS

DE 140 MIL ENTREVISTADOS

0,06% da população declara que possui moradia com drogas (cocaína, crack e drogas pesadas)

R\$ 75 é o gasto médio anualizado de quem declara usar drogas em 2002. O valor era R\$ 65,70 em 2001

ENTRE OS QUE DECLARAM TER CONSUMIDO DROGAS

99,18% são homens 80,46% estão na faixa etária de 15 a 29 anos 43,7% são da Zona S

35,82% têm entre 10 e 19 anos 62,22% são da Zona S 50,74% têm entre 20 e 29 anos 59,32% são de A e B 85,1% são brancos

Fonte: Pesquisa de Opiniões e Atitudes em 2002, IBGE, 2007

## Consumo de drogas maior entre a classe

Jovens encabeçam pesquisa

O Globo, 7 de novembro de 2007

22 • RIO

Foto de Domingos Falcão

Foto de Domingos Falcão

NA RUA COACD de Bernadete, no Leblon, menores correm ao perceberem a chegada dos agentes da lei

FISCALIZAM moradores de rua, na Auto-Estrada Lagoa-Barra, depois de três dias de chuva

## Ação contra desordem chega a Ipanema

Pessoas são detidas, mercadorias apreendidas e veículos rebocados em operação que se estendeu ao Leblon e à Gávea

**Crystiane de Cássia**

Um abrigo com duas pessoas enroladas em cobertores, ao lado de mais de cem CDs, um rádio de carro e outros objetos. Tudo isso em plena Gávea, sob o viaduto que liga o Túnel Atlântico à Rua Martin Ribeiro. Esse foi o primeiro achado da Operação Ipanema, iniciada ontem, com diligências estaduais e municipais no combate à desordem urbana em Ipanema, Leblon e Gávea.

Pela manhã, materiais fortificados foram apreendidos, mercadorias recolhidas de ambulantes e uma Pajero estacionada irregularmente rebocada. A população de rua era a maior reclamação dos moradores. Cerca de dois homens que pediam dinheiro na esquina das ruas Visconde de Pirajá com Visconde de Moraes, em Ipanema, foram levados para a 14ª DP (Leblon). Os dois têm mandados de prisão por roubo expedidos contra eles e eram feragidos. Um deles é suspeito de integrar a gangue da facicela e também de ter atirado na turista chilena Tatiana Miranda, em dezembro de 2004, em Ipanema.

**Operação é feita nos moldes da Copabacana**

A operação acontece nos mesmos moldes da de Copabacana, iniciada há sete meses. Já foram mais de 200 veículos multados ou rebocados e a CPI da Desordem Urbana, selecionando vários alvos. Os principais problemas são a população de rua, a ocupação irregular de calçadas e o estacionamento em locais proibidos, principalmente para carga e descarga — explicou o secretário estadual de Governo, Rodrigo Bethlem.

Junto ao Túnel Atlântico, além de um casal, outro homem foi detido. Segundo o delegado Marco de Castro, lotado na Subsecretaria Geral de Segurança Pública, os dois homens detidos no local compõem regime semi-aberto por roubo de carro.

— Temos vários registros de motoristas que tiveram objetos roubados aqui na Gávea e não têm jeito de recuperar, rala com tirar junto ao grupo. Um rapaz, aparentemente menor, estava bastante aborrecido e tentou resistir. Segundo moradores que não quiseram se identificar, o jovem fazia parte de um grupo que costuma roubar principalmente celulares que saem de um supermercado.

Ainda no Leblon, na Rua Dias Ferreira, o problema principal era a fila dupla de carros. Uma Pajero estacionada irregularmente foi rebocada.

O Ipanema será realizado todos os dias e não há data para terminar. Moradores podem reclamar pelos telefones 2209-5200 e 2298-5720 ou ainda pelo e-mail: [antapilagem@ar.gov.br](mailto:antapilagem@ar.gov.br). Eles também servem como ba-



O Globo, 7 de novembro de 2007



Jornal do Brasil, 7 de novembro de 2007





Jorna do Brasil, 1º de maio de 2007

# Cidade

A12

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA  
1º DE MAIO DE 2007  
cidade@jb.com.br

## Opinião dos leitores ■ ABANDONO NO CARTÃO-POSTAL

**B**os a reportagem sobre a Praia de Botafogo, mostrando que está tudo de mal a pior. Agora, duro mesmo vai ser quando a gente começar a perceber que dá para fazer uma reportagem desses por dia: abandono do Aterro do Flamengo, abandono do Jardim de Alá, o abandono da Sacca Perna...

Paulo Rosa  
Morador da Tijuca

**M**uito oportuna a reportagem do JB sobre o abandono da Praia de Botafogo. Me lembrei de quando levei parentes de Minas Gerais ao mesmo local, um dia antes, para ver a corrida dos ardeus, um sucesso total. Mas, depois que a festa acabou, a realidade é outra, é mais triste...

Gilvan Rodrigues Arruda  
Morador de Jacarepaguá

## INFÂNCIA ■ Denúncia de 'maquiagem' das ruas obriga governo federal a refazer programa social

FOTOS DE (VANDER) TEIXEIRA



Nas ruas de Copacabana, a imagem que o poder público quer varrer para debaixo do tapete durante o Pan: menores abandonados e às vezes drogados, sem perspectiva

## Menores se tornam nova polêmica do Pan-Americano

Della Victor

Depois de anunciar que recolheria os menores de rua próximos aos locais de competição, à rede hoteleira e aos pontos turísticos da cidade para o Pan, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) recuou e anunciou, a 73 dias dos Jogos, que vai revisar o plano de combate ao abandono de crianças. O projeto causou indignação entre as instituições de apoio aos menores e associações de moradores, que suspeitam de maquiagem nos locais de competição, em vez de uma ação definitiva em favor das crianças.

Assim, uma consulta ao Ministério do Desenvolvimento Social será feita para refinar o edital, formulado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Unicef).

A principal crítica é de que o contrato de assistência social previsto no edital teria prazo para acabar: via de regra até outubro, período em que o governo federal enviaria recursos para as ONGs que atuam na assistência ao menor carente. Se recursos forem enviados, as instituições contratadas poderão fazer de desenvolvimento os menores.

— Depois de sete meses, quando terminar o contrato, o que acontece? Prazer, recolherão os menores da cidade...

deliberação para estender "indignação e desaprovção" às regras da concorrência, além de recomendar as instituições cadastradas no conselho a não se inscreverem.

O último dia de inscrições seria ontem, mas a Senasp prorrogou o prazo para o dia 22, já com o novo edital, ainda não divulgado. No texto antigo, os contratos variavam entre R\$ 45 mil e R\$ 100 mil. Entre os serviços contratados, havia: alojamento diário, transporte e integral. Todos com exigência de refeições, lanche e atividades socioeducativas ou profissionalizantes. Entre as reclamações no ofício do conselho, assinado pela presidente, Ana Cristina Ferreira Telles, está o que ela chamou de falta de interlocução com os órgãos de controle e fiscalização.

Presidente da Projeto Uerl, Viviane Bonerra de Mello declarou ter sido indignada com o texto do edital e o contrato e projeto de desenvolvimento durante o Pan é um episódio semelhante no Rio-02.

— Toda vez que o Rio sedia um grande evento, dá um jeito de reunir com os menores — conta Viviane. — Na época, dissei que a polícia havia farpado os menores a ficar em Niterói. Ainda hoje, não há política pública para o problema. Além disso, há o risco de mais crianças não cadastradas nos centros de



Os pés descalços do menino no piso frio de Copacabana: miséria

## ■ Briga perto de chegar à Justiça

Em protesto contra o projeto do governo federal, a Sociedade Amigos de Copacabana enviou um ofício ao Ministério da Justiça — instituição que chefia a Senasp — argumentando que um programa de assistência social não pode ter prazo tão curto para acabar. O bairro tem uma das maiores concentrações de menores de rua e sedia os jogos de vôlei de praia, triatlo e maratona dos Jogos, além de abrigar a maior rede hoteleira da cidade.

O presidente da sociedade, Horácio Magalhães, anunciou que irá enviar as mesmas reclamações para o Ministério Público. De acordo com o representante dos moradores do bairro, a medida da Senasp, em parceria com as Nações Unidas, é como "jogar a sujeira para debaixo do tapete".

— Um projeto social não pode ter início e prazo para acabar, a questão do menor abandonado é muito mais complexa. Enquanto se discute o legado em infraestrutura que o Pan deixará ao Rio, o legado social será zero.

Apartar de concordar que projeto para recolhimento de menores não é o mais adequado, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Rio (ABIH-Rio), Alfredo Lopes, defende a maquiagem nas ruas da cidade para os Jogos. De acordo com Lopes, só há tempo, a poucos dias do Pan, de ações emergenciais. O aspecto de cidade mal-cuidada, com menores abandonados nas ruas, põe a perder, segundo o empresário, os investimentos feitos para o evento.

— É preciso pensar que vamos resolver em dois meses um pro-

## Memória JB ■ OPERAÇÃO MAQUIAGEM

DURANTE AQUIEL, em junho daquele ano, instituições para a defesa da criança e dos adolescentes denunciaram o sumiço dos menores de rua da cidade. Na época, os criados dos menores eram de que policiais iam pegar os menores em um acampamento na cidade para recolher os menores que ficaram no Rio durante o evento. Em Niterói, o então juiz de menores da cidade recebeu informações de que famílias de crianças de rua atravessaram a baía com



Jornal do Brasil, 1º de maio de 2007

# Menores se tornam nova polêmica do Pan-Americano

Duilio Victor

Depois de anunciar que recolheria os menores de rua próximos aos locais de competição, à rede hoteleira e aos pontos turísticos da cidade para o Pan, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) recuou e anunciou, a 73 dias dos Jogos, que vai rever o plano de combate ao abandono de crianças. O projeto causou indignação entre as instituições de apoio aos menores e associações de moradores, que suspeitam de maquiagem nos locais de competições, em vez de uma ação definitiva em favor das crianças.

Amanhã, uma consulta ao Ministério do Desenvolvimento Social será feita para refazer o edital, formulado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A principal crítica é de que o contrato de assistência social previsto no edital tem prazo para acabar: vai de maio até outubro, período em que o governo federal enviaria recursos para as ONGs que atuam na assistência ao menor carente. Se recursos terminarem, as instituições contratadas correrão risco de devolverem os menores.

— Daqui a seis meses, quando terminar o contrato, o que faremos? Pegar o colchão e a mochila da criança e o colocarmos na rua — protesta Cláudia Guimarães, coordenadora da Fundação São Martinho.

Na forma em que está, o edital abre possibilidade para que uma instituição não-cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente participe da concorrência, o que é contra a lei. Os erros no edital fizeram que o mesmo conselho publicasse uma

deliberação para externar “indignação e desaprovação” às regras da concorrência, além de recomendar as instituições cadastradas no conselho a não se inscreverem.

O último dia de inscrições seria ontem, mas a Senasp prorrogou o prazo para o dia 22, já com o novo edital, ainda não divulgado. No texto antigo, os contratos variavam entre R\$ 45 mil e R\$ 100 mil. Entre os serviços contratados, havia alojamento diurno, noturno e integral. Todos com exigência de refeições, banho e atividades socioeducativas ou profissionalizantes. Entre as reclamações no escritório do conselho, assinado pela presidente, Ana Cristina Ferreira Telles, está o que ela chama de falta de interlocução com os órgãos de controle e fiscalização.

Presidente da Projeto Uerê, Yvonne Bezerra de Mello declarou ter ficado indignada com o texto do edital e compara o projeto de recolhimento durante o Pan a um episódio semelhante na Rio-92.

— Toda vez que o Rio sedia um grande evento, dão um jeito de sumir com os menores — conta Yvonne. — Na época, denunciávamos que a polícia havia forçado os meninos a ficar em Niterói. Ainda hoje, não há política pública para o problema. Além disso, há o risco de instituições não-cadastradas no conselho dos direitos da criança serem contempladas na concorrência.

A secretaria nacional não conseguiu divulgar ontem o total da verba que será gerenciada com o Pnud, nem o que será alterado no edital. Procurado pelo JB, o Pnud não indicou ninguém para responder.

■ Leia e opine no **JB Online**.  
www.jb.com.br/24 horas



Jornal do Brasil, 1º de maio de 2007



Os pés descalços do menino no piso frio de Copacabana: miséria

## Memória JB ■ OPERAÇÃO MAQUIAGEM

DURANTE A RIO-92, em junho daquele ano, instituições para a defesa da criança e dos adolescentes denunciaram o sumiço dos meninos de rua da cidade. Na época, os relatos dos menores eram de que policiais ameaçavam fazer um arrastão na cidade para recolher os jovens que ficassem no Rio durante o evento. Em Niterói, o então juiz de menores da cidade recebeu informações de que Kombis cheias de crianças de rua atravessavam a baía com ordem de voltarem só depois da Rio-92.

De acordo com reportagem do JB na época, dos cerca de 300 menores que perambulavam pelo Centro, só 100 eram vistos durante a conferência. "Os policiais disseram que, se a gente não fosse embora, eles iriam mandar passar o ônibus do arrastão", contava um menor, com 16 anos, que ficava em Copacabana.

Para completar a polêmica, o então governador Leonel Brizola, dois meses antes da Rio-92, disse que resolveria o problema de forma definitiva e iria distribuir notas em vários idiomas para os participantes, explicando sua visão para o flagelo.

## ■ Briga perto de chegar à Justiça

Em protesto contra o projeto do governo federal, a Sociedade Amigos de Copacabana enviou um ofício ao Ministério da Justiça – instituição que chefia a Senasp – argumentando que um programa de assistência social não pode ter prazo tão curto para acabar. O bairro tem uma das maiores concentrações de menores de rua e sedia as provas de vôlei de praia, triatlo e maratona dos Jogos, além de abrigar a maior rede hoteleira da cidade.

O presidente da sociedade, Horácio Magalhães, anunciou que irá enviar as mesmas reclamações para o Ministério Público. De acordo com o representante dos moradores do bairro, a medida da Senasp, em parceria com as Nações Unidas, é como "jogar a sujeira para debaixo do tapete".

– Um projeto social não pode ter início e prazo para acabar, a questão do menor abandonado é muito mais complexa. Enquanto se discute o legado em infra-estrutura que o Pan deixará ao Rio, o legado social será zero.

Apesar de concordar que projeto para recolhimento de menores não é o mais adequado, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Rio (ABIH-Rio), Alfredo Lopes, defende a maquiagem nas ruas da cidade para os Jogos. De acordo com Lopes, só há tempo, a poucos dias do Pan, de ações emergenciais. O aspecto de cidade mal-cuidada, com menores abandonados nas ruas, põe a perder, segundo o empresário, os investimentos feitos para o evento.

– É utopia pensar que vamos resolver em dois meses um problema que surgiu há vários anos.

No dia 9, uma reportagem JB anunciava que a prefeitura poderia em prática um choque de ordem nas ruas, durante o Pan, para recolher menores abandonados. Um levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social informava que a maioria dos moradores de rua tinha família e vinha de outras cidades.



# Cidade

cidade@jb.com.br

JORNAL DO BRASIL 12 DUMINCO, 9 DE ABRIL DE 2006

A7

## CENAS DA TRAGÉDIA URBANA



MEJOR sai correndo após praticar roubo no cruzamento. Na foto do meio, policial pega menores com taser e em seguida quebra o recipiente no asfalto. Desencadeados, eles se ajoelham para checar o resto

## VIOLÊNCIA COTIDIANA

# Território livre do crime

Menores formam grupos para roubar e consumir drogas em quarteirão do bairro mais famoso do Rio

MARCELLO GAZIANO

O italiano Gianni Verdetti, 65 anos, voltou na noite de terça-feira para Turim, na Itália, um grande Apolônio pelo Rio. Gianni não esquece as cenas que viu, especialmente quando chegou à Guanabara. Em uma hora e meia, um grupo de crianças e adolescentes fez seis assaltos na esquina da Avenida Atlântica com a Rua Miguel Lemos, sem qualquer repressão. Há pelo menos dois meses, a ação dos menores tem transformando aquela região num território livre para roubos e furtos.

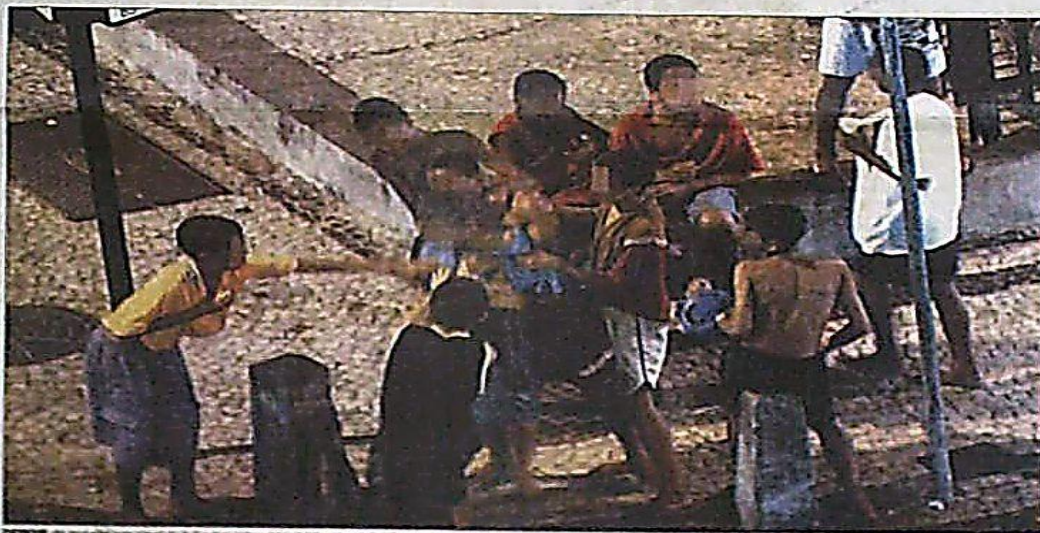
Durante cinco dias, a equipe de reportagem do Jornal do Brasil acompanhou a atuação do grupo. São de dez a 15 menores, inclusive meninas, que fazem de idôneas e turistas estrangeiros suas principais vítimas. Com pouco policiamento na área, agem livremente, à luz do dia ou à noite. Quase sempre dirigidos, os criminosos, todos os dias, na esquina das ruas Miguel Lemos e Aires Salimão, de onde partem em direção às ruas para os ataques na Avenida Atlântica.

### Moradores e comerciantes da região vivem com medo de assaltos

Os que vivem na região vivem com medo de assaltos. Há quem diga que a região é um território livre do crime.

Além disso, há quem diga que a região é um território livre do crime. Há quem diga que a região é um território livre do crime.

Além disso, há quem diga que a região é um território livre do crime. Há quem diga que a região é um território livre do crime.



DEPOIS de assaltos em sinal de trânsito, o bando se reúne para dividir o material roubado, discutir ações e consumir drogas. Por causa da falta de cheirar cola, acontecem brigas



correr para a calçada, onde permanecem ao lado de outros integrantes do grupo.

Os menores não são identificados, mas os policiais, que estão a postos, não hesitam em agir. Não há qualquer possibilidade de punição para os menores.

Os menores não são identificados, mas os policiais, que estão a postos, não hesitam em agir. Não há qualquer possibilidade de punição para os menores.

### Desafios e consequências

A repressão aos menores, quando ocorre, não tem efeito. Na segunda-feira, após perseguir um menino que acabara de roubar uma carteira, um PM foi ao grupo, levando uma das crianças do quartelão. Os menores choraram e fizeram uma greve de fome. O policial pediu a guarda da mãe de um dos e decretou o produto no rua. Enquanto viviam as cenas para a câmera, dois menores entregaram suas cartinhas de identidade para não serem punidos.

A Polícia Militar deveria estar preparada para lidar com esse tipo de situação. Mas a sua atuação é extremamente limitada. E há um problema político: os menores são considerados cidadãos e não criminosos.

O comandante do 19º BPM (Copacabana), coronel Celso Nogueira, admite a presença dos menores, mas argumenta que a polícia não pode agir a partir do momento em que um delito é cometido. E mesmo que o ocorrido seja um assalto, os menores de rua não são responsáveis pelo crime.

O bairro conta hoje com o policiamento que tem de 200 homens dentro do programa Copacabana Legal, que tem como prioridade a melhoria do espaço público e não a segurança.

Responsável pela ação de repressão, a Secretaria Municipal de Assistência Social informou que, apesar de ter recebido várias denúncias, não conseguiu identificar os menores. E a situação não está fora de controle. O que não é o caso. E a situação não está fora de controle.



Jornal do Brasil, 9 de abril de 2006

**VIOLÊNCIA COTIDIANA**

# CRIANÇAS DOMINAM O QUARTEIRÃO DO MEDO

■ O grupo soma de 12 a 15 garotas e meninos. Dia e noite, essas crianças agem sem represálias nas ruas onde vivem. Depois de cheirar cola de sapateiro, assaltam turistas, pedestres e motoristas.

■ Atacam nas esquinas da ruas Miguel Lemos e Aires Saldanha, com incursões pela Avenida Atlântica. Reduziram esse trecho do Posto 6 a um quadrilátero do medo. Roubam, fogem e voltam minutos depois. **PÁGS. A7 E A8**

Jornal do Brasil, 9 de abril de 2006

**CENAS DA TRAGÉDIA URBANA**



**MENOR** sai correndo após praticar roubo no cruzamento. Na foto do meio, policial flagra menores com tiner e em seguida quebra o recipiente no asfalto. Desesperados, eles se ajoelham para cheirar o resto

**VIOLÊNCIA COTIDIANA**

# Território livre do crime



Jornal do Brasil, 9 de abril de 2006

**7** JORNAL DO BRASIL 1891  
www.jb.com.br

ANO 116 ☆ N° 01 RIO DE JANEIRO • DOMINGO, 9 DE ABRIL DE 2006 2 SEGUNDA EDIÇÃO

**domingo**

**LIVRES E FELIZES**  
● Solitários se inspiram em Marisa Monte e cantam o prazer de estar só.

**NA PAZ DA MESA**  
● Na Praça do Lido, árabes e judeus testam nas mesas a receita da paz.

**VIOLÊNCIA COTIDIANA**

**CRIANÇAS DOMINAM O QUARTEIRÃO DO MEDO**

**O INFRATOR** menor de idade não se intimida com quem passa e cheira, ansioso, o solvente espalhado pelo asfalto. É um dos integrantes do bando que há dois meses vem transformando em vítimas de roubos ou furtos os idosos e estrangeiros de passagem por Copacabana.





O Globo, 19 de novembro de 2004





O Globo, 19 de novembro de 2004

O GLOBO
Sexta-feira, 19 de novembro de 2004

RIO

# Por um turismo mais seguro

## Operação recolhe 95 menores e 13 adultos nas ruas da Zona Sul e do Centro

Fotos de Márcia Foletto

**Ronaldo Braga**

**P**oliciais da operação Turismo Seguro recolheram ontem 95 menores e 13 adultos nas ruas da Zona Sul e do Centro. Dois menores foram detidos quando assaltavam uma turista em Ipanema. Foram usadas câmeras digitais para fazer fotografias das pessoas recolhidas, que, após uma triagem, foram levadas para abrigos da prefeitura. A operação, realizada por agentes da Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), da Delegacia de Atendimento ao Turista (Deat) e do 19º BPM (Copacabana), tem o objetivo de diminuir os ataques aos turistas e continuará hoje. Contando com as 57 pessoas de anteontem, até agora já foram recolhidas nas ruas da Zona Sul e do Centro 143 menores e 22 adultos.

No Rua Primeiro de Março, no Centro, o sub-chefe de Polícia Civil, delegado José Renato Torres, flagrou dois menores assaltando um motoqueiro. Os ladrões derrubaram a vítima para roubar um celular e uma bolsa. O delegado os rendeu e um deles tentou pegar a arma do policial. Segundo José Renato, os menores, de 15 e 16 anos, moram na Favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, e têm passagens pelo Juizado da Infância e da Juventude por furto e roubo. Eles foram levados para a DPCA.




UM JOVEM resiste à ação da polícia junto aos Arcos da Lapa, onde um integrante do programa Voluntários da Paz também recolhe uma criança

### Mulher reage e atira pedras em policiais

• Ainda no Centro, PMs e jovens do programa Voluntários da Paz recolheram vários menores e três mães que estavam com seus filhos na Lapa. Uma das mulheres, grávida, que estava com dois filhos na rua, reagiu e atirou pedras nos policiais. Descontrolada, foi para o meio da Avenida Mem de Sá e desmaiou na pista. Ela foi levada para o Hospital Souza Aguiar. De Lapa os policiais seguiram para a Cinelândia, mas não encontraram menores de rua.

Em Copacabana, na Avenida Atlântica, próximo à Avenida Princesa Isabel, agentes da Deat detiveram dois homens que estavam dormindo na praia, cobertos por um lençol. Josias de Andrade, de 39 anos, cearense, e José Augusto Neves Santos, de 27, sergipano, não tinham documentos e disseram estar desempregados. Depois de serem fotografados ainda na areia por um dos policiais da Deat, os dois foram levados à 13ª DP (Copacabana). Mais adiante foi preso o mineiro Benedito Ferreira, desempregado, de 69 anos, que dormia no canteiro central da Avenida Atlântica junto a uma garrafa de cachaça.

Segundo o delegado José Renato Torres, a DPCA vai tentar conseguir na Vara da Infância e da Juventude mandados de busca e apreensão para menores que estiverem em situação suspeita ou cometendo infrações.

Segundo levantamento da DPCA, até junho deste ano foram recolhidos pela PM 1.799 menores infratores no estado. No ano passado, foram cumpridos 418 mandados de busca e apreensão de menores infratores, enquanto em 2002 o total chegou a 115.

COLABORARAM: Alessandro Soler e Paulo Marquieiro

▶ NO GLOBO ONLINE:  
veja fotos da ação da polícia  
[www.oglobo.com.br/rio](http://www.oglobo.com.br/rio)

### TurisRio fará campanha promocional

Objetivo é neutralizar a repercussão dos recentes ataques

• Para tentar neutralizar a repercussão negativa da violência contra turistas no Rio, a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio) pretende fazer uma campanha no Rio e em outros estados promovendo os pontos turísticos da cidade. A informação foi dada ontem pelo secretário de Turismo e presidente da TurisRio, Sérgio Ricardo de Almeida, durante a reunião do Conselho Estadual de Turismo, na Fecomércio.

Serão espalhados 150 outdoors em ruas de São Paulo, Brasília e Belo Horizonte convidando as pessoas a visitarem o Rio. A campanha, que custará R\$ 250 mil, deverá estar nas ruas na segunda semana de dezembro.

— A campanha ainda não está fechada, mas o mote será algo do tipo: o que assusta no Rio é o seu visual, o seu pôr-do-sol — disse Sérgio Ricardo.

Ele anunciou que a TurisRio fará um curso de capacitação para policiais do Batalhão de Turismo e da Delegacia de Atendimento ao Turista. Na reunião de ontem, autoridades da área de segurança e representantes de órgãos ligados ao turismo discutiram formas de evitar que os ataques a turistas piores no verão. O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Ângelo Viçarqua, considerou a reunião positiva.

— Pela primeira vez, nós vimos autoridades falando o que gostaríamos de ouvir: que tem de agir com mais rigor.

### Audiência no MP apura danos à imagem do Rio

• O procurador da República Maurício Andreiulo realizou ontem, no Ministério Público Federal, no Rio, mais uma etapa do inquérito aberto após o arrastão de 28 de setembro na Praia do Leblon. Numa audiência de quase três horas com representantes de entidades de defesa da cidadania, vítimas da violência e autoridades, Andreiulo colheu provas para o inquérito, que deve se transformar numa ação civil pública de responsabilização pelos danos à imagem do Rio. O procurador vai intimar a governadora Rosinha Mathus e o prefeito Cesar Maia a explicarem o que têm feito para evitar tais danos. As investigações apontam para a omissão das autoridades diante da violência que denigre a imagem da cidade, considerada por ele patrimônio cultural imaterial do país. Ainda não há réus, a tendência é que sejam indiciados os governos municipal, estadual e até a União.

### Saiba mais sobre a violência contra turistas

• Turistas foram vítimas de ladrões numa série de casos ocorridos nas últimas semanas no Rio. Em 28 de setembro passado, cerca de 30 pessoas — homens, mulheres e menores — atacaram banhistas na Praia do Leblon, derrubando-os na areia e roubando objetos de valor. Entre as vítimas estavam um casal de uruguaios com seus três filhos, duas argentinas e um inglês. O arrastão, ocorrido a cerca de 300 metros da delegacia do bairro, foi filmado por um cinegrafista amador e as imagens, exibidas no "RJ-TV", da Rede Globo.

Quatro dias depois, um grupo de 12 executivos de Angola, que estavam numa van, foi assaltado no Túnel Velho, entre Botafogo e Copacabana. Numa ação rápida, dois bandidos armados com pistolas desceram, entraram na van e roubaram US\$ 20 mil.

Em 3 de outubro, um casal de turistas alemães foi assaltado por quatro menores quando passeava, de tarde, no calçadão da Avenida Atlântica, no Leme. Uma semana depois houve mais quatro ataques de ladrões contra turistas na Zona Sul em Ipanema e na Praia de Copacabana.

Um caso grave ocorreu no dia 12 passado com a japonesa Yoshiyo Magoshi, de 61 anos, que foi esfaqueada no abdômen durante um assalto na Avenida Atlântica. Ela também foi atropelada ao fugir dos bandidos. Ela continua internada e seu estado de saúde ainda é considerado grave, mas estável.